

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**CARLOS EDUARDO KLÔH JÚNIOR**

**A ESTRUTURA COMERCIAL DE JUIZ DE FORA  
(1888-1930)**

Juiz de Fora

2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

CARLOS EDUARDO KLÔH JÚNIOR

**A ESTRUTURA COMERCIAL DE JUIZ DE FORA  
(1888-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Anderson José Pires

Juiz de Fora  
2008

## FOLHA DE APROVAÇÃO

*Para Maria Amélia Frutuoso Corrêa, minha esposa.*

## AGRADECIMENTOS

Neste momento tão importante de minha breve carreira de pesquisador, quando concluo o último pré-requisito para a obtenção do título de mestre em História, exulto de alívio e felicidade. Contudo, seria um extremo egoísmo de minha parte celebrar e comemorar sozinho. Devo este momento tão especial de minha vida a inúmeras pessoas e instituições, algumas que passaram e outras que ainda permanecem em minha vida.

Em primeiro lugar, como é óbvio, devo este momento à Deus, grande inspirador de minha vida e de meus projetos. Logo a seguir, compartilho esta vitória com minha amada esposa, Maria Amélia, que me acompanhou nesta jornada desde os tempos da graduação. Sem nenhuma demagogia afirmo que não teria chegado até aqui sem a presença desta mulher espetacular.

Dedico também especial reconhecimento a todos os meus professores da graduação de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Cito, de forma especial, Galba, Ângelo, Ludmila e Luís Antônio, que sempre, de um jeito ou de outro, me incentivaram a perseverar nos caminhos da pesquisa histórica.

De forma especial, agradeço aos meus pais, que desde os tempos de escola me incentivaram a prosseguir no árduo, mas recompensador, caminho dos estudos. O maior legado que me deixaram sem dúvidas foi a perseverança, que tanto necessitei no período de elaboração deste trabalho. Não poderia esquecer, é claro de meus irmãos e sobrinhos, de quem sempre recebi todo o apoio.

Devo aqui, ainda, um sincero “obrigado” àquelas pessoas que participaram de perto do trabalho técnico desta dissertação. Refiro-me aos funcionários do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, Edna e Tarcísio, e à responsável pelo Centro de Memórias da Biblioteca Municipal, Heliane, que sempre demonstraram paciência nas diversas oportunidades que os importunei com minhas solicitações de documentos. E, é claro, encerro este texto de agradecimentos demonstrando minha sincera gratidão e admiração ao meu orientador e amigo, Anderson José Pires, não só por sua extraordinária erudição, mas também por ter colocado à minha disposição seu rico e diversificado acervo bibliográfico. A ele devo uma boa parte deste trabalho, inclusive a inspiração inicial. Suas críticas sempre construtivas, opiniões e sugestões foram fundamentais para que este trabalho chegasse à sua conclusão.

## RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é a verificação das singularidades que marcaram a estrutura comercial da cidade de Juiz de Fora no final do século XIX e início do século XX. O setor é aqui entendido como um dos diversos efeitos de encadeamento gerados a partir da produção cafeeira na região da Zona da Mata de Minas Gerais que, ao expandir-se, incentivava o movimento de diversificação da economia. Ao contrário de outros centros de produção agro-exportadora, como Rio de Janeiro e São Paulo, onde o setor comercial desenvolveu-se a partir de seu envolvimento direto com a produção cafeeira, em Juiz de Fora constatamos uma realidade bastante diferenciada. A inexistência, na cidade e no próprio estado, de um núcleo de comercialização externa acabou por imputar um caráter marginal ao complexo cafeeiro que se instalou na região. Nesse sentido, impossibilitada de comercializar seu principal produto em virtude de uma limitação estrutural, a rede comercial de Juiz de Fora parece ter se desenvolvido através do provimento da crescente demanda de mercado interno, não só local, mas também regional e até mesmo de regiões externas à Zona da Mata.

Palavras-chave: Economia de Juiz de Fora. Comércio. Estrutura comercial. Crédito comercial.

## ABSTACT

The principal aim of this work is the verification of the peculiarities which appointed the Juiz de Fora commercial structure at the end of nineteenth century and beginning of the twentieth century. The sector is here understood like one of the diverse effects generated from the coffee production in the region of Zona da Mata de Minas Gerais which its expansion incentivated the diversification of the economy movement. On the contrary of the others agro-export production as Rio de Janeiro and São Paulo, where the commercial sector developed from its direct involvement with the coffee production, in Juiz de Fora we certified a reality very different. The inexistence, in the city, and in the state itself, of the nucleus of external commercialization ended for impose a marginal character to the coffee complex that set up in the region. In this sense, incapable to commercialize its own product due a structural limitation, commercial net of Juiz de Fora seem to have developed through the providement of a growing demand of the internal market, not only local, but also regional and even the external regions of Zona da Mata.

Keywords: Juiz de Fora's economy. Trade. Commercial structure. Commercial credit.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> Participação dos grandes proprietários no conjunto da área para a Vila de Santo Antônio do Paraibuna (1855-56) .....	21
<b>Tabela 02</b> Decomposição das dívidas passivas: origem do capital de empréstimo para as unidades agroexportadoras de Juiz de Fora (1879/1929) .....	27
<b>Tabela 03</b> Variação proporcional da produção do Rio de Janeiro e da Zona da Mata de Minas Gerais .....	31
<b>Tabela 04</b> Principais empresas com ações no patrimônio de fazendeiros de Juiz de Fora (1870/1929) .....	32
<b>Tabela 05</b> Crescimento dos estabelecimentos comerciais de Juiz de Fora (1870/1925) .....	51
<b>Tabela 06</b> Crescimento populacional de Juiz de Fora (Períodos selecionados).....	63
<b>Tabela 07</b> Crescimento da população urbana de Juiz de Fora (1855/1920).....	63
<b>Tabela 08</b> Distribuição espacial da população de Juiz de Fora (1883-1913) .....	64
<b>Tabela 09</b> Crescimento dos estabelecimentos comerciais de Juiz de Fora (1877-1904).....	67
<b>Tabela 10</b> Número de estabelecimentos comerciais para algumas cidades de Minas Gerais .....	67
<b>Tabela 11</b> Empresas que comercializavam mantimentos, secos e molhados 1905-1930 .....	73
<b>Tabela 12</b> Empresas que comercializavam fazendas e armarinho (1905-1930) .....	74
<b>Tabela 13</b> Empresas que comercializavam calçados (1902-1930) .....	75
<b>Tabela 14</b> Algumas empresas varejistas de Juiz de Fora (1889-1930).....	78
<b>Tabela 15</b> Crescimento demográfico da Zona da Mata (1822-1890) .....	83
<b>Tabela 16</b> Participação proporcional da produção cafeeira da Zona da Mata na produção do estado de Minas Gerais .....	84
<b>Tabela 17</b> Relação de algumas empresas comerciais de outras cidades que anunciavam seus produtos no <i>Jornal do Comércio</i> (1900-1930).....	90
<b>Tabela 18</b> Algumas empresas que anunciavam as “Desnatadeiras” no <i>Jornal do Comércio</i> (1890-1930).....	94
<b>Tabela 19</b> Empresas comerciais de Juiz de Fora que realizavam “importação direta” .....	99
<b>Tabela 20</b> Origem dos débitos de Joaquim Carvahães (1903).....	101
<b>Tabela 21</b> Origem dos débitos de Cyro Casali (1906).....	101
<b>Tabela 22</b> Origem dos débitos de Manoel Joaquim Gonçalves Faria (1913) .....	101
<b>Tabela 23</b> Origem dos débitos de A. Ferreira do Amaral (1914).....	102
<b>Tabela 24</b> Origem dos débitos de Manoel Gonçalves da Silva (1922) .....	102
<b>Tabela 25</b> Origem dos débitos de Antônio Rodrigues do Cruzeiro (1922).....	102
<b>Tabela 26</b> Origem dos débitos de Hebert Neubauer (1924) .....	103
<b>Tabela 27</b> Origem dos débitos de Oscar Ribeiro e Cia. (1924) .....	103
<b>Tabela 28</b> Origem dos débitos de Carvalho Jr. e Cia. (1925) .....	103
<b>Tabela 29</b> Origem dos débitos de Bortolo Pigozzo (1932) .....	104
<b>Tabela 30</b> Dados agregados dos credores por região .....	105



<b>Tabela 31</b>	Origem dos créditos de Manoel Joaquim Gonçalves Faria (1913) .....	109
<b>Tabela 32</b>	Origem dos créditos de Oscar Ribeiro e Cia. (1924) .....	109
<b>Tabela 33</b>	Origem dos créditos da Renato Dias e Cia. (1919) .....	110
<b>Tabela 34</b>	Relação do ativo/devedores de algumas empresas comerciais de Juiz de Fora (1889-1930) .....	122
<b>Tabela 35</b>	Evolução dos depósitos, letras descontadas e hipotecas. Banco de Crédito Real (1891-1925) .....	127
<b>Tabela 36</b>	Relação dos 10 maiores municípios industriais pelo valor da produção (1907) .....	133
<b>Tabela 37</b>	Municípios mais Industrializados de Minas Gerais (1920).....	134
<b>Tabela 38</b>	Relação de algumas empresas comerciais que reinvestiram capitais no setor manufatureiro (1889-1930) .....	137
<b>Tabela 39</b>	Créditos da firma Renato Dias e Cia. (1919) .....	140
<b>Tabela 40</b>	Atacadistas de Juiz de Fora que realizavam refinação de açúcar (1880- 1923) .....	140

## SUMÁRIO

XZ

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 A ECONOMIA DE JUIZ DE FORA: CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA ESTRUTURA COMERCIAL</b> .....	<b>18</b>
2.1 A estrutura fundiária .....	18
2.2 Complexo agro-exportador: uma análise das principais regiões cafeicultoras do país .....	22
<b>3 O DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA COMERCIAL LOCAL</b> .....	<b>40</b>
3.1 Delimitação e revisão historiográfica .....	40
3.2 A formação do mercado consumidor e o mercado varejista .....	55
3.3 Atacadistas e varejistas: funções, mercados e mercadorias .....	84
<b>4 A ESTRUTURA COMERCIAL E A RECOLOCAÇÃO DE RECURSOS: A NECESSIDADE DE UM mercado de crédito.</b> .....	<b>117</b>
4.1 A escassez de liquidez na economia e a necessidade de crédito .....	117
4.2 A expansão comercial e o investimento no setor industrial .....	133
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>149</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>156</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Durante boa parte do século XX, a historiografia nacional esteve preocupada em formular sínteses gerais para a compreensão da dinâmica econômica e social brasileira. Os

autores que compartilharam desta postura<sup>1</sup> ofereceram à comunidade acadêmica do Brasil estudos de fundamental importância e que não podem deixar de ser revisitados pelos estudiosos da atualidade. Entretanto, abriram mão de pesquisar as particularidades regionais que, como hoje se sabe, apresentam inúmeras diversidades que nos impedem de caracterizar o território brasileiro como um todo homogêneo. Em outras palavras, o que estamos querendo afirmar é que, com a expansão dos programas de pós-graduação e a conseqüente disseminação dos estudos monográficos visando atender às particularidades regionais, não é mais possível caracterizar uma formação econômica brasileira. Estes estudos demonstraram que aquela formação econômica que se queria até a década de 1980<sup>2</sup> é muito mais complexa e diversificada do que imaginavam seus idealizadores. Percebeu-se então que, na realidade, existem várias formações econômicas e estas se apresentam tão distintas como o são as diversas regiões do país<sup>3</sup>.

Com estas afirmações não estamos querendo menosprezar a contribuição destes autores e de seus respectivos trabalhos para o entendimento da historicidade do Brasil. Nossa intenção é destacar que a descoberta de novas fontes e a organização dos diversos arquivos distribuídos pelo país, assim como o desenvolvimento da própria ciência histórica, que passou a reconstruir o passado através de elementos outrora inimagináveis, criaram as possibilidades para detectar equívocos em algumas interpretações e lançar luz em realidades regionais que são de fundamental importância para uma melhor compreensão da formação econômica do Brasil. O desenrolar deste tipo de metodologia só foi possível, porém, a partir da retomada dos clássicos. O que se pretendia (e este é o objetivo até hoje) dessa forma era o estudo do micro sem perder a visão do macro.

Este trabalho, então, pretende dar continuidade àquela tendência iniciada na década de 70 do século passado e oferecer à historiografia nacional (e mais precisamente, à mineira) um estudo regional acerca de um setor da economia que ainda não recebeu a devida atenção por parte dos estudiosos do assunto, ou seja, a estrutura comercial de Juiz de Fora no período que compreende o final do século XIX e início do século XX. O objetivo principal deste

---

<sup>1</sup> Estamos lidando aqui com nomes de peso da historiografia nacional, como Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Celso Furtado, Jacob Gorender e outros.

<sup>2</sup> Há de se destacar que, antes mesmo dos historiadores da década de 80 e 90, alguns estudiosos já antecipavam o que seria a tendência dominante até os dias atuais. As seguintes obras são ilustrativas nesse sentido: Mafalda ZEMELLA. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1991; Eulália LOBO. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC; Warren DEAN. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820 -1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; Stanley STEIN. *Vassouras – Um município brasileiro do café (1850-1900)*. [Tradução de Vera Bloch Wrobel] Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

<sup>3</sup> Fernando Gaudereto LAMAS; Luiz Fernando SARAIVA & Rita de Cássia de SILVA ALMICO. *A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma historiografia*, p. 2-3.

trabalho é de analisar a estrutura comercial da cidade de Juiz de Fora que, no período descrito, esteve entre os três maiores centros cafeeiros do Brasil, mas que não tinha na comercialização deste produto o foco de suas atividades, haja vista a ausência de um porto no território mineiro que fosse capaz de escoar a produção da cidade e da região da Zona da Mata como um todo.

Nossa hipótese é que a dinâmica da economia local criou os requisitos para que esta estrutura se desenvolvesse, ainda que não participasse diretamente dos lucros da venda do café que, diga-se de passagem, sempre estiveram a cargo de agentes externos à economia local. Procuraremos demonstrar que a expansão das atividades comerciais na cidade foi possível graças à formação de um mercado interno que, em grande parte, fora gerado pelo desenvolvimento da economia agroexportadora cafeeira. Além disso, ressalta-se ainda a posição estratégica que o município ocupava no estado de Minas Gerais desde o século XVIII. Constituiu-se como ponto de passagem obrigatória tanto para os produtos que eram encaminhados para o porto do Rio de Janeiro, tanto como porta de entrada para as mercadorias que dali vinham complementar o que a região não produzia.

Como de costume, a análise partirá das interpretações da historiografia a respeito da economia de Minas e mais especificamente da Zona da Mata, sua região mais dinâmica no que tange à produção cafeeira. Torna-se imprescindível que dediquemos algumas páginas deste estudo para elaborarmos uma breve explanação acerca da evolução da economia cafeeira em Juiz de Fora (comportamento da produção, tamanho das propriedades, capacidade de acumulação de capitais, a possível transferência destes para outros setores da vida urbana, etc.), bem como sua comparação com outros centros agroexportadores. Esta primeira parte da análise assume importância fundamental para o entendimento deste trabalho, uma vez que a configuração que estamos propondo para a estrutura comercial da cidade torna-se inimaginável se analisada de forma desassociada da economia agroexportadora que ali se desenvolveu. Será inevitável, então, que tratemos da discussão que envolve o conceito “complexo agroexportador cafeeiro” (assim como o papel desempenhado por Juiz de Fora como centro mais importante deste complexo) e de que forma ele fora adaptado ao caso da Zona da Mata de Minas Gerais.

Esta primeira parte ainda oferecerá ao leitor um breve histórico do que já foi escrito na literatura sobre o comércio durante o período por nós abordado. Podemos perceber que este é um ramo ainda pouco estudado pela historiografia nacional, havendo poucas referências disponíveis que pudessem nos oferecer dados mais consistentes a respeito deste setor da economia cafeeira, tanto de Minas quanto de outros centros cafeeiros. Ainda assim, a

exigüidade de obras não nos impossibilitou uma comparação do setor comercial de Juiz de Fora com aquele das duas maiores regiões agroexportadoras do país, a saber, São Paulo e Rio de Janeiro. Aliás, este ponto constitui um importante apêndice de nosso objetivo principal, uma vez que defendemos a hipótese de que o capital comercial que se constituiu na cidade, apesar de não ter se beneficiado dos lucros da comercialização de seu principal produto, cumpriu as mesmas funções desempenhadas pelo capital comercial em São Paulo e no Rio de Janeiro, e que Fernando Costa definiu como “apropriação, centralização e diversificação do capital cafeeiro”<sup>4</sup>.

A partir do segundo capítulo passaremos a analisar a estrutura comercial propriamente dita da cidade. Para tanto, lançaremos mão das fontes primárias que se disponibilizaram para nossa pesquisa e que se encontram no Arquivo da Universidade Federal de Juiz de Fora e na Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Nosso *corpus documental* constitui-se basicamente de inventários de proprietários de casas comerciais locais, processos de falência destas mesmas empresas e jornais do período (*Jornal do Comércio* e *O Dia*). Infelizmente não tivemos acesso aos arquivos da Junta Comercial de Juiz de Fora (pelo fato de ainda não se encontrarem organizados no Arquivo Público Mineiro), o que poderia nos oferecer valiosos dados quantitativos, bem como todas as firmas inscritas na cidade, valor do capital, ramo de atuação e outros dados pertinentes ao universo de nossa pesquisa. Todavia, a documentação extrajudicial a que tivemos acesso nos oferece dados de extremada relevância e que muito revelam a respeito das empresas comerciais da cidade. Os inventários e processos de falência nos trazem informações como o capital da empresa (o que geralmente nos permite diferenciá-las como varejistas ou atacadistas), seu ramo de atuação, os produtos em estoque no momento da abertura do processo, o motivo da falência, sua documentação contábil – “ativos”, “passivos”, credores, devedores e, esporadicamente, a origem destes últimos–, o que nos revelou os mercados assumidos por estas empresas. Dedicamos atenção especial aos inventários e processos de falência de empresas atacadistas, por dois motivos essenciais: em primeiro lugar porque são estas as que demonstram melhor a rede de circulação e a própria posição de Juiz de Fora como entreposto de comércio que estamos enfatizando aqui e, em segundo, pela inviabilidade de se trabalhar em um período tão curto de tempo com a documentação pertinente às empresas varejistas. Ainda assim, nos ocupamos em escrever algumas páginas a respeito deste ramo do comércio no intuito de vislumbrar a presença da atividade comercial na zona rural da cidade e para demonstrar a formação de um mercado consumidor de produtos de primeira necessidade.

---

<sup>4</sup> Fernando Nogueira da COSTA. *Bancos em Minas Gerais (1889-1964)*.

Os jornais da época, por sua vez, ofereceram-nos uma fonte riquíssima de dados em sua seção de anúncios comerciais. Apesar da subjetividade que é própria deste espaço (até os dias atuais), utilizamos estes anúncios não só como fonte de dados quantitativos, mas também para identificarmos a natureza de algumas empresas, ramo de comércio, endereço, origem (de Juiz de Fora ou do Rio de Janeiro), etc. Ao longo do trabalho, à medida que se colocar necessário, daremos mais informações a respeito das fontes utilizadas.

Antes de prosseguirmos na análise propriamente dita, convém que dediquemos uma especial atenção ao conceito de região. Adotaremos aqui o de Paulo César da Costa Gomes, para quem:

Regionalizar passa a ser tarefa de dividir o espaço, segundo diferentes critérios, devidamente explicitados e que variam segundo as intenções explicativas de cada trabalho. (...) É nesse sentido que a região passa a ser um meio e não mais um produto. A variabilidade das divisões possíveis é quase infinita, pois são quase infinitas as possibilidades dos critérios que trazem novas explicações, tudo depende da demonstração final a que se quer chegar<sup>5</sup>.

Se adotarmos esta definição, “região” significará um conceito a ser construído segundo os objetivos que se deseja alcançar. É descartada assim a idéia de unidade, seja territorial ou de cultura comum. O foco do estudo se transfere para aquilo que se deseja explicar, e isso que se deseja explicar será denominado “região”. Pensando desta forma, o leque de alternativas se expande significativamente e deve ficar claro que todas elas são meios de conhecimento da realidade. Delimitamos, assim, a região da Zona da Mata de Minas Gerais e, de forma especial, o município de Juiz de Fora entre os anos de 1888-1930 como foco central de nossa análise. Aqui é particularmente interessante enfatizar a especificidade de se regionalizar o território de Minas Gerais. Possuidora de uma extensão territorial superior a de muitos países em outros continentes, esta região impede – assim como no caso do Brasil – uma síntese geral capaz de compreendê-la como um bloco uniforme e homogêneo. Vários são os motivos que impedem um estudo deste porte: períodos de ocupação distintos, atividades econômicas distintas, proximidade ou não da capital do país, proximidade ou não do núcleo do governo estadual, a distância ou a proximidade para com um núcleo de comercialização externa, etc. É o reflexo do “mosaico mineiro”, descrito por J. Wirth<sup>6</sup>, que subdivide a região em sete setores distintos. A eleição da Zona da Mata como objeto principal deste trabalho deve-se ao fato de esta área (apesar de ocupar apenas 5% do território mineiro) ter alcançado

---

<sup>5</sup> Iná Elias de CASTRO; Roberto Lobato CORREA & Paulo César da Costa GOMES. *Geografia: conceitos e temas*, p. 62-63.

<sup>6</sup> J. WIRTH. *O fiel da balança: Minas Gerais na Confederação Brasileira (1889-1937)*, p. 98-102.

níveis de produção de café<sup>7</sup> que tiveram profundas conseqüências no que tange ao processo de transição para uma economia capitalista. Vejamos de que forma a historiografia vem tratando o assunto.

Como se sabe, a atividade econômica mais importante do país desde meados do século XIX era a produção e exportação de café. O alto preço do produto no mercado internacional estimulava ainda mais a produção e expansão das terras cultiváveis<sup>8</sup>. Como também já é bem conhecido pela historiografia, foram o Vale do Paraíba Fluminense e o Oeste Paulista que assumiram papel de destaque na produção e comercialização deste produto<sup>9</sup>.

Durante muito tempo, a economia cafeeira de Minas Gerais foi renegada pela historiografia, ora pelo pequeno volume de sua produção, ora pela reduzida quantidade de capitais movimentados por essa região. Todavia, trabalhos mais recentes nos deram a compreender dados significativos a respeito da estrutura fundiária da Zona da Mata mineira e, em especial, de Juiz de Fora, uma de suas cidades mais produtivas. Estes trabalhos demonstraram o dinamismo assumido pelo centro urbano e comercial de Juiz de Fora e o elevado montante de capitais que ali eram gerados. Dessa forma, comprovou-se que, apesar de a cidade ter assumido uma posição secundária em relação aos maiores centros cafeeiros do país, o município mineiro pôde elevar-se à condição de centro mais importante do complexo cafeeiro instalado na Zona da Mata.

Ao longo de todo o texto trabalharemos apoiados na hipótese da existência de uma estrutura comercial na cidade de Juiz de Fora que, se esteve excluída dos circuitos de comercialização do café, pôde atender a uma demanda de mercado interno existente não só na própria cidade, mas em boa parte da Zona da Mata e que, em grande medida, fora gerado pelo desenvolvimento da economia agroexportadora cafeeira. A partir daí, partiremos para a verificação da singularidade do capital comercial juiz-forano frente àqueles que se desenvolveram no Rio de Janeiro e São Paulo. Procuraremos demonstrar que, apesar de marginal quando comparado a estes dois centros, tal capital desempenhou as mesmas funções no processo de diversificação urbano-industrial que foram observadas nas cidades carioca e paulistana.

---

<sup>7</sup> É importante destacar, ainda, que estamos lidando apenas com a parte sul da Zona da Mata, onde se localizavam seus municípios mais produtivos, como Juiz de Fora, Carangola, Mar de Espanha, Leopoldina e outros. Para o Norte desta mesma área, nos faltam estudos mais verticalizados que permitam a delimitação da região como um todo.

<sup>8</sup>Celso FURTADO. *Formação econômica do Brasil*, p. 142-151.

<sup>9</sup> M. MARTINS. 150 anos de café, p. 145-165.

No momento da análise em que estivermos delimitando a natureza do capital comercial em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, perceberemos que a historiografia tem se inclinado a impor os padrões de produção, comercialização e urbanização verificados em São Paulo sobre os demais centros produtivos sem, contudo, levar em conta os aspectos regionais que, em suas linhas gerais, são substancialmente distintos uns dos outros e que, via de regra, vão ditar o desenvolvimento de suas economias. Parece vigorar uma visão “paulistocêntrica”<sup>10</sup> do período cafeeiro no Brasil. Buscaremos nos contrapor a esta visão demonstrando que a Mata mineira aparece como uma região bem mais desenvolvida do que se percebia até pouco tempo atrás e que era dotada de ritmo e dinâmica próprios. E mais do que isso, que a expansão econômica e política do Sudeste apresentou alternativas distintas daqueles modelos estereotipados paulista e fluminense.

Para tanto, lançaremos mão da vasta historiografia que tratou da economia de Minas Gerais em seus múltiplos aspectos. Buscaremos acompanhar a evolução destes estudos dando ênfase àquelas interpretações que julgamos equivocadas e que foram, em parte, responsáveis pela noção de “atraso” ou “enclave” que até hoje são atribuídas a esta região.

Quanto à justificativa da delimitação de nossa cronologia, ou seja, o período compreendido entre os anos de 1888 e 1930, argumentamos que tal recorte não é aleatório. Já é consagrado pela historiografia que o ano de 1888 representa uma ruptura fundamental na estrutura socioeconômica do país, tanto pela transição do trabalho escravo para o livre, quanto pelos altos índices de monetização assumidos pela economia, fruto imediato daquela transição. Quando transferimos a análise para o âmbito regional da Zona da Mata, percebemos que tal tendência também se confirma, ao contrário do que havia sendo afirmado pela historiografia até então. Este fato possibilitou a ocorrência de um mercado consumidor que fora de fundamental importância para o recém-iniciado processo de industrialização local. Por outro lado, o ano de 1930 e, mais especificamente, o final da década de 20, é o período em que a economia cafeeira entra em sua crise irreversível, ocasionada, por um lado, pela indisponibilidade de terras virgens no interior das unidades e, por outro, pelos efeitos já bem conhecidos da crise de 1929. A partir deste momento, então, é rompido todo o ciclo de efeitos encadeadores que eram corolários da reprodução da atividade de exportação cafeeira, inviabilizando, desta forma, a continuação do processo de diversificação urbano-industrial local.

---

<sup>10</sup> O termo vem sendo utilizado para satirizar a demasiada ênfase que alguns estudiosos têm dado ao papel dos paulistas no Convênio de Taubaté. Ao utilizarmos (de forma adaptada) o mesmo termo estamos buscando, da mesma forma, satirizar os estudiosos que se dedicam a exaltar a economia paulista e menosprezar qualquer outra região produtiva do Sudeste.



## **2. A ECONOMIA DE JUIZ DE FORA: CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA ESTRUTURA COMERCIAL**

### **2.1 A estrutura fundiária**

Como o próprio título do trabalho indica, o objeto principal deste é a estrutura comercial de Juiz de Fora que, em linhas gerais, apresentou-se como um dos diversos efeitos

de encadeamento de consumo<sup>11</sup> gerados pela economia agroexportadora que se desenvolveu na cidade e, de forma mais ampla, em toda a região da Zona da Mata mineira. No entanto, como é natural na atividade historiográfica, a análise desta economia vem sofrendo, há alguns anos, uma significativa transformação (para não dizer evolução) que julgamos ser justo apresentar ao leitor deste trabalho para que a delimitação do tema propriamente dito não se perca em meros devaneios e especulações. Uma rápida revisão de alguns estudos que analisaram a economia mineira no período em questão se faz necessária para que fiquem claras ao leitor tanto a gênese do mercado interno que apontamos anteriormente, quanto a dinâmica da estrutura comercial que iremos abordar mais à frente.

Como se sabe, o município de Juiz de Fora não só desenvolveu uma ampla estrutura escravista e exportadora baseada na produção cafeeira, como também vivenciou um significativo processo de diversificação urbano-industrial que acabou por transformar a cidade no mais importante pólo comercial onde se difundiram atividades fundamentais para o desenrolar da transição escravista-capitalista. Desta forma, iniciaremos a análise pela caracterização da estrutura fundiária que vigorou na economia agroexportadora do município para, posteriormente, tratarmos do processo de diversificação urbana que, dentre outras características, criou as condições para o desenvolvimento de uma estrutura comercial sólida e, até certo ponto, autônoma.

Até a década de 80, os estudiosos que se debruçaram sobre a análise da economia agroexportadora de Minas Gerais e sua posterior evolução para uma estrutura urbana e capitalista possuíam uma tendência a menosprezar tal região, imputando-lhe, no mais das vezes, uma configuração inferior àquela que se deu em São Paulo e no Rio de Janeiro<sup>12</sup>. No limite, esta historiografia ou vai desconhecer ou ignorar as possibilidades de retenção de capital no âmbito da economia local, ora pela suposta dependência do núcleo comercial e financeiro localizado na cidade do Rio de Janeiro, ora pela débil natureza que se impunha à estrutura fundiária da região.

No cerne desta interpretação, encontra-se o trabalho de João Heraldo Lima. Em *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*,<sup>13</sup> J.H. Lima descartou qualquer possibilidade de vinculação entre o capital advindo da cultura de exportação cafeeira e o ascendente modelo de diversificação urbano-industrial, ocorrido no final do século XIX e início do XX. Numa exaltação do empreendedorismo dos cafeicultores paulistas, negou de forma veemente o

<sup>11</sup> Sobre efeitos em cadeia ver A. HIRSCHMAN. “Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada”. In: SORJ *et alii*. *Economia e movimentos sociais na América Latina*.

<sup>12</sup> Wilson CANO. “Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)”. In: *Estudos econômicos*, p. 298.

<sup>13</sup> João Heraldo LIMA. *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*.

dinamismo da economia mineira. Apesar de não se referir especificamente a Juiz de Fora (salvo em certos trechos), mas sim a toda região da Zona da Mata, Lima procura demonstrar que o processo de transição escravista/capitalista não se completou no período acima descrito, justamente pela fragilidade do capital agrário e mercantil desenvolvido na cidade. Na realidade, suas proposições são um pouco mais amplas. Ao comparar (principalmente através de dados estatísticos decorrentes de fontes oficiais) o desenvolvimento da lavoura cafeeira mineira com o mesmo setor paulista e, conseqüentemente, todos os elementos que configuram tal processo, concluiu que a cafeicultura da Zona da Mata teria se desenvolvido através de pequenas propriedades que, por sua própria natureza, estariam impossibilitadas de expandir sua produção ou adquirir novas terras. E mais que isso: argumentou que a lavoura de café em Minas teria se reproduzido sob a égide de capitais médios, o que significa, em outras palavras, que estes capitais desempenhariam funções estritamente agrárias, não sendo capazes de exceder os limites das fazendas para atingir outros setores da economia e que se relacionam a atividades urbanas de natureza capitalista como, por exemplo, a industrialização e a comercialização<sup>14</sup>. A esse respeito, a seguinte afirmação é emblemática:

A cafeicultura em Minas Gerais teria se desenvolvido sob a larga predominância de “capitais médios”. (...) Este capital de reduzido porte desempenharia, de modo geral, apenas funções estritamente agrárias. Não “transbordaria” diretamente para fora das plantações (...) dificilmente participaria de qualquer etapa comercial ou financeira ligada ao comércio cafeeiro, e pouco provavelmente teria excedente disponível para diversificar suas inversões<sup>15</sup>.

Além disso, um outro obstáculo seria deferido contra a expansão da cafeicultura em Minas e, mais especificamente, na Zona da Mata, sua região mais produtiva: a inexistência, a partir de 1890, de terras virgens que possibilitassem a reprodução e o crescimento da lavoura. Este fato, somado às estreitas bases de apropriação do excedente, teve como conseqüência lógica o retardamento do processo de transição escravista/capitalista. Através destas condições, a delimitação da economia local como espaço próprio e dotada de particularidades estaria comprometida. Esta era entendida, então, como uma mera extensão daquele núcleo agroexportador que lhe servia de referência não só pelas atividades comerciais, como também pelas financeiras: a cidade do Rio de Janeiro. Se, como quer esta vertente historiográfica, os recursos e a produção tinham como destino final o Distrito Federal, a economia da Mata teria

---

<sup>14</sup> LIMA. *Idem*, p. 18- 43.

<sup>15</sup> LIMA. *Op. cit.*, p. 61.

um destino similar àquele que se abateu sobre a cafeicultura carioca no final do século XIX. Ou seja, deveria acompanhar a tendência de crise e declínio de seu principal produto<sup>16</sup>.

A partir dos últimos anos, no entanto, surgiram novas e reveladoras interpretações a respeito da economia da Zona da Mata e, mais precisamente, de Juiz de Fora (o foco central de nosso trabalho) no período em que a lavoura cafeeira estava em pleno desenvolvimento. Estas interpretações<sup>17</sup> contrariam de forma veemente a maioria das proposições que haviam sido elaboradas até aqui, tanto no que diz respeito ao universo agrário, quanto no tocante ao processo de diversificação urbano-industrial que acabou por transformar a cidade em um importante centro comercial e industrial no início do século XX. Buscaremos esboçar as linhas gerais desta nova interpretação contrastando-as, sempre que possível, com a vertente anterior.

É de fundamental importância destacar que a evolução na interpretação não é uma especificidade da economia de Juiz de Fora em um determinado momento. É uma característica inerente do fazer histórico, na medida em que novas fontes erguem-se do anonimato para sustentarem novas posições e imputar um descrédito quase que total às argumentações elaboradas antes de seu aparecimento. Neste sentido, as críticas aqui elaboradas contra os trabalhos mais antigos que analisaram a economia de Minas Gerais constituem-se muito mais como uma tentativa de enriquecer a discussão do que como um menosprezo àquelas interpretações. À luz de um novo *corpus documental*, buscaremos clarear algumas questões que julgamos equivocadas sem, contudo, ignorar a contribuição oferecida por aqueles estudos. No caso aqui em questão, estamos nos referindo a fontes de natureza extra-oficial, como documentos cartoriais e outros, que foram essenciais para elucidar o regime fundiário adotado em Juiz de Fora quando de seu movimento de ocupação e expansão populacional.

Em um trabalho do início da década de 90,<sup>18</sup> A. Pires demonstrou que o regime fundiário de Juiz de Fora, longe de ter sido marcado pela pequena e média propriedade, esteve sob a égide de grandes extensões de terras. Estamos considerando aqui, assim como o autor do referido trabalho, que o limite entre uma grande e uma pequena propriedade são 200

---

<sup>16</sup> Rita de Cássia da SILVA ALMICO. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870-1914)*, p. 64.

<sup>17</sup> ALMICO. *Idem*.

A. PIRES. *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. L.F. SARAIVA. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora (1870-1900)*.

<sup>18</sup> PIRES. *Op.cit.*

alqueires<sup>19</sup>. Não obstante, além do predomínio da grande propriedade, ficou constatado uma brutal concentração de terras nas mãos de poucos fazendeiros.<sup>20</sup> A tabela 01 pode demonstrar melhor aquilo que estamos querendo enfatizar:

Tabela 01: Participação dos grandes proprietários no conjunto da área para a Vila de Santo Antônio do Paraibuna 1855/56

Extensão	Número	%	Área (alq.)	%
-200 alq.	79	78,22	4.058	25,71
+200 alq.	22	21,78	11.723	74,29
Total	101	99,99	15.781	99,99

Fonte: Registros de terra (Paróquia de Santo Antônio do Paraibuna) 1855/56. Arq. Pub. Mun. *Apud* PIRES. “Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)”. *In: op. cit.*, p. 37.

Os dados apresentados na tabela 01 deixam *clara a concentração a que estamos nos referindo*. Dos 101 declarantes, somente 22 deles (21,78%) detêm 11.723 alqueires, que correspondem a 74,29% da área total analisada. O restante, 4.058 alqueires, estão distribuídos entre 79 proprietários (78,22%). A explicação para esta brutal concentração pode ser encontrada na forma como estas terras foram distribuídas na Vila do Santo Antônio do Paraibuna (que mais tarde seria elevada à condição de Município, chamado de Juiz de Fora). A distribuição de sesmarias com a finalidade de ocupar a região acabou concedendo à elite imperial formas alternativas de aplicação de reservas de capital e escravos remanescentes da extinta atividade aurífera<sup>21</sup>.

Constatou-se, então, que o município de Juiz de Fora (que já em 1856 era o maior produtor de café da província de Minas Gerais) acompanhou a tendência geral observada nos grandes centros agroexportadores de café do país. Ou seja, o predomínio de grandes propriedades e, mais do que isso, a grande concentração da propriedade fundiária<sup>22</sup>.

Utilizando-se de um outro tipo de fonte (os inventários de cafeicultores), Rômulo Andrade também constata a marcante presença da grande propriedade para o município de

<sup>19</sup> O parâmetro “200 alqueires” não é aleatório. É a mesma medida utilizada para a demarcação das terras do Vale do Paraíba fluminense. Utilizou-se o mesmo parâmetro justamente para que fique elucidada a identificação da lavoura da Zona da Mata com aquela do Rio de Janeiro, e para afastar-se das gritantes diferenciações supostas por alguns autores.

<sup>20</sup> O. VALVERDE. “Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais”. *In: Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 20(1): 3-82, jan./mar. 1958.

D. GIROLETTI. *A industrialização de Juiz de Fora*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 10(3): 144-202 mai. 1980.

<sup>21</sup> A.L. LANA. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre em Minas Gerais (1870-1920)*.

<sup>22</sup> Rômulo ANDRADE. “Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata”. *In: Estruturas agrárias e relações de poder*, p. 95-98.

Juiz de Fora. Além da área total das unidades, ele adota como critério o número de escravos e a quantidade de pés de café por unidade. Por tal critério, as propriedades seriam grandes quando contassem com 50 ou mais escravos, com uma plantação de 30.000 a 200.000 pés de café e, como já observamos anteriormente, com uma área total de 200 ou mais alqueires. Os inventários demonstraram que o município de Juiz de Fora possuía, em média, 100 escravos por unidade, com 236 alqueires de terra e 237,714 pés de café. Não obstante, Andrade detectou ainda uma outra forma de demonstrar a existência de grandes propriedades na região: os anúncios de vendas de fazendas presentes no *Jornal Pharol*. Aí podem ser encontrados anúncios de venda de propriedades não só de Juiz de Fora, mas também de outros municípios, como Muriaé, por exemplo, o que pode ser um indicativo da existência do mesmo regime que marcou a economia juizforana. Em um destes anúncios, de 13 de maio de 1882, pode-se ler: *duas fazendas anexas com 600 alqueires de terra, sendo 300 alqueires em mata virgem e 300 em pastos*<sup>23</sup>. Este exemplo, além de contradizer a hipótese da pequena propriedade, contraria ainda uma outra questão levantada por Lima: a da inexistência de terras disponíveis para a reprodução ampliada das unidades produtivas.<sup>24</sup>

Uma vez estabelecido o regime fundiário que predominou em Juiz de Fora, passaremos a analisar, a partir deste momento, a capacidade de capitalização destas grandes propriedades. Um indicativo que pode ser chamado para demonstrar a capacidade de capitalização das grandes propriedades cafeeiras de Juiz de Fora é o valor dos principais ativos que compõem uma fazenda: escravos, terras e cafezais. Em outras palavras, o que se está querendo demonstrar é a capacidade de concentração e acumulação de riquezas por parte dos grandes latifundiários de café. E mais que isso: a solidez do capital cafeeiro na região, fato tão renegado pela historiografia. Ao avaliar a participação dos três ativos citados anteriormente na constituição da riqueza total de uma fazenda, fica evidente a concentração por parte das grandes propriedades. Na tentativa de estabelecer uma proporcionalidade das inversões mais representativas de uma fazenda para os grandes, médios e pequenos proprietários, Rômulo Andrade agrupou os inventários de fazendeiros de café de Juiz de Fora e, mais uma vez, constatou a brutal concentração de terras e capital em favor dos latifundiários. O resultado foi o seguinte: os grandes proprietários concentram, em valor, 85% dos escravos, 88% da produção de café e 84% das terras; os médios proprietários detinham 12% dos escravos, 10% do café e 14% das terras; e por fim, aos pequenos proprietários restavam somente 3% dos escravos, 2% do café e 2% das terras. Em uma proporção global,

---

<sup>23</sup> ANDRADE. *Op. cit.*, p. 96-98.

<sup>24</sup> LIMA. *Op. cit.*, p. 101.

percebe-se que os grandes fazendeiros participavam com 86% dos investimentos mais significativos no setor produtivo, sobrando apenas 14% para as demais categorias. Estes valores são bastante reveladores, ainda mais se tivermos em conta que estes latifundiários ocupam sempre a menor parte do conjunto total da amostra (cerca de 30%). É bom lembrar, ainda, que o ativo “escravo” vigorou somente até o fim da década de 80 sendo, até então, o ativo mais importante na composição da riqueza de uma fazenda. Quando da abolição, em 1888, o ativo “terra” passou a assumir este papel.<sup>25</sup>

Também Rita Almico deu sua contribuição para uma melhor compreensão da capacidade de capitalização das unidades produtivas de Juiz de Fora. Em seu denso e minucioso trabalho a respeito das transformações sofridas pela riqueza no município entre os anos de 1870 e 1914, constatou uma significativa diferenciação nos ativos nos dois subperíodos por ela delimitados, a saber: de 1870 a 1888 e de 1889 a 1914. Como se percebe, o marco que divide estes dois subperíodos é o ano da abolição da escravidão. Isto se explica na medida em que – como já demonstramos anteriormente – o escravo deixou de existir como principal ativo na constituição da riqueza de um fazendeiro. Além da brutal concentração da renda<sup>26</sup> – que não voltaremos a insistir aqui, Rita segue os passos de Andrade ao demonstrar a prioridade que era dada aos investimentos tidos como “tradicionais” no período anterior à abolição: escravos, dívida ativa e café. Todavia, a grande novidade de seu trabalho diz respeito às transformações na riqueza do grupo mais rico da sociedade no período de implantação do trabalho livre na região, como de resto, em todo o país.

O questionamento que esta autora procura responder é para onde foram destinados os recursos que outrora eram mobilizados na compra de cativos. Ou seja, sua pretensão foi de descobrir o que substituiu o escravo, mas não enquanto mão-de-obra, e sim como investimento. Ela sugere que a acumulação de capital oriunda do café trouxe a regiões como Minas, São Paulo e Rio de Janeiro um grau de modernização ainda no fim do século XIX. Desta forma, transportes, máquinas de beneficiamento e setores ligados à diversificação urbana como um todo apontaram para uma alternativa aos investimentos que até então estavam circunscritos ao setor agrário. Dos 468 inventários pesquisados para o período 1889-1914, 185 eram de produtores de café. Apesar de os cafeicultores não constituírem a totalidade da amostra, o que importa é “demonstrarmos que a acumulação está diretamente

---

<sup>25</sup> ANDRADE. *Op. cit.*, p. 110-112.

<sup>26</sup> A concentração da renda no segundo subperíodo (1889-1914) é gritante. Dos 468 inventariados, seis detêm 20,5% das riquezas. Desses seis, três estão ligados à grande produção de café. Ver SILVA ALMICO. *Op. cit.*, p. 115.

ligada à produção cafeeira e, conseqüentemente, à diversificação ocorrida na riqueza pessoal dos habitantes dali, enquanto esse era o principal produto de exportação nacional.”<sup>27</sup>

Diferentemente do primeiro subperíodo, quando predominavam os ativos ligados direta ou indiretamente ao setor fundiário, no segundo subperíodo (1889-1914) constata-se a presença de investimentos também ligados ao universo urbano da economia. Por ordem de importância, aparecem a terra, as casas e os investimentos tidos como financeiros, como títulos da dívida pública e ações. Na realidade, a autora argumenta que este movimento de urbanização dos investimentos apenas acompanhou uma tendência que era nacional. Para tanto, fora indispensável o deslocamento populacional das zonas agrárias em direção à cidade de Juiz de Fora, que viu sua população urbana crescer 313,28% do primeiro para o segundo subperíodo. Além, é claro, do forte impulso dado à industrialização pelo desenvolvimento da cultura do café. Nesse sentido, “Companhias de transporte, têxteis, cervejarias, de eletricidade, bancos, construção civil etc. São algumas empresas das que encontramos em nossa pesquisa e que só foram fundadas a partir do capital cafeeiro acumulado em nossa região”.<sup>28</sup> Nas palavras da própria Rita Almico:

Ao longo do trabalho, acompanhamos uma verdadeira “dança da riqueza”. Se num primeiro momento esta se constituía de forma extremamente “tradicional”, com escravos, café e dívidas ativas como os principais ativos do período (1870/1888), no final desse período o crescimento de ativos como títulos e ações já nos apontavam “traços” de uma modernização, o que também indica uma racionalidade por parte dos abastados fazendeiros de Juiz de Fora em manterem-se atrelados às oportunidades de investimentos que se descortinavam com a crise provocada pela transformação do trabalho, mesmo que esses investimentos fossem uma forma de assegurar o patrimônio como os títulos da dívida pública e os dotes (...) Este crescimento do setor urbano já vinha ocorrendo antes de 1888, mas percebemos uma “aceleração” a partir daí que indica novamente a percepção de novas relações econômicas e sociais.<sup>29</sup>

Com estas argumentações, pretendemos mais uma vez contradizer as hipóteses de J.H. Lima, para quem os capitais gerados na cafeicultura mineira não teriam sido capazes de “transbordar” para fora das plantações.

Estabelecidas as bases da concentração fundiária e a conseqüente retenção e concentração de riquezas por parte dos grandes latifundiários, resta a esta análise a avaliação de uma outra questão que teria dificultado (ou impossibilitado) o processo de transição para uma economia tipicamente capitalista em Juiz de Fora como, de resto, em toda a Zona da

<sup>27</sup> SILVA ALMICO. *Op. cit.*, p. 105-115.

<sup>28</sup> SILVA ALMICO. *Op. cit.*, p. 120-140.

<sup>29</sup> SILVA ALMICO. *Op. cit.*, p. 139-140.



Mata de Minas Gerais: o problema da retenção de recursos no que diz respeito, desta vez, ao universo “macroeconômico” da economia local. Ou seja, uma vez já demonstrada a capacidade de retenção de capitais no interior das unidades produtivas, passaremos a analisar a suposta transferência de recursos desta economia para o núcleo comercial e financeiro situado na cidade do Rio de Janeiro.

Como se sabe, a região da Zona da Mata (assim como todo o estado de Minas Gerais) constitui-se como uma região interiorana ou, em outras palavras, é destituída de uma saída própria para o oceano. Esta limitação geográfica acabou por provocar inúmeras conseqüências para a economia agroexportadora de Juiz de Fora. A ausência de um núcleo de comercialização externa para o seu principal produto – que no final dos anos 1880 já representava 70% de toda a produção do estado – fez com que a estrutura de comercialização do café se deslocasse de sua estrutura produtiva. Elegeu-se, então, o cais do centro comercial mais dinâmico do país: a cidade do Rio de Janeiro. O grande problema deste fato é que acabou por gerar uma brecha para algumas argumentações<sup>30</sup> a respeito da canalização das riquezas produzidas na Zona da Mata e, mais especificamente, em Juiz de Fora em direção àquele centro. O centro agroexportador da Mata passou a ser entendido, a partir de então, como um mero apêndice do “complexo cafeeiro”<sup>31</sup> carioca. Desta forma, segundo os autores que assim a compreendem, a economia mineira acompanhou a tendência de crise irreversível da economia do Rio de Janeiro já no fim do século XIX, quando se constata o esgotamento dos solos cultivados e a impossibilidade absoluta de reprodução dessa economia, haja vista o fim das fronteiras abertas no interior do estado.

Na verdade, a grande questão que se coloca é a referente ao financiamento da produção. Vejamos de que forma se deu a evolução do financiamento para as lavouras da Zona da Mata. Seria inviável tratarmos deste assunto sem analisarmos a figura do comissário. Como a historiografia a respeito deste tema já deixou bastante claro,<sup>32</sup> o comissário era aquele intermediário entre o produtor direto e o exportador. Tal atividade se intensificava no decorrer do século XIX, na medida em que as unidades produtivas buscavam expandir suas plantações e, para isso, dirigiam-se para as regiões interioranas. Em princípio, esta figura se restringia apenas às atividades comerciais, agindo como uma espécie de catalisador da produção de origens e qualidades geralmente distintas, o que contribuía para a padronização e comercialização do produto em grande escala. Todavia, a expansão da atividade cafeeira

---

<sup>30</sup> LIMA. *Op. cit.*, p. 62-66.

H.P. MELLO. *O café e a economia do Rio de Janeiro*.

<sup>31</sup> Wilson CANO. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, p. 20-21.

<sup>32</sup> M.S. FRANCO. *Homens livres na ordem escravocrata*.

demandava cada vez mais recursos para satisfazer sua reprodução. Os grandes fazendeiros não dispunham destes recursos pois, como já assinalamos anteriormente, possuíam enorme quantia de capital empatado em escravos, terras e pés de café. Na ausência de um sistema financeiro que pudesse satisfazer esta necessidade, serão os próprios comissários que irão desempenhar esta função: a de financiadores da produção cafeeira.<sup>33</sup>

Entretanto, como o capital de giro do comissário era muito lento, pois dependia da sazonalidade da produção cafeeira para a obtenção de lucros monetários, o esgotamento de suas funções parecia inevitável a partir da década de 80 do século XIX. O fim da escravidão e o surgimento de um sólido sistema bancário causaram seu gradual desaparecimento. As altas taxas de liquidez necessárias ao pagamento dos salários aos trabalhadores recém-libertos estavam muito além dos limites do comissário e/ou das casas comissárias. E as medidas governamentais que, neste mesmo período, provocaram a proliferação de bancos acabariam por substituir tal agente como financiador da produção e da reprodução das unidades cafeeiras. Acrescente-se a isso, ainda, a nova forma de comercialização de café adotada pelos exportadores, que passaram a enviar agentes para negociar o produto diretamente com o fazendeiro.<sup>34</sup> A partir daí, percebe-se uma nítida transformação no que tange à atividade financeira: é com o gradual desaparecimento dos comissários que esta atividade (ou este capital) passa a assumir uma autonomia frente à atividade comercial, delimitando-se como um setor independente na economia agroexportadora.<sup>35</sup>

Se a hipótese da transferência de recursos para a economia do Rio de Janeiro está baseada na argumentação de que o financiamento da lavoura de Juiz de Fora era oriundo daquele centro, parece que há algo de equivocado nesta interpretação. Como já nos referimos anteriormente, a atividade comissária originada no Distrito Federal foi imprescindível para a reprodução da cafeicultura mineira até, no máximo, o final da década de 80. No entanto, seria demasiado simplista supor que a economia local não possuía nenhum mecanismo próprio de financiamento da atividade agrária

Tabela 02: Decomposição das dívidas passivas:  
origem do capital de empréstimo para as unidades agroexportadoras de Juiz de Fora  
1879/1929

<sup>33</sup> MARTINS. *Op.cit.*, p. 185-188.

<sup>34</sup> Ao analisar a trajetória de uma importante casa comercial inglesa no Brasil, Martins aponta que “no último quartel do século XX, a E. Johnston e Co. iniciou o processo de modernização de seus métodos comerciais. Sem dúvida, esta prática já estava em andamento quando Green chegou a Santos. Mas é através de suas cartas que obtemos uma visão mais clara do que se faz. Primeiro, a influência de Jonhston foi decisiva na mudança e na estrutura do comércio brasileiro de café. A casa procurou deixar de lado os intermediários e negociar diretamente com os agricultores do interior”. Ver MARTINS. *Op. cit.*, p. 180-187.

<sup>35</sup> M.A. FERREIRA. *Crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 1986.

(valores em mil-réis)

<b>Década</b>	<b>Local</b>	<b>%</b>	<b>RJ</b>	<b>%</b>	<b>n.ºident.</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
1870/79	129:488	41,79	144:477	46,63	35:854	11,57	309:819
1880/89	201:135	19,66	768:649	75,16	52:786	5,16	1.022:570
1890/99	197:998	99,39	1:211	0,60	-	-	199:209
1900/09	476:373	77,58	73:868	12,03	63:755	10,38	613:996
1910/19	96:565	88,17	2:263	2,06	10:689	9,76	109:517

Fonte: PIRES. "Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)". In: *op. cit.*, p. 64.

Se, até o final da década de 80, a maior parte dos créditos para o financiamento da cafeicultura local era proveniente do Rio de Janeiro, a partir da década seguinte esta situação se alterou substancialmente. O surgimento do aparelhamento bancário na cidade de Juiz de Fora, com a presença de grandes instituições como o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais<sup>36</sup> e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais possibilitou a oferta de crédito mais seguro e menos custoso para a cafeicultura local, desbancando, assim, a posição até então hegemônica do centro financeiro da praça carioca.<sup>37</sup> A instalação daqueles bancos (em especial o Banco de Crédito Real) acabou por romper, pelo menos em parte, os laços de dependência da região da Zona da Mata para com o núcleo financeiro do Rio de Janeiro, inviabilizando, assim, o canal até então aberto de transferência de recursos para a praça carioca e possibilitando a retenção de excedente econômico no âmbito local.

Torna-se imprescindível ressaltar que, apesar de a estrutura financeira da Zona da Mata ter rompido seus vínculos com a oferta de créditos disponível no Rio de Janeiro, o mesmo não pode ser dito a respeito da estrutura comercial. Como já é sabido, a natureza geográfica de Minas Gerais imputou-lhe a ausência de uma saída para o mar e portanto, a inexistência de um núcleo de comercialização voltado para o mercado externo. Neste sentido, os fluxos de comercialização do café desta região continuaram a ser escoados pelo porto carioca. Ao contrário da estrutura financeira, esta limitação não pôde ser amenizada ou solucionada com o passar dos anos. Inevitavelmente, uma pequena parte do excedente da produção mineira continuaria a ser canalizado para aquele centro, caracterizando uma das principais particularidades da economia agroexportadora que se verificou na Mata mineira: sua natureza essencialmente periférica.

Analisadas as condições básicas para o desenvolvimento de uma estrutura de crédito independente na região, passemos a verificar o processo de reprodução e expansão da

<sup>36</sup> O Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais, fundado em 1887 na cidade de Juiz de Fora, não suporta a crise do Encilhamento e tem sua falência decretada em 1992.

<sup>37</sup> PIRES. *Op. cit.*, p. 65.

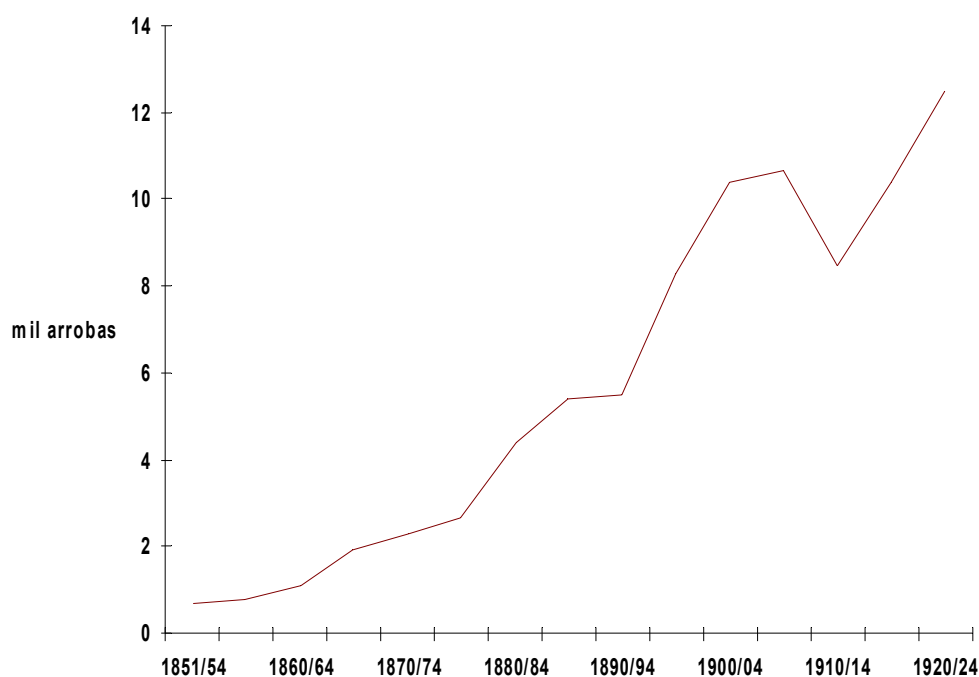
cafeicultura em Minas Gerais e na Zona da Mata. O café chegou a Minas Gerais, primeiramente, vindo do Rio de Janeiro, via caminho novo, no início do século XIX. A primeira região a ser atingida por esta cultura foi justamente a Zona da Mata. Posteriormente, por influência do Vale do Paraíba paulista, atinge o sul de Minas. O crescente interesse pela produção cafeeira pode ser explicado tanto pelo aumento dos preços deste produto no mercado internacional quanto pela disponibilidade de terras produtivas disponíveis na região. Além disso, a produção cafeeira apresentava-se como uma excelente alternativa para a aplicação dos recursos adquiridos com a extinta atividade mineradora. A primazia da região sul da Zona da Mata no cultivo do produto é entendida se pensarmos em sua proximidade com a província do Rio de Janeiro, caminho mais curto para o escoamento de sua produção, numa época em que o transporte era realizado em lombo de mulas e que poderia levar até 30 dias. Um dos primeiros impactos provocados pela difusão das plantações de café foi o movimento migratório ocorrido em direção às áreas produtoras. Um verdadeiro *boom* demográfico povoou rapidamente estas regiões. Se nos retermos à Zona da Mata, veremos que sua população passou de 20 mil habitantes em 1822 para 250 mil em 1872 e 430 mil em 1890, o que pode demonstrar a atratividade representada pelos lucros oriundos do cultivo do café durante todo o século XIX.<sup>38</sup>

Na primeira metade do século, a região da Mata mineira já despontava como o pólo produtivo mais importante de Minas Gerais. Fora responsável por 9.259 arrobas das 9.739 arrobas produzidas pela província. Já em 1839, a produção de toda a província sofre um salto de 370%, atingindo as 243.473 arrobas. Mas é na segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX que esta produção atinge seu ápice (até porque não possuímos dados Confiáveis para os anos anteriores). O gráfico a seguir revela o comportamento da produção de café na província de Minas Gerais para os anos de 1850 a 1924.

Gráfico 1: Evolução da produção de café de Minas Gerais  
Médias Quinquenais  
1850/1924

---

<sup>38</sup> ANDRADE. Op. cit. p. 96



*Fonte:* PIRES. *Op. cit.*, p. 83.

O gráfico 1 demonstra o movimento de expansão da produção cafeeira em Minas Gerais em todo o decorrer da segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. Este crescimento é da ordem de 1.659%, passando das 711.732 arrobas no quinquênio 1850-54 para 12.519.504 arrobas no quinquênio 1920-24. Esta tendência à expansão só não é verificada em dois períodos: entre os anos de 1885 e 1894, quando o impacto da abolição da escravidão é inevitável; e no período entre 1904 e 1910, anos marcados pela crise de preços do café, que se iniciou em 1898 e perdurou até o fim da primeira década do século XX. Entretanto, como fica claro no gráfico, o período representado pela crise da escravidão apenas estagnou o contínuo movimento de expansão. Como se vê, somente a grave crise dos preços do café significou uma redução substancial na produção como, de resto, em todos os centros produtores do país.

Apesar de o contingente escravo significar, até 1888, praticamente 50% do capital empatado da fazenda, a região de Minas Gerais suportou bem os impactos da crise. Ao que tudo indica, já em 1891, a produção do estado atingiu níveis superiores àqueles verificados nos anos imediatamente anteriores à Lei Áurea. Este fato se deve à crise do encilhamento que provocou um processo inflacionário que elevou em muito os preços internos do café. Entre 1889 e 1891, a elevação dos preços chega a quase 50%, passando de 7\$491 para 13\$222. Esta elevação de preços (e, conseqüentemente, dos lucros) foi fundamental para suprir a carência

por liquidez das unidades que, a partir de 1888, viram os custos da produção aumentarem significativamente com a remuneração.<sup>39</sup>

Vejam agora, de que forma a produção mineira se comportou frente à produção dos grandes centros agroexportadores. Seria utópico de nossa parte supor que a produção cafeeira de Minas Gerais acompanhou o ritmo de expansão observado em São Paulo. A presença de fronteiras abertas não-verificadas em qualquer outra região do país possibilitou, a partir do decênio 1891-1900, um extraordinário crescimento de sua produção. Se tomarmos como parâmetro o período 1876-1930, temos um crescimento da ordem de 1.103%. Dos 24,3% que ocupava na produção nacional em 1876, salta para 66,5% no decênio 1830.

Entretanto, se tomamos como referência a produção do estado do Rio de Janeiro, verificamos um movimento contrário. Dos 52,2% que ocupava na produção nacional em 1876, declina para 5,6% na década de 1920, uma queda de 47,5%. O período que marca o decréscimo da produção carioca é justamente o mesmo que marcou a expansão paulista, ou seja, a década de 1891-1900. Nesta década, sua produção atingiu as 911 sacas de café, enquanto que no decênio anterior, a produção havia sido de 2.176 sacas, uma queda de mais de 50%. Toda esta crise encontra explicação no esgotamento dos solos e na dificuldade da economia carioca em lidar com a abolição da escravidão.

A análise do comportamento da cafeicultura mineira no decorrer do período 1876-1929 evidencia que, se a produção de café esteve longe de acompanhar os níveis verificados para São Paulo, também não experimentou a amarga crise vivenciada pelo complexo carioca. Sua participação na produção nacional gira sempre em torno dos 20%, em um mínimo de 18,4% na década de 1911-1920 e com no máximo de 22,7% na década de 1891-1900. Sua produção partiu das 767 sacas em 1876 para as 3.445 em 1930. E mais do que isso: as médias de seu crescimento acompanharam de perto as médias nacionais. Se a produção total do país cresceu em torno de 340%, saltando das 3.803 mil sacas em 1876 para 16.731 mil em 1930, a produção mineira chegou à média de 349%, o que nega de forma veemente a expressão *as precárias condições da cafeicultura em Minas*, proferida por J.H. Lima.<sup>40</sup> A tabela a seguir demonstra bem a comparação do comportamento da cafeicultura carioca e da Zona da Mata.

Tabela 03: Variação proporcional da produção do Rio de Janeiro e da Zona da Mata de Minas Gerais

Período	Rio de Janeiro	%	Zona da Mata	%
---------	----------------	---	--------------	---

<sup>39</sup> PIRES. *Op. cit.*, p. 85-87.

<sup>40</sup> PIRES. *Op. cit.*, p. 98-99.

1847/48	6.505.712	89,74	743.707	10,25
1886	8.171.227	65,43	4.316.067	34,86
1888	7.298.533	62,20	4.433.800	37,79
1903/04	4.456.471	42,64	5.993.425	57,35
1926	3.652.668	28,62	9.1050543	71,37

Fonte: PIRES. *Op. cit.*, p. 103.

## 2.2 Complexo agroexportador: uma análise das principais regiões cafeeiras do país

As proposições apresentadas até aqui parecem indicar a existência dos pressupostos básicos para a caracterização do chamado “complexo agroexportador cafeeiro” na Zona da Mata. Esta definição fora esboçada por W. Cano, que definiu suas pré-condições da seguinte forma: a produção de café essencialmente voltada para o mercado; a expansão dos setores ferroviário e financeiro; comércio de exportação e importação; atividades orientadoras de infra-estrutura, como portos, armazéns, transportes urbanos e comunicações, assim como aquelas associadas diretamente à urbanização, como o comércio e a indústria, por exemplo; e, para finalizar, a intervenção do Estado, seja do governo federal como do estadual.<sup>41</sup>

Como se pode notar, a definição do “complexo” está invariavelmente associada à produção em larga escala do café. Todas as atividades apresentadas acima, sejam elas urbanas ou não, são oriundas desta produção ou se colocam a serviço dela, como a expansão da malha ferroviária e o comércio de exportação. Todavia, o autor que formulou tal proposição não conseguiu constatar a presença de todos estes pré-requisitos em regiões externas a São Paulo. Negou a existência deste complexo até mesmo para o estado do Rio de Janeiro. Para Minas Gerais, vejamos o que diz Cano:

Como se tentou mostrar, a despeito da subordinação da cafeicultura de Minas Gerais, que não proporcionou a criação de um complexo cafeeiro, e da débil recuperação de sua agricultura, sua expansão industrial e bancária foi notável (...).<sup>42</sup>

Os dados fornecidos até aqui e algumas outras informações apresentadas pela historiografia mais recente parecem contestar as conclusões de Cano. O vigor assumido pela produção cafeeira da Zona da Mata foi capaz de criar as condições para as transferências intersetoriais de recursos na economia local. Para o município de Juiz de Fora, longe de ter restringido seus investimentos no âmbito da própria produção agroexportadora, a participação

<sup>41</sup> CANO. “Raízes da concentração industrial em São Paulo”. *Op. cit.*, p. 20-21.

<sup>42</sup> CANO. “Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). In: *Op. cit.*, p. 298.

do capital cafeeiro na expansão das atividades urbanas que, associadas, configuram as bases de uma sociedade capitalista, foi notável. A tabela abaixo revela algumas atividades atingidas por este capital:

Tabela 04: Principais empresas com ações no patrimônio de fazendeiros de Juiz de Fora 1870/1929

Setores	Empresas
Rodo-ferroviário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cia. União e indústria</li> <li>• Cia. União mineira</li> <li>• Cia. Ramal do Rio Novo</li> <li>• Cia. E.F. J.Fora a Piau</li> </ul>
Financeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais</li> <li>• Banco de Crédito Real de Minas Gerais</li> </ul>
Transportes urbanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cia. Ferrocarril de Porto das Flores e Paraibuna</li> <li>• Cia. Ferrocarril Bondes de Juiz de Fora</li> </ul>
Energia elétrica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cia. Mineira de eletricidade</li> </ul>
Construção civil/industrial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cia. Construtora mineira</li> </ul>
Industrial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cia. Chimico industrial mineira</li> <li>• Cia. Mecânica mineira</li> </ul>
Diversos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cia. Fiação e tecelagem industrial mineira</li> <li>• Cia. Fiação e tecelagem S. Vicente</li> <li>• Cia. Laticínios de Juiz de Fora</li> <li>• Soc. Progresso de Juiz de Fora</li> <li>• Cia. Promotora da indústria e melhoramentos</li> <li>• Academia de comércio</li> <li>• Cia. Mutação comercial e agrícola</li> </ul>

*Fonte:* Inventários – Juiz de Fora (1870-1929). *Apud* PIRES. “Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)”. *In:* op. cit., p. 148.

Parece, portanto, que a região da Zona da Mata agrupou todos os elementos básicos para a caracterização do “complexo agroexportador cafeeiro”, e que teve na cidade de Juiz de Fora seu ponto de convergência de recursos e investimentos mais importante. Há, no entanto, uma ressalva a ser feita. O leitor mais atento deste trabalho deve ter se espantado quando, ao verificar os pré-requisitos apontados por Cano para a formação de um “complexo agroexportador”, constatou a presença do item “portos” no bojo de tais condições. Verdadeiramente, como se sabe, a região de Minas Gerais constitui-se como uma região interiorana ou, em outras palavras, destituída de uma saída própria para o oceano e, portanto,



de um núcleo de comercialização externo que possibilitasse o escoamento de sua produção agrícola. Como já nos referimos anteriormente, a proximidade geográfica para com a capital do país no período em questão constituiu-se como fator preponderante para a escolha deste centro como espaço de comercialização e financiamento da produção local. Como vimos, a dependência financeira pôde ser rompida na década de 1890, com a instalação do aparelhamento bancário na região. Entretanto, o mesmo não pode ser dito a respeito da dependência portuária. Uma restrição natural que, de uma forma ou de outra, acabou impondo limites à acumulação de capitais e imputando ao complexo da Zona da Mata uma natureza essencialmente “periférica” ou “marginal”.

Esta caracterização nos remete a uma relevante discussão a respeito da conceituação do complexo cafeeiro. Como já tivemos a oportunidade de afirmar, o termo fora formulado por Wilson Cano e tinha a finalidade de caracterizar a economia agroexportadora de São Paulo em fins do século XIX e início do século XX. Segundo este autor, a única região do país que agrupou os componentes básicos para a formação do “complexo cafeeiro” foi o estado de São Paulo. Consideramos, entretanto, que esta afirmação deve ser relativizada, uma vez que o termo fora esboçado *a posteriori* e buscava abarcar as singularidades de uma determinada região: o estado de São Paulo ou, especificamente, sua região mais produtiva, ou seja, o Oeste paulista. Na realidade, a adequação de outros centros de produção cafeeira ao modelo do “complexo” deve levar em conta as especificidades regionais, ainda mais se levarmos em conta que estamos lidando com três regiões altamente diferenciadas: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os maiores núcleos produtores de café do país no período em questão. É óbvio imaginar que J.H. Lima, em sua obra já citada neste trabalho, não encontraria em Minas as características do complexo paulista, pois estas foram criadas exclusivamente para aquele modelo. Assim como Wilson Cano não pôde encontrar estas mesmas características para o Vale do Paraíba fluminense.<sup>43</sup> Estamos lidando com três regiões distintas que, por sua importância no bojo da economia nacional, merecem estudos cada vez mais setoriais que possibilitem o esclarecimento das particularidades que citamos anteriormente. Assim, este trabalho constituiu-se como uma contribuição para o entendimento de um setor que tem sido ignorado pela historiografia do período: a estrutura comercial.<sup>44</sup>

Vejam agora, ainda que de forma resumida, algumas das singularidades de cada região que, em seu conjunto, impossibilitam a generalização do termo “complexo cafeeiro”. Como se sabe, os núcleos agroexportadores do Rio de Janeiro e São Paulo assumiram papel

<sup>43</sup> CANO. *Op. cit.*, p. 291-294.

<sup>44</sup> O único trabalho específico sobre este assunto que temos conhecimento é Marisa Midori DEAECTO. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*.

de destaque na produção e comercialização do café, haja vista que as duas cidades possuíam, em seu próprio estado de origem, um cais exportador<sup>45</sup>. No Rio, o “complexo agroexportador” assumiu características singulares, uma vez que esta cidade concentrava, em seu espaço físico, os centros comercial e urbano do complexo cafeeiro, o cais que escoava a produção e, ainda, o núcleo político-administrativo. Há de se ressaltar, não obstante, que a cidade carioca ainda possuía o *status* de ser o Distrito Federal, o que contribuiu significativamente para tornar tal cidade a mais importante do país no final do século XIX e início do XX. Até as últimas décadas do século XX, para lá convergiam boa parte da produção e dos recursos originados em outras regiões. Todavia, o esgotamento dos solos já nos últimos anos da década de 1880 dá início à crise que causará a decadência do café como principal produto de exportação.

Em São Paulo, percebemos uma sensível distinção para com o “complexo” do Rio de Janeiro, mas que teve profundas conseqüências no que tange ao capital comercial (que destacaremos mais à frente). Apesar de a cidade paulista constituir-se como o pólo mais dinâmico do “complexo”, abrigando os centros comercial e urbano e o núcleo político-administrativo, não possuía um cais exportador: este se localizava na cidade de Santos. No que tange às suas áreas produtivas, constatou-se a presença de uma fronteira aberta para a reprodução ampliada das plantações ainda no fim do oitocentos, cuja extensão não encontrava par em qualquer outra região do país.<sup>46</sup>

Em Juiz de Fora, centro urbano mais importante da região da Zona da Mata, o “complexo” assumiu uma configuração extremamente específica em relação aos centros agroexportadores fluminense e paulista. O único segmento importante sediado na cidade era o setor financeiro e, mesmo assim, somente após a crise que extinguiu a figura do comissário. A cidade, além de não se constituir como a capital do estado de Minas, não abrigava o centro comercial e, tampouco, um cais. É justamente esta situação que irá imputar o caráter periférico ao “complexo cafeeiro” da Zona da Mata. Uma limitação estrutural que, apesar dos onerosos custos à economia local, não impossibilitou o desenvolvimento e a diversificação do capital cafeeiro.

Antes de avançarmos na análise, duas questões devem ser um pouco mais aprofundadas no que diz respeito às diferenciações que marcaram a caracterização destas três regiões. A primeira diz respeito à própria diferenciação espacial – com todos os efeitos que esta irá causar – e a segunda se refere ao deslocamento (no caso de Minas Gerais) do aparelho de estado da zona de produção cafeeira. No tocante à questão espacial, há de se constatar que

---

<sup>45</sup> F. SAES. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*, p. 29-40.

<sup>46</sup> SAES. *Idem*, p. 110-139.

a extensão do território mineiro ultrapassa em muito os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Como J. Wirth<sup>47</sup> afirmou, a província apresentava-se como um mosaico de regiões distintas entre si e o café não foi capaz de uniformizar a economia. Até pelo menos a virada do século XIX para o XX, o café era produzido predominantemente na Zona da Mata, que ocupa somente 5% do território de Minas. A partir daí, percebe-se uma expansão produtiva em direção ao sul do estado mas, mesmo assim, até a década de 20, a Mata ainda detém cerca de 70% da produção cafeeira do estado. Quanto às outras seis regiões descritas por Wirth, constata-se uma variedade de atividades econômicas que, assim como o café, não foram capazes de homogeneizar a economia do estado.

Se transferirmos a análise para o espaço paulista, podemos constatar uma situação bem diferente. A começar pela extensão de suas fronteiras. Este é um fato que, sem dúvida não pode ser menosprezado quando tratamos da homogeneidade econômica de uma região. Parece-nos que o café foi capaz de uniformizar a economia paulista ainda no século XIX. Se é demasiado exagerado dizer que as unidades produtivas ocupavam todo o estado, podemos afirmar que, no mínimo, a maior parte do estado possuía plantações de café. Além disso, é de fundamental importância ressaltar que, das três regiões em foco neste momento, o Oeste paulista foi a última a ser penetrada pelo surto cafeeiro. Esta afirmação pode ajudar a explicar a existência de solos virgens em grandes quantidades ainda nas primeiras décadas do século XX.<sup>48</sup>

Já no que tange ao estado do Rio de Janeiro, podemos constatar uma outra realidade bem distinta da de Minas Gerais. Constituindo-se como um dos menores estados da Federação, a região foi a primeira a experimentar os lucros da atividade agroexportadora do café e, em pouco tempo, a atividade se espalhou pela maior parte do estado para voltar-se, mais tarde, para o Vale do Paraíba, que compreende municípios como Cantagalo, Paraíba do Sul, Vassouras, Valença e outros. Mais uma vez, parece que o café centralizou as atividades econômicas do estado. No entanto, o estado possuía ainda um outro pólo aglutinador de suas atividades: a cidade do Rio de Janeiro, que abrigava o mais importante cais de exportação e importação do país, para onde convergiam boa parte das atividades financeiras e comerciais das regiões vizinhas. Isto pode ser demonstrado pelo fato de que, com o declínio da produção

---

<sup>47</sup> WIRTH. *Op. cit.*, p. 98-102.

<sup>48</sup> “Nos primeiros anos do século XX, São Paulo produzia três quartos do café do Brasil”. MARTINS. *Op. cit.*, p.

cafeeira devido à exaustão dos solos já na década de 80 do século XIX, a economia do estado não acompanha os ritmos decrescentes verificados pela cafeicultura.<sup>49</sup>

Na realidade, todo este debate envolve uma questão muito mais ampla e vincula-se aos efeitos de encadeamento de natureza fiscal.<sup>50</sup> Ou seja, é a capacidade que o estado tem de atrair recursos provenientes dos impostos de exportação e redistribuí-los nos diversos setores da economia. Quanto a esse tema, a diferenciação das três regiões é imperativa pois revela aspectos essenciais no que tange aos investimentos do setor público no próprio setor produtivo e nos demais setores que daí emanam. A grande problemática que se coloca, então, é a da presença ou não do aparelho de estado em uma área próxima às regiões produtivas. E mais que isso. Há ainda o problema do direcionamento dos recursos que eram predominantemente gerados pelo café para áreas que em nada se vinculavam a este tipo de produção. Isto é particularmente interessante no caso de Minas onde, como já apontamos anteriormente, a sua região produtiva ocupava somente cerca de 5% de seu espaço físico. Mesmo ocupando esta estreita faixa do território, esta mesma produção era responsável por cerca de 70% da arrecadação do estado. Em outras palavras, se o complexo da Mata apresentava pouca expressão espacial, sua contribuição para a arrecadação de impostos mostrou-se bastante expressiva, chegando, em alguns anos, a exceder a marca dos 90% de tudo o que o estado arrecadava.<sup>51</sup>

E é justamente aí que se verifica um dos principais componentes que irão marcar a marginalidade do complexo da Mata mineira. Por um lado, o deslocamento deste mesmo aparelho de estado de sua região mais produtiva<sup>52</sup>e, por outro, a dispersão econômica do estado, que não conseguiu formar uma unidade onde o café predominasse como produto principal. Se este último fato constituiu elemento importante na distribuição (por parte do estado) dos recursos gerados na cafeicultura local para outros espaços econômicos de Minas através de obras de infra-estrutura, políticas públicas, etc., também constituiu fator atenuante no desenvolvimento da própria região produtiva, uma vez que restringia o volume de recursos ali investidos. Domingos Giroletti sintetiza bem esta questão ao afirmar:

---

<sup>49</sup> STEIN. *Op. cit.*

<sup>50</sup> HIRSCHMAN. *Op. cit.* p. 126

<sup>51</sup> A. PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*, p. 218-224.

<sup>52</sup> Mônica Ribeiro de OLIVEIRA. “Expansão de fronteira e elites sócio-econômicas na formação de um sistema agrário-exportador-cafeicultura mineira”. In: *Juiz de Fora – História, texto e imagem*, p. 71-72. Em 1996 a sede do governo estadual mineiro é transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte. Juiz de Fora, apesar de ser uma das candidatas para a capital de Minas, perde a disputa. Retirar a capital de Ouro Preto e transferi-la para Belo Horizonte significava superar os ranços do passado e inserir o estado em uma nova fase de renovação e prosperidade, projetando o prestígio de Minas na República recém-implantada.

Ao aplicar a receita – em educação, obras públicas, infra-estrutura, pagamento da burocracia, de juros, etc. – o governo provincial e depois o republicano, atendendo às necessidades da várias regiões mineiras, tornou-se instrumento de distribuição geográfica da renda monetária proveniente da arrecadação de impostos sobre exportação, na maior parte gerada pelo café que era produzido numa área muito circunscrita, para todas as zonas indistintamente. Os efeitos desencadeadores desta redistribuição espacial da renda monetária feita pelo estado via aplicação dos impostos coletados atuarem na ampliação da base monetária das economias das regiões não cafeeiras e no crescimento da circulação de mercadorias e do mercado interno.<sup>53</sup>

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, como já constatamos, foi verificada a presença do núcleo da administração estadual em suas principais cidades que, de uma maneira ou de outra, vinculavam-se à produção cafeeira. Não obstante, constata-se ainda certa homogeneidade da atividade cafeeira nestes estados, o que garantia seu potencial de crescimento, uma vez que os impostos aí gerados para aí retornavam em forma de investimentos públicos. Com tais argumentações, não estamos querendo afirmar que a região cafeeira de Minas não recebeu investimentos públicos. Nossa intenção é a de demonstrar que a dispersão econômica que se verificou em Minas impedia que o estado privilegiasse a zona de produção agroexportadora, até mesmo porque tinha que conviver com elites de outras regiões de Minas que em nada se vinculavam ao café.<sup>54</sup>

Como se vê, a generalização das três maiores regiões cafeeiras do país para a posterior adequação (ou não) a um determinado conceito constitui um grave equívoco. As especificidades de cada uma delas devem ser levadas em conta na análise, mas sem a pretensão da comparação, mas sim para o melhor esclarecimento da historicidade regional do Brasil. Não é nossa intenção aqui equiparar a economia de Minas com a de São Paulo ou a do Rio de Janeiro. O objetivo é verificar as especificidades assumidas pela economia mineira e seus reflexos para a região da Zona da Mata, que se marcou por sua natureza periférica. A justaposição da economia mineira àquilo que ocorreu em São Paulo ou no Rio de Janeiro ainda vem ocorrendo e é uma metodologia que deve ser combatida. A seguinte citação é ilustrativa do que queremos afirmar:

Por último, buscar o crescimento ou não das indústrias e da economia da Mata mineira comparando-as com São Paulo apresenta-se então muito mais como o registro da diferença do que propriamente uma causa explicativa. A dinâmica da economia regional da Mata não é a mesma dinâmica da economia paulista. Procuramos atestar a relevância da região da Mata, mas, obviamente, o processo ocorrido em São Paulo é bem maior. O importante é que se tenha noção das diferenças entre as regiões e, principalmente que se compreenda suas

<sup>53</sup> D. GIROLETTI. *A modernização capitalista em Minas Gerais*, p. 73.

<sup>54</sup> P. SINGER. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, p. 1869

especificidades, para que não se caia no erro teleológico de compreender São Paulo a partir do que não ocorreu nas outras regiões brasileiras.<sup>55</sup>

### **3. O DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA COMERCIAL LOCAL**

#### **3.1 Delimitação e revisão historiográfica**

Voltemos nossa atenção agora para a própria estrutura comercial de Juiz de Fora. A singular configuração do “complexo agroexportador” instalado na Zona da Mata, como se pode imaginar, impôs um determinado limite à retenção de excedente na economia regional, haja vista a necessidade de se comercializar o seu principal produto pelo porto do Rio de Janeiro. A historiografia tem, em geral, exagerado nas repercussões destes limites, imputando, no mais das vezes, uma configuração precária ao capital agrário local, em virtude da suposta canalização de capitais para a praça do Rio de Janeiro. Advertimos para o fato de que a limitação por nós sugerida não implica necessariamente em inviabilização. Em outras palavras, a natureza “marginal” ou “interiorana” do complexo da Zona da Mata limitou, mas

---

<sup>55</sup> LAMAS, SARAIVA & ALMICO. *Op. cit.*, p. 21.

não inviabilizou a acumulação de recursos responsáveis pela formação do Grande capital cafeeiro.<sup>56</sup>

Um dos principais desdobramentos causados pela marginalidade do complexo que acabamos de esboçar foi a especificidade assumida pelo capital comercial na região e, de forma especial, em Juiz de Fora, o pólo urbano mais importante deste complexo. Procuraremos demonstrar, a partir de agora, as interpretações que a historiografia vem dando a este tema, de que forma este capital se desenvolveu, que setores da economia atingiu, sua singularidade frente ao mesmo capital surgido em importantes centros de produção cafeeira e sua suposta participação no processo de implantação de um parque industrial na cidade.

Em uma economia essencialmente agroexportadora que era destituída de um cais próprio para o escoamento de sua produção, fica evidente que seu capital comercial, assim como toda a estrutura que o circundava, assumirá particularidades que, para nós, serão de fundamental importância. De imediato, podemos adiantar que sua caracterização é bem distinta daquele mesmo capital verificado nos centros de produção de café mais importantes do país, justamente pela ausência, em seu próprio território, de um núcleo de comercialização externa. Uma questão, todavia, se torna inevitável: qual pode ter sido a importância do capital mercantil de uma região cuja comercialização de seu principal produto estava a cargo de agentes externos a ela?

Antes de buscar responder tal questão, vejamos de que forma a historiografia tem lidado com este tema. Apesar de não haver estudos sistemáticos a respeito deste setor da economia da Zona da Mata no período em referência, é possível identificar o tratamento que alguns autores deram a este tema ao tratarem de conjunturas mais amplas no interior desta mesma economia. No limite, podemos perceber (mais uma vez) que os estudiosos que se arriscaram a argumentar acerca do “capital comercial” ou da “estrutura comercial” de Minas e/ou da Zona da Mata sempre negaram sua existência ou, quando a reconheciam, tendiam a menosprezá-la.

É o caso, por exemplo, de João Heraldo Lima. Segundo este autor, Minas teria se caracterizado pela existência do que ele chama de “pequeno comércio”. Ao destacar as atividades de distribuição e financiamento desempenhadas pelos comissários, ele constata algo que já verificamos em páginas anteriores, ou seja, “no caso mineiro, a maior parte das funções comerciais se realizava no Rio de Janeiro”. Ora, que a produção de café de Minas era

<sup>56</sup> O conceito “Grande capital cafeeiro” fora formulado por Flávio Saes e depreende o alcance da diversidade adquirida pelo capital cafeeiro em São Paulo. Ao utilizar tal termo não temos a pretensão de equiparar o capital cafeeiro mineiro com aquele encontrado em São Paulo, que alcançou níveis sem precedentes em todo o país. Utilizamos-lo para ilustrar ao leitor a desenvoltura que este mesmo capital adquiriu numa região tipicamente interiorana como a Zona da Mata.

comprada pelos comissários e distribuída na praça carioca, já constatamos anteriormente. Entretanto, como se deu a estrutura de comercialização no interior do espaço geográfico mineiro? Lima sugere uma dupla configuração do comércio para o estado de Minas: uma local, que era desenvolvida entre os “pequenos fazendeiros” e os “pequenos comerciantes”, da seguinte forma: as diversas casas comerciais dos municípios produtores da Zona da Mata compravam a produção dos municípios mais próximos e a revendia aos comissários do Rio de Janeiro. Ou seja, estas casas comerciais serviam de intermediárias no processo de comercialização da safra mineira. A suposta existência deste tipo de comércio implica o fato de que o café do interior de Minas passava por duas intermediações até chegar ao porto do Rio: a primeira exercida pelas pequenas casas de comércio e a segunda efetivada pelo agente comissário. É um setor comercial mais amplo, que envolvia os grandes fazendeiros diretamente com os comissários do Rio. Neste caso, o produto sofria somente uma intermediação: a do comissário.<sup>57</sup> Vejamos como Lima se refere à tal atividade:

A respeito dela [a atividade comercial], arriscaremos algo mais adiante, mas podemos adiantar que, a exemplo das outras, pouco se sabe sobre esse assunto. O mesmo ocorre com o próprio processo de implantação das indústrias.<sup>58</sup>

Na verdade, suas argumentações estiveram embasadas única e exclusivamente em relatos de viajantes que passaram pela Zona da Mata entre o final do século XIX e o início do século XX. Um destes viajantes foi Roberto Capri,<sup>59</sup> que visitou a região da Mata em 1915. Não estamos querendo, desta forma, menosprezar a importância dos relatos de viajantes na construção do discurso histórico. Já são bem conhecidas as diversas formas de utilização deste tipo de fontes. No entanto, sabe-se também dos perigos que o historiador corre ao se debruçar exclusivamente sobre elas. No decorrer de toda a obra deste autor verifica-se a ausência de fontes mais seguras que, conjugadas aos relatos dos viajantes, pudessem embasar sua argumentação a respeito da ínfima importância da atividade e, assim, do capital comercial da região. A documentação cartorial a que tivemos acesso sugere algo bem diferente das proposições apontadas por Lima. O que os inventários de fazendeiros e anúncios de jornais da época explicitam é a existência de somente um tipo de comercialização da safra mineira. É aquela que já descrevemos em páginas anteriores, ou seja, eram os próprios comissários que negociavam o café diretamente com os fazendeiros, fossem eles grandes latifundiários ou fazendeiros de médio porte.

---

<sup>57</sup> LIMA. *Op. cit.*, p. 60.

<sup>58</sup> LIMA. *Idem.*, p. 56.

<sup>59</sup> Roberto CAPRI. *Minas Gerais e seus municípios - Zona da Mata*.



Torna-se de extrema importância destacar a definição que estamos empregando aqui para o termo “capital comercial”.<sup>60</sup> No caso de uma economia agroexportadora como esta que estamos lidando, este capital pode ser entendido como um *linkage* de consumo, como uma das mutações assumidas pelo capital cafeeiro. Apresenta-se como um desdobramento do capital cafeeiro na medida em que este cria as possibilidades de consumo através, por exemplo, do pagamento de salários aos trabalhadores e também porque cria a demanda por produtos necessários à reprodução das fazendas, uma vez que esta tarefa não estava mais a cargo dos comissários.<sup>61</sup> Com o desenvolvimento da produção, o capital cafeeiro excede os limites da fazenda e, ao atingir o espaço urbano, adquire novas configurações, delineando-se como capital industrial, financeiro e/ou comercial. Estudos recentes já demonstraram a capacidade produtiva da lavoura cafeeira de Juiz de Fora, bem como sua inter-relação com os setores industrial e financeiro.<sup>62</sup> Resta a esta análise demonstrar o desenvolvimento do capital comercial no âmbito desta mesma economia que, como já observamos em momentos anteriores, se viu limitada por sua posição geográfica e, portanto, tolida de realizar independentemente a comercialização de sua produção.

Nesse sentido, consideramos ser demasiado simplistas e infundadas as argumentações acerca da inexistência do capital comercial para o complexo que se verificou na Zona da Mata mineira. Na realidade, parece-nos que estas interpretações chegaram a tal conclusão não porque desconheciam a atividade comercial da região, mas porque negligenciaram as condições mais elementares que seriam capazes de gerá-la, ou seja, o próprio setor produtivo. Em outras palavras, desconhecia-se o setor de onde emanaria o capital comercial. É o reflexo da expressão utilizada por Lima e já citada neste trabalho: *as precárias condições da cafeicultura em Minas*. Se o setor produtivo não se dinamiza, os capitais ali gerados não são capazes de atingir setores externos à fazenda. Até mesmo para a Zona da Mata que é, reconhecidamente, a região mais produtiva do estado durante a maior parte do período analisado, continua a vigorar a mesma tendência a menosprezar o capital comercial.<sup>63</sup>

Não obstante, há ainda outras interpretações que, através de novas justificativas, tiveram como resultado a marginalização do capital comercial em Minas. É o caso dos estudos de Fernando Costa<sup>64</sup> e Otávio Dulci. A análise do setor comercial aparece quando

<sup>60</sup> KARL MARX. “Considerações históricas sobre o capital comercial”. In: *O capital*.

<sup>61</sup> FERREIRA. *Op. cit.*, p. 55-86.

<sup>62</sup> PIRES. “Cafê, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)”. In: *op. cit.*

<sup>63</sup> LIMA. *Op. cit.*, p. 62

<sup>64</sup> COSTA, *Op. cit.*

estes autores passam a se preocupar com o aparelhamento bancário da região. Segundo eles, as funções que deveriam ser desempenhadas pelo capital comercial ficaram a cargo do governo estadual mineiro. Segundo Costa:

O Estado cumpriu em Minas Gerais um papel semelhante ao do capital comercial em São Paulo, de apropriação, centralização e diversificação do capital cafeeiro. Esta era uma particularidade de Minas frente ao que se passava não só em São Paulo como também no Rio de Janeiro – então o maior centro financeiro do país.<sup>65</sup>

De acordo com as interpretações destes autores, foi justamente através dos bancos – seja criando-os ou auxiliando-os – que o Estado pôde criar as condições desta articulação entre o capital cafeeiro e o processo de diversificação urbana. F. Costa busca sustentar sua proposição verificando os registros deixados por dois dos mais importantes bancos fundados na região no final do século XIX e início do século XX: o Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. A respeito do primeiro, já vimos que o desenvolvimento de suas atividades foram possíveis devido aos diversos acordos firmados com o governo estadual. Sua existência enquanto instituição privada persiste apenas até o ano de 1919, quando é definitivamente encampado pelo governo do estado. Já o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais é resultado de uma lei que autorizava o governo a apoiar a fundação de um banco voltado ao crédito agrícola. Além deste tipo de empréstimo, o banco também proveria as prefeituras com empréstimos para obras de saneamento e outros.<sup>66</sup> Como se vê, o governo do estado realmente participou do aparelhamento bancário de Minas Gerais (como a historiografia já havia demonstrado), o que não significa dizer que ele tenha suprido o papel que deveria ser desempenhado pelo capital comercial.

É importante que fique claro que as duas situações expostas não possuem, necessariamente, uma co-relação direta. O fato de o governo participar do processo de instalação do sistema bancário não exclui a possibilidade de o capital comercial exercer as funções que lhe são próprias. Esta participação governamental representa, nada mais nada menos, do que efeitos de encadeamento de natureza fiscal, tão comuns em se tratando de economias agroexportadoras como a que se verificou na Zona da Mata de Minas Gerais e em outros estados da região Sudeste. Nesse caso, a teoria dos *linkages* fiscais consiste na “(...) habilidade do Estado em regular o fluxo de rendimento decorrente do produto primário de exportação, orientando-o para as diversas facções ou grupos.”<sup>67</sup> Ou seja, ao arrecadar os

<sup>65</sup> COSTA. “Bancos em Minas Gerais (1889-1964)”. *Apud* DULCI. *In: Op. cit.*, p. 50.

<sup>66</sup> DULCI. *Op. cit.*, p. 50-51.

<sup>67</sup> A. HIRSCHMAN. *Op. cit.*, p. 40.

impostos de exportação oriundos dos altos níveis de comercialização do produto principal, o governo os redireciona para os diversos setores da economia como ferrovias, transportes urbanos, crédito agrícola e industrial, etc.

Ao contrário do que parecem denotar as hipóteses de Otávio Dulci e Fernando Costa,<sup>68</sup> a participação estatal no aparelhamento do setor bancário não foi uma especificidade de Minas Gerais. Na realidade, a questão do crédito em longo prazo para o financiamento da lavoura apresentava-se como uma limitação estrutural do país desde seu período imperial. Isto se explica justamente pelos riscos oferecidos por uma economia que há muito tem seu fundamento na exportação de gêneros agrícolas que, por sua própria natureza, não possuem rentabilidade garantida. A situação se agrava ainda mais se pensarmos no café como sendo o elemento principal desta economia: um bem de consumo de necessidade secundária e que sofria constantemente as flutuações monetárias e cambiais do mercado internacional e que, por isso, não oferecia garantia a emprestadores de reduzido porte. Este problema, típico de uma economia agrícola que estava interligada ao mercado internacional, não pôde ser solucionado pelos comissários e emprestadores autônomos que, apesar de seus esforços, não foram capazes de atender às elevadas somas de capital necessárias ao setor produtivo aliadas à incerteza de lucratividade do negócio. Daí a necessidade de envolvimento do aparelho público na constituição do segmento financeiro e bancário que pudesse atender a demanda de crédito para o setor produtivo: no período monárquico com a participação do governo imperial e a presença do Banco do Brasil, e no início da república, com a participação dos governos estaduais.

Em seu minucioso estudo acerca da expansão do grande capital cafeeiro em São Paulo,<sup>69</sup> Flávio Saes também encontra o envolvimento do Estado na instalação do segmento financeiro na capital paulista. Em 1887, é criado o Banco de Crédito Real de São Paulo que, apesar de não ser uma iniciativa do governo central, tem contrato de garantia de juros com o governo provincial. Mas é somente em 1909 que surge o mais importante banco no fornecimento de crédito para a lavoura com iniciativa estatal: o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de São Paulo. A concessão foi fornecida a uma sociedade francesa que o administrou até 1926, quando foi definitivamente adquirido pelo governo do estado.<sup>70</sup>

Não se conhece, todavia, um estudo sistemático sobre este tema para o estado do Rio de Janeiro no período em questão, o que poderia enriquecer ainda mais a análise. Entretanto, pesquisas a respeito do sistema financeiro de regiões não-cafeeiras demonstraram a mesma

<sup>68</sup> DULCI. *Op. cit.*, p. 50; COSTA. *Op. cit.*

<sup>69</sup> SAES. *Op.cit.*

<sup>70</sup> SAES. *Op. cit.*, p. 84-105.

situação que estamos querendo enfatizar aqui. Um autor pesquisou estas regiões e encontrou referências a bancos de origem estatal voltados ao crédito hipotecário no Piauí em 1926 e no Paraná em 1928. Ao analisar o sistema bancário do Rio Grande do Sul, afirma que:

Desde o século passado era reconhecida a necessidade da organização do crédito hipotecário. Os governos apoiavam a sua criação pela iniciativa privada, ora oferecendo-lhe garantias de remuneração e de amortização de letras hipotecárias (...), ora isentando de impostos as carteiras hipotecárias instaladas pelos bancos comerciais.

Se a iniciativa privada já não obtivera êxito nessa proposta durante as duas primeiras décadas do século, na década de 20, quando da acentuação da crise econômico-financeira em âmbito nacional e regional, a hipótese de atuação na área do crédito de longo prazo foi inteiramente afastada. Assim, nada mais restava ao Estado senão instituir, por ação própria, o tão exigido banco de crédito real. O governo paulista lhe servia de modelo ao se tornar, em 1927, o principal acionista do Banco de Crédito Agrícola e Hipotecário, agora denominado de Banco do Estado de São Paulo, buscando, dessa forma, apoiar a sua principal riqueza, o café.<sup>71</sup>

Passemos a analisar agora de que forma o capital comercial se portou nas três maiores regiões cafeeicultoras do país e que já viemos tratando até aqui, ou seja, o Oeste paulista, o Vale do Paraíba fluminense e a Zona da Mata de Minas Gerais. Como já salientamos anteriormente, estamos lidando com três regiões extremamente diferenciadas no que tange à caracterização de suas economias, cujo reflexo pode ser percebido (dentre outros setores) em suas respectivas estruturas comerciais. A delimitação deste capital em cada um destes núcleos de produção, justamente no período em questão neste trabalho (1888-1930), é particularmente interessante pois, como afirma Marx, “sua existência e seu desenvolvimento a certo nível são eles mesmos a condição histórica para o desenvolvimento do modo de produção capitalista”.<sup>72</sup>

A literatura que trata da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas da República<sup>73</sup> já consolidou a tese de que a cidade do Rio de Janeiro, com toda a estrutura que ali fora delineada, funcionava como uma força centrípeta ou uma espécie de esponja, que absorvia e fazia confluir para si boa parte dos rendimentos e da produção nacional durante boa parte do segundo reinado. Em grande medida, esta situação poderia encontrar explicação pela presença da Corte Imperial na cidade, tornando-a a mais importante do Brasil. Todavia, A. Vitorino argumenta que isto fazia parte do regime centralizador da monarquia, arquitetado pelos Saquaremas na década de 40 e que ganhou ainda mais força dez anos mais tarde, com a

<sup>71</sup> E. LAGEMANN. *O Banco Pelotense e o Sistema Financeiro Regional*.

<sup>72</sup> MARX. *Op. cit.*, p. 335.

<sup>73</sup> Saes. *Op. cit.*, p. 50-54; W. SUZIGAN. *Indústria brasileira: origens e desenvolvimento*.

abolição do tráfico internacional de escravos africanos. A cessação do comércio negreiro pela Lei Eusébio de Queirós redirecionou os capitais dos mercadores negreiros que outrora eram empregados na compra da escravaria fora do país. Estes capitais estiveram, a partir de 1850, ociosos nas mãos destes mercadores, que passaram a investi-los na praça comercial do Rio de Janeiro, que acabaram se traduzindo no aumento das importações na capital do Império, nos investimentos nas sociedades anônimas – principalmente aquelas ligadas à circulação, tais como bancos, casas comerciais e empresas–, e, por último, na injeção de capitais que cartelizaram o comércio urbano alimentício.<sup>74</sup>

Ainda segundo Vitorino, foi justamente a partir deste momento que a circulação passaria a subjugar a produção. O que não implica, necessariamente, que a produção de café declinara neste momento. Esta continuou a progredir até, no mínimo, a década de 80. Esta subordinação da produção para com a circulação pode ser demonstrada no fato de que, com a eclosão da crise da cafeicultura devido à exaustão dos solos, a corte manteve sua posição de importante centro comercial e financeiro. Em outras palavras, a crise dos anos 80 atingiu somente o setor agrícola do Vale do Paraíba fluminense, e não a economia carioca como um todo, uma vez que esta já estava sob a égide da circulação monetária.

Como se vê, estavam criadas as condições para o desenvolvimento do centro comercial mais importante do país. A disseminação do setor bancário e a presença do mais importante cais do Brasil possibilitaram o rápido desenvolvimento da atividade comissária, que passou a participar diretamente da modernização da província, estando presente, inclusive, em setores de infra-estrutura como o setor ferroviário. O melhor exemplo da participação do capital comercial em setores como este é a Estrada de Ferro Dom Pedro II. A ferrovia é criada em 1855 através de uma concessão sob garantia de juros do governo imperial e deveria, partindo do Rio de Janeiro, alcançar as regiões de Minas Gerais e de São Paulo em suas diversas áreas produtivas. Nos dez anos em que funcionou como empresa privada (sobreviveu como sociedade anônima até 1865, quando foi encampada pelo governo) teve, entre seus maiores acionistas, diversas casas comissárias e comerciantes de outros ramos, além de inúmeros bancos. Para se ter uma idéia, os maiores impulsionadores do empreendimento foram os membros da família Teixeira Leite, originária de Vassouras, que era proprietária de uma importante casa comissária na capital carioca. No entanto, nos últimos quatro anos, a empresa adquire muitas dívidas até ser definitivamente tomada pelo Governo. Os dez anos de existência da ferrovia enquanto empresa privada demonstraram um completo

---

<sup>74</sup> Artur VITORINO. *A autonomia política de uma região a partir de sua independência financeira: oeste paulista no Brasil Imperial, (1864-1889)*, p. 01-02.

despreparo (ou desinteresse) por parte dos dirigentes da companhia, que admitiam abertamente serem ignorantes quanto aos problemas técnicos da ferrovia. Na realidade, o emprego dos recursos ligados ao capital mercantil do Rio de Janeiro apresentou-se mais como uma alternativa à diversificação de seus investimentos e de onde se esperava lucros imediatos do que uma necessidade à sua sobrevivência.<sup>75</sup>

Importa destacar a amplitude e o alcance adquirido pelo capital mercantil na sede da Corte Imperial. Já são bem conhecidos os mecanismos pelos quais este comércio passou a dominar o setor produtivo. As funções exercidas pelo agente comissário fizeram-no participar não só da comercialização da safra de café recolhida nas diversas fazendas, mas também do financiamento desta. Constata-se, então, uma relação de subordinação entre o fazendeiro e o comissário e, além disso, “a existência de uma especialização bastante rudimentar nas funções econômicas desempenhadas por ambos, ocorrendo uma participação direta e larga do primeiro nos lucros produzidos sob a égide do segundo”.<sup>76</sup> Desta forma, parece-nos que o capital comercial constituído no Rio de Janeiro representa o exemplo mais claro e elucidativo daquelas proposições elaboradas por Fernando Costa, para quem as funções daquele seriam as de apropriação, centralização e diversificação do capital cafeeiro.

No que tange à constituição do capital comercial em São Paulo, podemos adiantar que sua configuração apresentou-se um pouco mais frágil do que aquela que se verificou no Rio de Janeiro. Os dados mais confiáveis para esta constatação encontram-se no detalhado trabalho de Flávio Saes,<sup>77</sup> que nos dá um bom panorama da economia cafeeira paulista desde meados do século XIX até os problemas fiscais e cambiais que marcaram o início do século XX. Verdadeiramente, a hipótese que perpassa todo o trabalho é a da participação do capital originado na atividade cafeeira nos diversos setores que constituem os serviços públicos e a vida urbana como um todo. E, diga-se de passagem, Saes persegue esta hipótese com a minúcia de um detetive e o rigor de um pesquisador.

As referências ao capital mercantil aparecem quando o autor se preocupa em delinear a origem dos capitais que possibilitaram a construção das ferrovias que interligaram as zonas produtoras de café de São Paulo. Ao contrário do que ocorreu no Rio de Janeiro, onde a Dom Pedro II tinha como acionistas diversos comissários e comerciantes, em São Paulo a maior parte dos dirigentes e de grandes acionistas das empresas ferroviárias estavam vinculados à atividade agrícola. Mas a questão essencial que Saes procura responder é a seguinte: por que o capital mercantil paulista (diferentemente do carioca) não esteve presente em

---

<sup>75</sup> SAES. *Op. cit.*, p. 35-36.

<sup>76</sup> FRANCO,

<sup>77</sup> SAES. *Op. cit.*

empreendimentos de avultado porte, como a construção de ferrovias? E é exatamente nesta questão que se verifica a fragilidade do capital comercial paulista frente ao do Rio de Janeiro. É inegável que o comissariado de Santos também participou da montagem, do custeio e do financiamento das fazendas de café. Entretanto, não podemos nos furtar da afirmação de que o papel desempenhado pelo comissariado de Santos frente aos fazendeiros do Oeste paulista esteve distante de alcançar o caráter dominante que marcou o comissariado do Vale do Paraíba fluminense.<sup>78</sup>

Um conjunto de fatores pode ser chamado a explicar tal fragilidade. Em primeiro lugar, destaca-se o entrave representado pela Serra do Mar para se alcançar o Porto de Santos, que só passou a existir em fins da década de 60. Ou seja, o que estamos querendo enfatizar são os empecilhos impostos pela separação entre o principal centro financeiro e comercial da província (localizado na cidade de São Paulo) e seu núcleo de comercialização externa. Esta descentralização das atividades mercantis gerou funestos efeitos para o comissariado santista. Por um lado, imputou à praça comercial de Santos um caráter secundário frente à mesma praça do Rio e, por outro, gerou uma concorrência potencial da atividade mercantil centrada na cidade de São Paulo. Não obstante, é notória a presença de grandes proprietários ligados à produção açucareira que acumularam grande capacidade financeira ao longo de quase um século de atividade e que, agora, poderiam reinvestir tais recursos na produção cafeeira sem a necessidade de utilizar os serviços de financiamento prestados pelo comissário. Este fato teria reduzido ainda mais a importância e o peso do comissariado de Santos na esfera produtiva da economia. E, por fim, acrescenta-se ainda a escassez de dinheiro naquela província em meados do século XIX devido à drenagem dos recursos para o Rio de Janeiro, um problema que só seria solucionado no último quartel do século XIX, com a instalação de bancos na cidade de Santos.<sup>79</sup> Um banqueiro paulista assim se referiu quanto a esta questão:

Todo o movimento do país estava, pode-se dizer, concentrado na capital. Aí se achava, portanto, localizada a quase totalidade do meio circulante. As províncias não tinham vida própria, as do Sul especialmente: Rio, Minas e São Paulo, as mais produtoras liquidavam seus negócios na praça do Rio de Janeiro. Para aí remetiam os seus produtos, aí realizavam as suas compras (...).<sup>80</sup>

Além disso, nota-se ainda que o grande comércio de exportação, que era praticamente monopolizado por empresas estrangeiras, passou a ser cobiçado também por outros grupos, como fazendeiros e comerciantes de São Paulo, o que restringia ainda mais a

<sup>78</sup> SAES. *Idem*, p. 46-47.

<sup>79</sup> SAES. *Op. cit.*, p. 47-49.

<sup>80</sup> SAES. *Op. cit.*, p. 51.

ação do comissário santista. Parece ter ficado esclarecido, desta forma, que o domínio do capital comercial sobre o setor produtivo, comum nas áreas que dependiam do centro comercial do Rio de Janeiro, não se verificou na estrutura comercial que se desenvolveu em São Paulo, daí a “fragilidade” deste capital diante daquele que se constituiu no Rio de Janeiro, já observado em momentos anteriores.

Busquemos agora identificar a gênese e o desenvolvimento do capital comercial na Zona da Mata de Minas Gerais e, particularmente, em seu centro de comercialização mais dinâmico, a cidade de Juiz de Fora. Como procuraremos demonstrar adiante, a caracterização da economia apresentada por esta região concebeu uma estrutura comercial extremamente específica e diferenciada quando comparada à de outros núcleos agroexportadores que tiveram sua produção baseada no café. Entretanto, apesar das diferenciações que serão propostas, importa destacar (mais uma vez) que esta estrutura apresentou-se como um dos diversos efeitos de encadeamento de produção decorrentes do cultivo de seu principal produto: o café.

Como já tivemos a oportunidade de afirmar em páginas anteriores, a região de Minas Gerais sofre de uma limitação natural que, para nós, se traduz na ausência de um núcleo de comercialização externa que possibilitasse o escoamento mais rápido e menos custoso da safra local. Uma limitação estrutural que teve como resultado o deslocamento do setor comercial (ligado ao café) de sua área produtiva. Para dar vazão à produção mineira foi escolhido o maior centro comercial do país naquele período: a praça do Rio de Janeiro. A comercialização era realizada via comissariado, que geralmente instalavam filiais de suas empresas na cidade. Quanto à participação destes agentes no financiamento das unidades produtivas da região (já discutida aqui), constatou-se sua presença até o início da instalação do sistema bancário e financeiro na cidade, principalmente com a presença do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1889), que passou a oferecer crédito mais barato à lavoura, suplantando o domínio que era exercido por aquela figura e inviabilizando a transferência dos recursos locais para a economia fluminense.<sup>81</sup> Suas funções enquanto intermediário da comercialização não demorariam muito a se esgotar também. Os impactos do fim da escravidão e a decadência da atividade cafeicultora no Rio de Janeiro, aliados à mudança na forma de comercialização por parte dos exportadores, que passaram a enviar agentes para comprar o café diretamente dos fazendeiros, causaram seu gradual desaparecimento.<sup>82</sup>

---

<sup>81</sup> PIRES. *Op. cit.*, p. 56-72.

<sup>82</sup> FERREIRA. *Op. cit.*, p. 46-64.



Constata-se, assim, que a estrutura de comércio que se desenvolveu em Juiz de Fora não participou da comercialização do café e, tampouco, da atividade comissária, como se notou no Rio e em São Paulo.<sup>83</sup> E é justamente a separação entre a sua zona de produção e a zona de comercialização que irão imputar ao capital mercantil da cidade uma configuração extremamente específica. Além desta separação, um outro fator pode ser chamado a explicar a marginalidade deste capital: a constatação de que o estado de Minas Gerais não conseguira alcançar, após a Proclamação da República, a homogeneidade de seu território, estando a zona de produção cafeeira deslocada do núcleo político administrativo, fato que não se verifica em São Paulo e no Rio, onde a sede dos governos estaduais encontra-se, no mínimo, próxima às áreas de produção.<sup>84</sup> É justamente a partir desta situação que se verifica a desenvoltura do capital comercial juizforano. Sua especificidade reside no fato de, mesmo sem se beneficiar das altas taxas de lucros provenientes da exportação do café, ter alcançado um dinamismo próprio, através da diversificação de suas atividades comerciais que, voltadas para o mercado interno, acabaram contribuindo para a reprodução da economia cafeeira.

Em Juiz de Fora, a estrutura comercial serviu mais à propagação de uma economia de mercado interno, com ênfase na venda de gêneros alimentícios e na difusão dos produtos importados necessários a uma economia que ainda estava em pleno processo de transição para o capitalismo. Com estas proposições, não pretendemos menosprezar a importância desempenhada pelo comércio de mercado interno no Rio e em São Paulo, uma vez que esta atividade assumiu papel preponderante na acumulação de capitais destes complexos. O que procuraremos demonstrar é a desenvoltura do capital mercantil juizforano frente aos empecilhos impostos por sua posição periférica.

O objetivo deste trabalho vincula-se estreitamente a essa questão, uma vez que a natureza do capital comercial mostrava-se estreitamente relacionada à existência de um complexo local específico. O município de Juiz de Fora, mesmo estando inserido em uma economia tipicamente interiorana, assumiu uma posição de destaque em âmbito nacional sem, contudo, possuir um dos pré-requisitos mais elementares para uma economia cujo principal produto era alvo de exportação: uma saída para o mar ou, em outras palavras, um cais

---

<sup>83</sup> São raríssimas as referências encontradas por nós na documentação do período acerca de casas que se dedicavam ao comércio comissário que possuíam sua sede em Juiz de Fora.

<sup>84</sup> Ao contrário do que ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo, em Minas Gerais não se verificou uma centralização entre os interesses do núcleo político-administrativo e as principais zonas de produção cafeeira. Esta divergência de interesses contribuiu significativamente na configuração do processo de diversificação urbano-industrial do estado e, de forma especial, da Zona da Mata, uma vez que o acesso e a utilização dos recursos de empréstimos externos, política de imigração, estruturação da malha ferroviária, política tributária de exportação, incentivo ao crédito para o setor exportador, política de valorização do café etc. apresentavam-se como incentivos fundamentais para o referido processo.

exportador. Nossa hipótese é a de que o dinamismo assumido pela estrutura comercial constituiu fator essencial para que esta posição fosse alcançada.

Quando utilizamos o termo “estrutura comercial”, estamos nos referindo, basicamente, ao inter-relacionamento entre empresas varejistas e empresas ditas “atacadistas”, que é como a maioria delas se autodenominavam na documentação ou nos anúncios de jornais. Apesar de o foco principal deste trabalho ser as atacadistas, não podemos nos furtar de dedicar uma atenção especial também às varejistas. O desenvolvimento destes dois segmentos do setor comercial da cidade reforça uma das hipóteses por nós defendida, ou seja, a de que a estrutura comercial local contribuiu para o movimento de retenção de recursos na esfera regional. Além disso, a difusão de empresas dedicadas ao varejo pode indicar ainda o aumento nos níveis de mercantilização da economia local. A expansão da atividade comercial e, conseqüentemente, do grau de monetização da economia pode ser vislumbrada na tabela abaixo:

Tabela 05: Crescimento dos estabelecimentos comerciais de Juiz de Fora  
1870/1925

Ano	N.º de estabelecimentos	Índice
1870	190	100
1877	310	163
1891	384	202
1904	692	364
1925	716	377

Fonte: ESTEVES, A. “Almanaque de Juiz de Fora de 1891”. In: *op. cit.*; Jacob, R. *Op. cit. Apud* PIRES. In: *Op. cit.*, p. 115.

Os argumentos que estamos apresentando pretendem indicar uma aparente “anomalia” em uma estrutura essencialmente agrária, voltada para o mercado externo, mas que não tinha nesse mercado seu *locus* privilegiado de comercialização. O investimento em casas de comércio atacadistas que, dentre outras coisas, pudessem substituir a antiga tarefa dos comissários<sup>85</sup> de prover as necessidades básicas das fazendas da região apresentava-se como um negócio lucrativo e promissor. Além disso, constituiu fator preponderante para o desenvolvimento desta estrutura a formação de uma classe de trabalhadores livres e com relativo poder de compra, que teve importância significativa no aumento da monetização da economia local.<sup>86</sup> É a partir desta específica estrutura de comercialização que Juiz de Fora

<sup>85</sup> FERREIRA. *Op. cit.*, p. 46-65. A decadência da atividade comissária no Rio de Janeiro, reflexo irretorquível da crise da base escravista da economia cafeeira, afetou diretamente as regiões que tinham seus provimentos agrícolas e financeiros supridos por estes agentes. A Zona da Mata mineira não foi uma exceção.

<sup>86</sup> SARAIVA. *Op. cit.*

alcançou, no início do século XX, o *status* de centro comercial e urbano mais importante do complexo que se verificou na Zona da Mata mineira, onde se concentrava uma gigantesca diversidade de manufaturados importados e para onde se dirigia uma boa parte da população mais abastada de cidades vizinhas.

Cabe-nos, ainda, analisar o papel desempenhado por filiais de empresas de importação/exportação localizadas na cidade, mas com matrizes no Rio de Janeiro, São Paulo e até mesmo em outros países. A análise dessa questão nos reportará para uma discussão a respeito da retenção de capitais no interior da própria cidade, uma vez que, num primeiro momento, os lucros oriundos de suas transações seriam transferidos para suas matrizes em seus respectivos locais de origem, sejam elas nacionais ou estrangeiras. Perceberemos que esta discussão vincula-se estreitamente ao fato de estarmos lidando com um centro urbano e comercial vinculado a uma economia agroexportadora, mas limitado ao seu espaço essencialmente interiorano, onde a fuga de parte dos recursos transacionados era praticamente inevitável.

Por outro lado, podemos observar que o mesmo fenômeno exercido pelos centros mais desenvolvidos do país sobre Juiz de Fora foi reproduzido por este em relação às regiões que faziam parte de sua área de influência. Através de grandes firmas ligadas ao comércio atacadista, a estrutura comercial juizforana estreitava cada vez mais os laços que a uniam às regiões que faziam de seu espaço econômico o pólo mais importante do complexo agroexportador da Zona da Mata. Os inventários de proprietários e os processos de falência de grandes casas comerciais da região apresentam no item “dívidas ativas” os nomes e, às vezes, a origem de seus devedores. Em vários deles podemos verificar a presença de devedores em cidades da Zona da Mata e mesmo em outras regiões de Minas, chegando inclusive, a alcançar cidades fora do estado, como Rio de Janeiro, São Paulo e até Porto Alegre.<sup>87</sup>

Como se vê, apesar de não estar diretamente vinculada à comercialização do café, a estrutura comercial de Juiz de Fora foi uma consequência direta desta ou, em outras palavras, apresentou-se como um dos diversos efeitos de encadeamento de consumo gerados pela produção cafeeira. A quantidade e a diversidade de estabelecimentos comerciais a que tivemos acesso através da documentação têm demonstrado a existência de um mercado interno que se constituiu na cidade e na região em virtude das rendas geradas pelo setor agroexportador. Como já deixamos claro em momentos anteriores, a dimensão deste processo foi bem inferior se comparado ao mesmo processo verificado no Rio de Janeiro e

---

<sup>87</sup> Falência Dias Cardoso. Id 5896-caixa 362c de 1926.

Inventário Deolinda Barreiros Dias (viúva de um dos maiores comerciantes da cidade, Renato Cordeiro Dias) Id 2718 caixa 328b de 1919.

principalmente em São Paulo. Todavia, como também já enfatizamos, não constitui objetivo principal deste trabalho a adequação ou equiparação do desenvolvimento econômico ocorrido em Minas com aqueles observados nos centros carioca e paulista. Mas, por outro lado, também não podemos nos furtar de revisar as interpretações historiográficas que buscaram tal equiparação entre estas regiões, com resultados quase sempre desastrosos para Minas Gerais.

### **3.2 A formação do mercado consumidor e o comércio varejista**

No capítulo anterior nos esforçamos para demonstrar a singularidade do complexo agroexportador que se desenvolveu na Zona da Mata de Minas Gerais e os conseqüentes efeitos de encadeamento ali gerados. Através de uma revisão das diversas interpretações que se empenharam em analisar a economia mineira no período que vai da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, tivemos a oportunidade de constatar que a região da Mata mineira, apesar de constituir-se como uma área periférica (devido à sua posição geográfica), foi capaz de realizar com sucesso e em todos os aspectos a transição escravista/capitalista. Procuramos demonstrar ainda que essa transição teve como ponto de partida os altos níveis de produção de café que a região atingiu em seus diversos municípios produtores. Produção esta que, a partir da década de 90 do século XIX, com o esgotamento dos solos fluminenses, possibilitou ao estado de Minas Gerais elevar-se à posição de segundo maior produtor de café do país, estando em desvantagem somente para com São Paulo, onde a disponibilidade de terras virgens criava possibilidades de crescimento sem par em qualquer região brasileira.

Dentre os municípios produtores da Zona da Mata, destacamos a cidade de Juiz de Fora, que assumiu importância fundamental no processo de transição acima referido, não só por sua produção cafeeira, mas principalmente pelas funções que desempenhou para o complexo que se instalou na Mata mineira. Constatamos que a cidade foi capaz de realizar as funções de centro urbano do complexo, uma espécie de pólo atrativo para onde convergia um grande volume de capital, mercadorias e serviços. Guardadas as devidas proporções, desempenhou papel semelhante àquele verificado pelas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar das inúmeras interpretações que insistiam (e ainda insistem) em imputar à economia de Juiz de Fora um caráter extremamente dependente da praça do Rio de Janeiro, tivemos a oportunidade de verificar que a cidade pôde, a partir de um determinado momento, desvincular-se (ainda que parcialmente) dos agentes ligados à praça fluminense.

Importa destacar, ainda, a marginalidade do complexo agroexportador cafeeiro que se instalou na Zona da Mata e que teve em Juiz de Fora seu ponto de inflexão mais importante. A cidade pôde atingir níveis de desenvolvimento econômico significativos mesmo estando em uma posição desprivilegiada quando comparada aos grandes centros urbanos da região Sudeste e que tinham no café sua fonte mais importante de captação de recursos. Esta marginalidade deve-se, em primeiro lugar, à sua posição geográfica, que não lhe dava acesso ao oceano e impedia a exportação direta de sua produção. E, em segundo, há de se ressaltar sua especificidade no que se refere aos aspectos políticos. A transferência da sede do governo estadual de Ouro Preto para Belo Horizonte acarretou inúmeras conseqüências negativas para a economia mais dinâmica de Minas até pelo menos a segunda década do século XX. A derrota na disputa para sediar a capital do estado e o conseqüente distanciamento da cidade vencedora impôs evidentes limites ao desenvolvimento de Juiz de Fora, uma vez que os interesses do núcleo político-administrativo nem sempre entravam em convergência com os interesses das zonas produtoras de café.

E foi justamente o somatório destas condições que gerou a específica estrutura comercial que estamos querendo enfatizar para Juiz de Fora. A configuração apresentada por este setor está diretamente relacionada à natureza periférica do complexo que se instalou na região. Sua particularidade reside justamente no fato de ter alcançado um expressivo dinamismo sem, contudo, estar vinculada à comercialização direta de seu principal produto, uma vez que esta função sempre foi majoritariamente desempenhada por agentes externos à economia local, primeiro com os comissários e mais tarde diretamente com os exportadores.

E mais do que isso. Uma das grandes peculiaridades que marcaram o segmento comercial de Juiz de Fora foi a de ter cumprido as mesmas funções que se verificaram para a estrutura comercial do Rio de Janeiro e São Paulo no que tange ao desenvolvimento urbano-industrial da cidade. Veremos em um momento posterior que, mesmo sem se beneficiar das altas taxas de lucro provenientes da comercialização do café, o setor comercial juizforano foi capaz de servir e se articular com o setor manufatureiro de forma bem mais ampla do que até então se supunha. Procuraremos demonstrar, a partir de agora, quais foram os ramos de atuação deste segmento, sua amplitude, mercados que atingiu, como se financiava, suas formas de crédito e, na medida do possível, seu mercado consumidor.

Para iniciar a análise, achamos ser justo elaborar uma breve explanação a respeito de um dos principais pré-requisitos para o desenvolvimento do setor comercial, ou seja, seu mercado consumidor. No capítulo anterior, já fizemos referência ao ramo de atuação priorizado pelos comerciantes juizforanos: uma vez que o mercado de exportação de café

estava impedido por barreiras naturais,<sup>88</sup> as casas comerciais do município voltaram-se à exploração do mercado interno. Mas que mercado interno era esse? Quem o constituía? As pessoas comuns possuíam poder de compra no período em questão? Vejamos o que a historiografia a respeito do assunto tem a nos revelar.

A análise desta questão passa inevitavelmente pelo crivo da discussão a respeito da transição do trabalho escravo para o trabalho livre na região, haja vista que o período por nós selecionado inicia-se em 1888, ano em que foi assinada a lei que libertou definitivamente a escravaria no Brasil. A seleção deste ano para marcar o início do nosso período de análise deu-se, como se pode supor, pelo fato de imaginarmos que a abolição teria causado, em primeiro lugar, um aumento nos níveis de monetização da economia – decorrência lógica do pagamento de salários – e, em segundo lugar, por ter provocado uma demanda imediata por produtos de primeira necessidade, uma vez que os ex-cativos deixaram de ter as suas necessidades básicas supridas pelo fazendeiro. Entretanto, a revisão de trabalhos que já haviam visitado este tema na região demonstrou que esta discussão é muito mais ampla e complexa do que se poderia imaginar.

Antes de reduzirmos a escala de observação acerca da discussão regional, vejamos como a historiografia dita “tradicional” interpretou a transição. Ao tentar estabelecer hipóteses explicativas generalizantes, Caio Prado Júnior<sup>89</sup>, Celso Furtado<sup>90</sup> e Emília Viotti da Costa<sup>91</sup> comungam da tese que afirma que a abolição teria significado a emergência do modo de produção capitalista no Brasil, incluindo aí as relações de trabalho que mecanicamente evoluíram para o assalariamento. Sendo assim, todas as formas intermediárias entre a escravidão e o sistema de pagamento de salários (parceria, meação e colonato) poderiam ser consideradas pré-capitalistas e todas as regiões que as adotaram (essencialmente as periféricas) o teriam feito por uma ausência de acumulação de capitais, decadência econômica ou mesmo por possuírem uma mentalidade mais conservadora e, portanto, “tradicional”. O modelo paulista (mais uma vez) surgia, assim, como a teoria explicativa que por muito tempo comandaria os círculos acadêmicos, sendo vista e entendida como a forma única e ideal de transição do trabalho escravo para o livre no Brasil. A generalização do pagamento de salários no Oeste paulista e a utilização maciça de imigrantes se consolidou como sendo a forma

---

<sup>88</sup> É de fundamental importância destacar que, quando nos referimos à ausência de casas comerciais que lidavam com o café, estamos generalizando uma situação que verdadeiramente não era comum. Obviamente, havia casas de comércio que, dentre diversos outros produtos, lidavam com a exportação do café. Todavia, o que a documentação nos revelou é que estas ocasiões caracterizavam muito mais uma situação de exceção do que uma regra geral que mereça destaque.

<sup>89</sup> Caio PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil contemporâneo*.

<sup>90</sup> Celso FURTADO. *Formação econômica do Brasil*.

<sup>91</sup> E. VIOTTI DA COSTA. *Da senzala à colônia*.

dominante da transição, além de imputar aos fazendeiros daquela região uma mentalidade mais moderna e progressista. Estava criado o mito do trabalho imigrante, que passou a ser generalizado para todo o país.<sup>92</sup>

Parece-nos que o cerne da discussão estava se voltando para o tema da racionalidade capitalista. Neste sentido, o trabalho de José de Souza Martins<sup>93</sup> se coloca numa posição contrária à interpretação daqueles autores. Em *O cativo da terra*, Martins demonstra de que forma as rendas provenientes do sistema de colonato puderam coexistir com a remuneração em espécie, contribuindo da mesma forma para o aumento dos níveis de monetização da economia. Em outras palavras, significa dizer que as outras formas de trabalho não seriam necessariamente pré-capitalistas, mas seriam dotadas de lógica e racionalidade próprias.

A disseminação dos cursos de pós-graduação nas diversas universidades do Brasil a partir da década de 80 do século passado e o conseqüente avanço nos estudos de caráter regional demonstraram que o processo que envolveu a abolição e a transição do trabalho escravo para o livre foi muito mais complexo e multifacetado do que os estudiosos do assunto poderiam supor. As muitas e diversificadas regiões do país enfrentaram a questão de acordo com suas demandas e possibilidades, não sendo possível estabelecer um “modelo nacional” para a transição. O modelo proposto para São Paulo se adequou bem às condições existentes naquela região e naquele período para o desenvolvimento maciço da remuneração monetária e para a imigração, principalmente italiana e alemã. Luis Fernando Saraiva, ao estudar o período da transição na Zona da Mata, afirma que:

Estes estudos [de Caio Prado, Emília Viotti e Celso Furtado] despertaram não só o interesse por novas pesquisas, como também demonstraram a necessidade de se entender esta região a partir de uma visão menos “atrelada” aos grandes centros e mais voltada para sua dinâmica própria, com soluções para o encaminhamento da mão-de-obra diferentes dos modelos paulista e carioca.<sup>94</sup>

Voltemo-nos agora para o caso de Minas Gerais e, de forma especial, à cidade de Juiz de Fora. Também neste tema, mais uma vez, temos a presença marcante da interpretação de J. Lima que, durante algum tempo, influenciou diversos outros estudiosos. No já citado *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*, o autor procura estabelecer uma visão panorâmica da economia mineira do período e, dentre os diversos assuntos abordados, trata também da transição da mão-de-obra. Utilizando como fonte principal para o seu trabalho um

---

<sup>92</sup> L.F. SARAIVA. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora (1870-1900)*, p. 29.

<sup>93</sup> J.S. MARTINS. *O cativo da terra*, p. 21.

<sup>94</sup> SARAIVA. *Op. cit.*, p. 44.

relatório do engenheiro Carlos Prates, que viajou pela região no início do século XX, Lima nega a possibilidade de o sistema de assalariamento ter ocorrido em Minas, fato que ele atribui à pouca capacidade de capitalização por parte dos fazendeiros de café. Ao invés disso, teria sido a “parceria” a forma de trabalho dominante na região, o que teria inviabilizado, dentre outras coisas, o aumento no grau de monetização da economia, pré-requisito fundamental para o desenvolvimento dos setores comercial e industrial. Assim procedendo, este autor alinha-se àquela tendência historiográfica que procura compreender o ocorrido em outras regiões pelo que ocorreu em São Paulo. Em suas próprias palavras:

A escassez de mão-de-obra era evidentemente relativa. Se o salário pago em São Paulo pudesse ser pago em Minas, a “escassez” tenderia a desaparecer. A parceria se impunha, portanto, como forma de “redução” do custo de uma lavoura cafeeira que, nesta altura, já apresentava baixíssimos índices de produtividade. Na verdade, esta situação revela claramente as precárias condições para o desenvolvimento capitalista dessa produção, incapaz, portanto, de instituir um mercado de trabalho.<sup>95</sup>

Ou ainda:

O que pretendemos enfatizar é que o processo de transição para o trabalho assalariado dependeu, em última análise, das condições gerais da lavoura cafeeira, mais precisamente de seu ritmo de acumulação de capitais. A introdução das relações de trabalho na cafeicultura mineira se verificou de forma muito lenta, transitando quase sempre por formas intermediárias, nunca chegando a assistir um domínio razoável do trabalho assalariado.<sup>96</sup>

No que se refere às citações, consideramos não ser necessário retornar à questão da capacidade produtiva em Minas, uma vez que já demonstramos no capítulo anterior que, pelo menos até a segunda década do século XX, a produção da Mata mineira manteve-se em razoável crescimento (ver Tabela 03). Além disso, nos parece demasiado simplista sustentar a hipótese de que não houve a possibilidade de instituição de um mercado de trabalho na Zona da Mata apoiado unicamente no relatório de um engenheiro que fora encomendado pelo presidente do Estado. Mesmo para este tema (a transição do trabalho) consideramos ser válida a afirmação de R. Andrade quando se opôs à caracterização da pequena propriedade para a Zona da Mata, também elaborada por J.H. Lima. Nessa ocasião, Rômulo afirmava que “falta-lhe comprovação empírica para demonstrar tal hipótese”.<sup>97</sup> Na realidade, o que Lima procura demonstrar é a falta de racionalidade dos cafeicultores mineiros. Chega a realizar diversos

<sup>95</sup> LIMA. *Op. cit.*, p. 29.

<sup>96</sup> LIMA. *Idem.*

<sup>97</sup> ANDRADE. *Op. cit.*, p. 99.



cálculos para demonstrar que o assalariamento teria sido mais rentável do que a meação ou a parceria para o processo de expansão dos cafezais, sem se dar conta, todavia, que as circunstâncias para a transição da mão-de-obra na Zona da Mata não eram as mesmas que as encontradas pelos fazendeiros do Oeste Paulista.<sup>98</sup>

Entretanto, ainda no fim do século passado e no início deste, uma série de estudos<sup>99</sup> colocaram em xeque todas estas proposições. É o caso, por exemplo, da dissertação de mestrado de L.F. Saraiva, que analisou uma série de inventários de fazendeiros encontrados no arquivo histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora e que demonstram muito bem as contradições presentes no “Relatório Carlos Prates” e nos trabalhos que daí se originaram.<sup>100</sup> Suas proposições indicaram que o processo de transição para o trabalho livre ocorrido nas fazendas de Juiz de Fora foi substancialmente distinto do que ocorreu nas unidades produtivas do Oeste paulista, e que esta distinção, ao contrário do que tentou argumentar parte da historiografia, não implica necessariamente o fato de que este processo tenha sido “superior” àquele.

A primeira distinção a ser feita refere-se à presença (ou não) do trabalhador imigrante nas fazendas de Juiz de Fora. Apesar de não ter sido o primeiro a afirmar tal hipótese, Saraiva constata que o trabalhador italiano ou alemão não fora utilizado como mão-de-obra livre no interior das unidades produtivas da cidade. Entretanto, isto não significava que os cafeicultores juizforanos possuíam uma mentalidade “regressista” ou “arcaica”, ou não se interessavam pelo trabalho livre. Pode ter significado, outrossim, que estes fazendeiros não sentiram a escassez de cativos como se verificou em São Paulo. Pelo contrário, continuaram a adquirir escravos até as vésperas da abolição. Só a título de ilustração, vale destacar que o município de Juiz de Fora ocupava a segunda posição nacional no que diz respeito à população escrava no período 1870-1888, contando com 21.905 cativos, o que significava 7,29% de toda a província, ou 20,57% de toda a Zona da Mata.<sup>101</sup> A presença do imigrante (principalmente alemão) na cidade foi percebida principalmente nas atividades urbanas e industriais, como bem o demonstrou Domingos Giroletti. Estes imigrantes vieram a Juiz de Fora para trabalhar na construção da Rodovia União e Indústria, em 1861 e, após o fim das

<sup>98</sup> LANA. *Op. cit.*, p. 110-146.

<sup>99</sup> SARAIVA. *Op. cit.*; ANDRADE. *Op. cit.* PIRES. “Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora. (1889-1930)”. *In: op. cit.*

<sup>100</sup> Além de João Heraldo Lima, Ana Lana também utilizou o “Relatório Carlos Prates” como fonte principal de seu trabalho. Ao trabalhar essencialmente com a transição do trabalho escravo para o livre, chegou basicamente às mesmas conclusões de Lima, ou seja, o predomínio da parceria e a ausência do assalariamento. Ver A.L. LANA. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre em Minas Gerais (1870-1920)*.

<sup>101</sup> SARAIVA. *Op. cit.*, p. 47-60 e A.H. DUARTE LACERDA. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão (Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88)*, p. 51.

obras, estabeleceram-se na cidade fundando firmas comerciais e industriais a partir de sua especialidade profissional e com as poupanças acumuladas durante seu trabalho na rodovia.<sup>102</sup>

Se não foram, como em São Paulo, os imigrantes que substituíram a escravaria no trabalho dos cafezais, quem foram os encarregados de substituir os antigos cativos nas fazendas de Juiz de Fora? E mais ainda: qual foi a modalidade de trabalho adotada pelos fazendeiros da cidade? Além de constatar que a carência nas fazendas fora solucionada a partir do contingente populacional existente na própria região, o autor sobre o qual estamos baseando esta análise conclui que foram os próprios ex-escravos que continuaram a exercer as suas antigas funções no período imediatamente posterior à abolição. E, apesar de a escravidão ter subsistido como forma predominante de trabalho até as vésperas de 1888, é possível constatar a presença, em vários inventários, de inúmeros trabalhadores livres coexistindo com escravos no interior da mesma unidade produtiva. Informações deste tipo já podem ser encontradas em inventários de 1872.

Porém, a questão mais importante do trabalho de Saraiva (e é a que nos interessa de imediato) foi a descoberta, nos inventários de vários fazendeiros, da remuneração monetária dentre as diversas formas de remuneração do trabalho livre. Ao que tudo indica, esta modalidade de trabalho não chegou a predominar nas relações do período, coexistindo com outras formas, como o colonato e a parceria, bem mais do que se supunha até então. O autor cita alguns exemplos em que o pagamento de salários constava dentre as diversas despesas da fazenda. Vejamos dois destes exemplos que, apesar de extensos, merecem ser citados na íntegra pela riqueza das informações que trazem:

O inventariante e genro de Adelaide Gabriela, Geraldo Augusto de Miranda Monteiro de Barros, passa a assumir o controle da fazenda e na prestação de contas podemos perceber que o pagamento de salários era comum a todo o período que vai durar o inventário (cinco anos) [de 1891 a 1896]. A fazenda necessitava regularmente de pouco mais de uma dezena de trabalhadores cujo gasto mensal era de mil contos de réis. Nos meses da colheita eram contratados trabalhadores adicionais, o que fazia subir os gastos naquele momento. Como exemplo, vemos que o administrador pagou no mês de maio de 1891, pela colheita como também por obras gerais, a quantia de 7:063\$500 e já no mês seguinte o pagamento foi de apenas 1:191\$400, sendo discriminado como pagamento do resto da colheita de café e salários dos empregados. A partir daí os pagamentos se normalizam em torno de um conto de réis. A fazenda contratava ainda serviços de empreitada, como matação de formigas, realização de obras e diversos, sendo que estes serviços eram pagos à parte.<sup>103</sup>

Ou o inventário de Idelfonso Monteiro de Barros, de 21 de julho de 1891:

<sup>102</sup> GIROLETTI. *Op. cit.*

<sup>103</sup> SARAIVA. *Op. cit.*, p. 170 e 171.

Quanto às relações de trabalho, que Joaquim Afonso mantinha com seus empregados, temos nestas prestações de contas, que as fazendas contavam, normalmente, com cerca de vinte empregados, número que se elevava a mais de trinta durante a colheita do café. O pagamento de salários era feito de forma bastante variada, sendo que vários dos pagamentos tinham dívidas para com o inventariado pela compra de gêneros que as fazendas lhes vendiam. Vários destes trabalhadores são anotados, como Manoel de Joana e Luis Crioulo, que permitimos supor que se tratavam de ex-escravos. Pelo exposto, vemos que não era usado o sistema de meação, pois não ocorria divisão de venda do café. Ao mesmo tempo, o pagamento de salários era intremado com outras formas de ganho, como a produção de alimentos e pagamentos maiores na época da colheita do café. Portanto, trata-se normalmente de uma forma “próxima” aos contratos de colonos.<sup>104</sup>

Ou ainda a notícia do dia 6 de maio de 1888, presente no jornal local *O Pharol*, onde se podia ler:

O Exm.º Barão de Santa Helena e o Sr. Dr. Eugênio Teixeira Leite, Azarias Jesus de Andrade, Marco Antônio Monteiro da Silva e Antônio Monteiro da Silva acabaram de conceder liberdade a todos os seus escravos em número avulto, sem condição alguma e fazendo-lhes salário.<sup>105</sup>

A ocorrência destes fatos demonstra, como já tivemos a oportunidade de afirmar, o quão complexas e multifacetadas foram as formas da transição nas diversas regiões do país, e que a maior racionalidade paulista, depositada no mito do trabalho imigrante, não se sustenta quando transferimos a análise para o desenvolvimento das formas de trabalho assumidas na Zona da Mata mineira. Vemos, assim, que a transição na região assumiu dinâmica e ritmo próprios, e qualquer semelhança com aspectos ocorridos em São Paulo teriam sido meras coincidências.<sup>106</sup>

A historiografia que tratou da transição na região (João Heraldo e Ana Lana) referir-se à pouca capacidade de acumulação dos fazendeiros como sendo o motivo essencial a determinar sua escolha pela meação ou pelo colonato. Como a historiografia já deixou bem claro<sup>107</sup>, esta tese não encontra fundamento, pois o cultivo do café possibilitou a esses fazendeiros liquidez suficiente para associarem-se às maiores empresas ligadas ao universo urbano do município, “modernizando” seus investimentos<sup>108</sup> (ver Tabela 04). O que importa destacar é a racionalidade dos fazendeiros de Juiz de Fora. Se, como vimos, a remuneração monetária es-

<sup>104</sup> SARAIVA. *Op. cit.*, p. 172.

<sup>105</sup> “O Pharol”. 06/05/1888. *Apud*. SARAIVA. *Op. cit.*, p. 141.

<sup>106</sup> SARAIVA. *Op. cit.*, p. 115-127.

<sup>107</sup> PIRES. “Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)”. *In: op. cit.*, p. 141.

<sup>108</sup> SILVA ALMICO. *Op. cit.*, p. 115-140.

teve sempre entremeada com outras formas pré-capitalistas de trabalho, é porque esta foi a forma mais racional encontrada pelos cafeicultores para remunerar seus empregados. Pois, se o pagamento de salários fosse mais lucrativo do que a meação (como deseja Lima), esta forma teria predominado na região, uma vez que a capacidade de capitalização dos fazendeiros permitia tal ocorrência.

A constatação de que o pagamento de salários não constituiu-se simplesmente como um caso isolado assumiu importância fundamental para o nosso trabalho. Se tivermos em mente que uma boa parte de nossa cronologia (1888-1930) coincide com a segunda subdivisão que Saraiva faz de seu Período de análise (1888-1900), perceberemos que diversas hipóteses por ele demonstradas servirão de arcabouço teórico para aquilo que estamos buscando demonstrar aqui. Ora, o que estamos querendo afirmar é que, uma vez demonstrada a existência da remuneração monetária na região – ainda que mesclada com outras formas de trabalho –, torna-se evidente a ocorrência do mais elementar pré-requisito para o desenvolvimento do setor comercial: a elevação do poder de compra por parte dos trabalhadores. Esta questão amplia-se ainda mais se relacionarmos a população de escravos com a população total da cidade. Apesar de não possuímos dados para o ano de 1888, tivemos acesso ao Relatório da Presidência da Província de Minas Gerais,<sup>109</sup> que contabilizou a população escrava no ano de 1886, apenas dois anos antes da derrocada do regime escravista. Para este ano, temos uma população de cativos que alcançava a marca de 20.905 almas. Era uma das maiores cidades em número de escravos do Brasil, estando atrás somente de Valença. No que se refere à população total da cidade, só obtivemos dados para o ano de 1890, o que nos dá uma diferença de quatro anos de um censo para o outro. Neste ano, a população de Juiz de Fora chegava a 74.136 habitantes. Se imaginarmos que a população escrava não cresceu entre os anos de 1886 e 1888 (o que é pouco provável), temos que a população cativa representava 28,19% da população total do município.<sup>110</sup> Dizer que estes quase 21.000 cativos foram “lançados” no mercado e, a partir daí, tornaram-se consumidores em potencial, parece-nos uma afirmação um tanto temerosa e ousada. Todavia, imaginamos ser perfeitamente coerente concluirmos que ao menos uma parte deste contingente tenha se introduzido no âmbito das relações capitalistas ou, em outras palavras, foi capaz de consumir produtos de primeira necessidade a partir de seus próprios ganhos.

E é justamente a partir destas hipóteses que se justifica a escolha do ano de 1888 para demarcar o início de nossa cronologia. Consideramos que a abolição representou um impulso

---

<sup>109</sup> LIMA. *Op. cit.*, p. 21.

<sup>110</sup> DUARTE LACERDA. *Op. cit.*, p. 50.

sem par às atividades comerciais, já que o recebimento de salários por parte dos ex-cativos garantia o aumento do meio circulante. Não obstante, ainda que nos prendêssemos à hipótese mais pessimista de que a maior parte da escravaria não se transformou em consumidor nos moldes capitalistas, poderíamos demonstrar o movimento de expansão do mercado interno através do crescimento demográfico da cidade. Em 1855, dois anos depois de ter se emancipado à condição de cidade, Juiz de Fora já contava com 27.722 habitantes. Dezesete anos depois, no censo realizado em 1872, esta população havia subido para 38.336, representando 10,25% da população total da Zona da Mata e correspondendo a um aumento da ordem de 38,28% se comparado ao ano de 1855. De 1872 até 1890, a população juizforana sofrera um aumento de 43,95%, passando dos 38.336 para 55.185 habitantes, representando, desta vez, 12,83% da população total da Zona da Mata mineira.<sup>111</sup> Já para o ano de 1907, a população de Juiz de Fora contava com 85.450 habitantes em seus treze distritos, significando um aumento de 54,84% se comparado ao censo de 1890. De 1907 até 1920, o número de habitantes saltou dos 85.450 para os 118.166, significando um aumento de 38,28%. Um substancial aumento de 32.716 pessoas em apenas 13 anos. A respeito deste adensamento populacional, assim se refere Miranda:

Durante todo o período que se estendeu da fundação oficial da cidade até o início da década de 90, vimos que a cidade configurou-se como pólo decisivo de atração populacional, sendo o seu percentual anual de crescimento muito superior à maior parte das grandes cidades brasileiras no mesmo período. Esta mesma tendência de crescimento manteve-se durante a primeira república e só deu seus primeiros sinais de decréscimo, se compararmos a dinâmica geral de crescimento, após a década de 30, que conforme foi visto na seção anterior, correspondeu a um momento de declínio na base industrial e mercantil local.<sup>112</sup>

No cômputo geral, desde o ano de 1855 até o ano de 1920, a população passou de 27.722 para 118.166 almas, o que totaliza um crescimento da ordem de 326,25%. Se tomarmos a média anual nestes 65 anos, veremos que o crescimento foi de 1.391 pessoas ou 5,01% por ano. Todo esse movimento pode ser mais bem vislumbrado na tabela abaixo.

Tabela 06: Crescimento populacional de Juiz de Fora  
Períodos selecionados

Ano	População	%
1855	27.722	100

<sup>111</sup> ALMICO. *Op. cit.*, p. 59-62.

<sup>112</sup> S.R. MIRANDA. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester mineira*, p. 149.

1872	38.336	138,28
1890	55.185	199,06
1907	85.450	308,23
1920	118.166	426,25

Fonte: ANDRADE, Rômulo G. *Op. cit.* & ESTEVES, Albino. *Op. cit.*

Não obstante, há de se destacar ainda o crescimento da população especificamente urbana do município, que acabava ditando o padrão das melhorias estruturais da cidade. Em 27 anos (de 1855 para 1877), esta sofreu um crescimento de 1.993,26%, passando dos 600 para os 12.562 habitantes citadinos. Se tomarmos o intervalo que vai do ano de 1877 até o ano de 1920, veremos que a população urbana cresceu algo em torno dos 138,81%, saltando dos 12.562 para os quase 30.000 habitantes. Neste período, o crescimento ultrapassa os 3% ao ano, o que nos dá uma média de aproximadamente 450 pessoas a mais em cada ano.

Em 1895 o número de habitantes da zona urbana atingia a marca de 13.000 almas, representando cerca de 20,23% da população total da cidade. Em 1920 esta proporção saltaria para 25,38%, valores bem expressivos para os padrões da época. A Tabela 07 pode demonstrar melhor aquilo que estamos querendo enfatizar aqui:

Tabela 07: Crescimento da população urbana de Juiz de Fora  
1855/1920

Ano	População urbana	População total	Proporção
1855	600	27.722	2,16%
1877	12.562	38.336	32,76%
1890	13.000	55.185	23,55%
1895	15.000	Não identificado	-----
1913	22.332	85.450	26,13%
1920	29.988	118.166	25,37%

Fontes:

1. Para 1855: GIROLETTI. *Op. cit.*, p. 185-186.
2. Para 1913: N. SENA. “Anuário de Minas Gerais”. *Apud* MIRANDA. *Op. cit.*, p. 149.
3. Para os demais anos: Almanaque de Juiz de Fora de 1891 e 1896; ESTEVES, A. *Op. cit.*, Anuário Estatístico de Minas Gerais – 1922/1925. *Apud* MIRANDA. *Op. cit.*, p. 99.

Obs: pelo fato de não possuímos dados confiáveis para os anos de 1877 e 1913, utilizamos os dados referentes aos anos de 1872 e 1907, respectivamente. Apesar da diferença de cinco e seis anos, consideramos válida sua introdução na tabela somente a título de ilustração. Portanto, as porcentagens referentes a estes anos são aproximadas.

Na Tabela 08, organizada por S. Miranda, podemos visualizar a população urbana do município de Juiz de Fora distribuída em seus bairros:

Tabela 08: Distribuição espacial da população de Juiz de Fora

1883-1913

Local	1883		1913	
	Total %		Total %	
Centro/Alto dos Passos/Manoel Honório	6.595	64,7	12.899	57
São Mateus	549	5,4	1.414	6,4
Glória/Mariano Procópio	2.203	21,5	1.854	8,2
Botanagua	853	8,4	1.791	8
São Pedro	Não disponível	--	1.728	7,7
Tapera	Agregado	--	1.022	4,5
Fábrica	Agregado	--	1.614	7,2
Total	10.200	--	22.332	--

Fonte: MIRANDA. *Op. cit.*, p. 149.

O setor de infra-estrutura da cidade acompanhou o vertiginoso crescimento da população. As diversas melhorias no espaço urbano – levadas a cabo tanto pela iniciativa privada quanto pelo poder público – estimulavam ainda mais o desenvolvimento econômico da cidade. Em 1870 é inaugurado o serviço de telégrafos. A partir de 1885 a cidade passa a contar com água em domicílio. Em 1861 estava pronta a Rodovia União e Indústria, que ligava Juiz de Fora a Petrópolis e transformava a cidade mineira no mais importante entreposto comercial da zona da Mata, haja vista os diversos ramais que ligavam a rodovia às várias cidades produtoras de café da região.<sup>113</sup> Em 1875, chega a Juiz de Fora a primeira ferrovia da Província, a Dom Pedro II e, um pouco mais tarde, chega também a Estrada de Ferro Leopoldina, a mais importante da região. Em 1887, é instalado, também em Juiz de Fora, um dos primeiros estabelecimentos bancários da Província, o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e, em 1889, chega aquele que dará impulso ainda maior à cafeicultura local: o Banco de Crédito Real de Minas Gerais. E, neste mesmo ano de 1889, a Companhia Mineira de Eletricidade oferece à cidade a primeira experiência com luz elétrica.<sup>114</sup> No que tange ao setor imobiliário, verifica-se que no ano de 1912 foram construídas 212 novas casas e, no ano seguinte, a reparição de obras expediu licença para a construção de 191 novos prédios e outras obras. Todas estas iniciativas demonstravam a expansão do mercado interno, ao mesmo tempo em que refletiam na sua ampliação e diversificação.<sup>115</sup>

<sup>113</sup> LIMA. *Op. cit.*, p. 81.

<sup>114</sup> SILVA ALMICO. *Op. cit.*, p. 50-56.

<sup>115</sup> GIROLETTI. *Op. cit.* Cap IV.

Atrelado a todas estas melhorias, o incipiente setor industrial dava os primeiros passos rumo à modernização. Segundo Giroletti, entre os anos de 1901 e 1910, das dezenove indústrias têxteis fundadas em Minas Gerais, sete localizavam-se em Juiz de Fora.<sup>116</sup> Número bem significativo se tivermos em mente o tamanho do estado. Francisco de Campos Valadares, escrevendo no *Jornal do Comércio* em 1901, assim se refere ao desenvolvimento da cidade:

É a cidade mineira produtora por excelência e a que mais exporta, desde o tecido superior de suas fábricas, até (...) o dinheiro, que o Banco de Crédito Real espalha pelo estado, em proveitosos auxílios à lavoura e às demais indústrias. (...) A Cia. Mineira de Eletricidade – fundada em 1887 por Bernardo Mascarenhas – explora a eletricidade sob todas as suas formas em duas turbinas, tipo Stilwell Bierce, cada uma da força de 500 cavalos. (...) Fábrica de tecidos de Mariano Procópio – propriedade da Cia. de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira – data de 1883; é talvez, a maior de Minas, produzindo 6.000 metros de magnífico tecido, diariamente. A matéria-prima empregada é toda nacional, sendo o fio preparado e tinto na própria fábrica. É seguramente, uma das mais importantes do país. Tecelagem Mascarenhas (...) criada em 1887, dá trabalho a cerca de 200 operários, com maquinários movidos à eletricidade. (...) Mecânica Mineira – o mais importante estabelecimento mecânico do estado mineiro. Fabrica principalmente máquinas para a lavoura, veículos de transporte, vagões e vagonetes. (...) Construtora Mineira, (...) devendo-se a ela a edificação dos melhores e mais belos edifícios de Juiz de Fora. (...) Fábrica de móveis de 1878 (...) A Fábrica de meias, de Antônio Meurer, começou a funcionar em 1899. (...) A fábrica de pregos São Nicolau, de proprietários alemães, uma das mais importantes da cidade.<sup>117</sup>

O setor de comércio, como se pode imaginar, não ficou alheio a toda esta conjuntura de crescimento. Com a expansão demográfica, crescia também a demanda por produtos de primeira necessidade e outros, o que estimulava a abertura de novos estabelecimentos comerciais. Os produtos disponibilizados pelas casas comerciais da cidade atendiam não somente a crescente população urbana, como também supriam os diversos distritos rurais que compunham o município: São Sebastião da Chácara (atual município de Chácara), São Pedro de Alcântara (atual município de Simão Pereira), Vargem Grande (atual município de Belmiro Braga), Chapéu d’uvas, Filgueiras, Matias Barbosa, etc. No que se refere a este universo rural, vale a pena retornar à questão do ex-cativo que se transformara (ou não) em consumidor direto dos produtos de primeira necessidade ofertados pelo mercado local. Se, como propôs Saraiwa, o assalariamento não chegou a predominar como forma de trabalho em Juiz de Fora, convivendo sempre com outras formas “pré-capitalistas”, poderíamos supor que o aumento da liquidez monetária estaria comprometido, causando, assim, uma retração ou, no mínimo, uma

<sup>116</sup> GIROLETTI. *Op. cit.*, p. 70-85.

<sup>117</sup> Francisco de C. VALADARES. *Indústrias. Juiz de Fora no século XIX*, p. 1-12. *Apud.* SILVA ALMICO. *Op. cit.*, p. 54.



estagnação no desenvolvimento comercial da cidade. Entretanto, os dados disponíveis para a nossa pesquisa revelaram algo bem diferente desta realidade. As informações organizadas e disponibilizadas por Albino Esteves<sup>118</sup> nos induzem a acreditar que a cidade passou por um vigoroso crescimento no que se refere às atividades comerciais, o que pode ser demonstrado pelo significativo aumento das casas comerciais do município. A Tabela 05 revela bem aquilo que estamos querendo afirmar.

A importância do processo abolicionista para o movimento de expansão das atividades comerciais na cidade torna-se ainda mais contundente se retomarmos à Tabela 05. Naquela tabela, intitulada “Crescimento dos estabelecimentos comerciais de Juiz de Fora”, tivemos a oportunidade de constatar que, durante o período 1877/1891, os estabelecimentos comerciais da cidade sofreram um aumento de cerca de 23,87% (1,7% ao ano), passando de 310 estabelecimentos em 1870, para 384 em 1891. Vale a pena lembrar que praticamente todo este período ainda era marcado pela vigência do sistema escravista, haja vista que no ano de 1886 a cidade ainda contava com uma população escrava de 20.905 cativos, que representava quase 30% da população total.

Se tomarmos uma outra parcial daquela tabela, que compreende os anos de 1891/1904, constatamos um aumento bem mais significativo, de cerca de 80% (quase 14% ao ano), quando passou de 384 estabelecimentos em 1891 para 692 em 1904. Como se pode perceber, um aumento considerável – se compararmos com o período anterior. Para que as proposições aqui demonstradas se tornem mais explícitas ao leitor, elaboramos uma nova tabela, agregando os dados por nós utilizados para realizar esta análise:

Tabela 09: Crescimento dos estabelecimentos comerciais de Juiz de Fora  
(1877-1904)  
(parciais da tabela 05)

<b>Ano</b>	<b>Nº de estabelecimentos</b>	<b>Índice</b>
1877	310	100
1891	384	123
1904	692	223

Fonte: ESTEVES, A. *Álbum do município de Juiz de Fora de 1891*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1915.

<sup>118</sup> Autor da Tabela 05.

É irretorquível a constatação de que o período imediatamente posterior à abolição dos cativos acabou gerando um grande impulso às atividades comerciais na cidade. É claro que este período coincide justamente com a chamada “crise dos comissários do Rio de Janeiro”, que também impulsionou as atividades comerciais na Zona da Mata, mas não podemos descartar a importância que o processo de transição para o trabalho livre significou para a expansão da estrutura comercial do município.

Se abdicarmos de estabelecer relações entre os respectivos períodos e tomarmos a tabela como um todo, poderemos ter uma idéia do crescimento a que estamos nos referindo. O crescimento de cerca de 300% entre os anos de 1870 e 1925 (quando passou-se de 190 para 716 estabelecimentos) só vem corroborar a nossa tese a respeito da importância e amplitude do setor comercial para o município de Juiz de Fora.

É óbvio que, no cômputo geral daquela tabela, estão presentes casas comerciais de todos os gêneros, atacadistas, varejistas e outras. Com uma boa margem de certeza podemos afirmar até que a maior parte destes estabelecimentos constituíam-se de pequenas empresas varejistas, uma vez que as firmas atacadistas – pelo montante de capitais e mercadorias com que lidavam – cresciam em um ritmo menos acelerado, distante da média geral verificada para todo o período, que era de 10,45% ao ano. Para efeito de comparação, elaboramos a Tabela 10 que contém dados sobre o número de estabelecimentos comerciais para algumas cidades de Minas Gerais.

Tabela 10: Número de estabelecimentos comerciais para algumas cidades de Minas Gerais

1925

<b>Cidade</b>	<b>Casas comerciais</b>
Bom Sucesso	77
Prados	70
Santa Bárbara	123
Pouso Alto	8
São Manoel	14
Campo Belo	104
Oliveira	61
Maria da Fé	28
Tombos	77
Ayuruoca	35
Além Paraíba	207
Palma	59
Monte Santo	72
Itajubá	160

Brasília	44
Poços de Caldas	86
Cataguazes	330
Belo Horizonte	794
Guaranesia	103
Eloy Mendes	36
Três Pontes	52
Alfenas	80
Virginópolis	120
Sabinópolis	245
Campos Gerais	58
Machado	77
Ubá	305
Leopoldina	231
Rio Espera	15
Cachoeiras	45
Juiz de Fora	716
Muriaé	338
Dores da Boa Esperança	40
Palmyra	368
Pequy	37
Carangola	500
Extrema	36
Santa Maria do Suassuhy	20
Manhuassú	417
Luz	32
Pomba	131
S. Gothardo	15
Carandahy	28
Lagoa Dourada	10

*Fonte:* SILVEIRA, Victor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1926.

No conjunto da amostra apresentada na Tabela 10 é evidente a supremacia das cidades localizadas na Zona da Mata. Ressalte-se, ainda, que todas estas cidades constituíram-se como municípios cafeeiros de grande importância no estado de Minas Gerais, como Ubá, Muriaé, Cataguazes e Carangola. Das cidades que compunham outras regiões de Minas, somente Palmyra e Sabinópolis possuíam mais que 200 estabelecimentos comerciais, atingindo a marca de 368 e 245, respectivamente. Dentre as cidades da Zona da Mata, Juiz de Fora assume posição de destaque, atingindo, em 1925, a marca de 716 estabelecimentos comerciais. Esta quantidade ainda é 43% superior àquela apresentada por Carangola, um dos maiores municípios produtores de café da Zona da Mata em 1925. Em toda a amostra, a única cidade que ultrapassa Juiz de Fora na quantidade de estabelecimentos comerciais é Belo Horizonte (com 794 estabelecimentos), assumindo as suas funções básicas de capital do estado e pólo centrali-

zador por excelência das atividades econômicas de Minas. Ainda assim, em 1925, Belo Horizonte possuía apenas 78 casas comerciais a mais que Juiz de Fora. Esta diferença significa menos de 11%. Vale a pena destacar que estamos nos referindo a uma cidade interiorana que não era a maior produtora de café da região. Parece haver algum equívoco na expressão “pequeno comércio” de J. Lima. Juiz de Fora havia se tornado, em meados da década de 20, no mais importante entreposto comercial da Zona da Mata, cuja expansão se deveu, invariavelmente, à sua posição estratégica frente à cidade do Rio de Janeiro.

Infelizmente não possuímos dados seguros para identificar o percentual de expansão para a zona urbana e para a zona rural da cidade. Se tomarmos como referência a proporção da população urbana frente à população total da cidade, poderemos nos aproximar um pouco do que pode ter representado a expansão comercial que estamos enfatizando aqui. Para os anos de 1890 e 1920, a população especificamente urbana de Juiz de Fora oscilou sua representatividade para com a população total em uma média que girava em torno dos 22,8%<sup>119</sup>. Se a população rural girava em torno dos 77,2%, poderíamos considerar (ainda por estimativa) que uma boa parte da expansão comercial a que estamos nos referindo dirigiu-se para esta área. É evidente que esta proporção não pode e não deve ser tão mecanizada assim, uma vez que a área urbana se coloca como o espaço por excelência de realização das relações capitalistas de compra e venda. Todavia, o que pretendemos reter nesta análise é o aumento nos níveis de monetização da economia juizforana. O fato de as pequenas firmas varejistas terem predominado na referida expansão em nada prejudica a análise. Pelo contrário, enriquece ainda mais a discussão. Ainda que a maior parte dos estabelecimentos comerciais indicados naquela tabela fosse constituída de padarias, botequins ou farmácias, as nossas hipóteses estariam resguardadas, uma vez que a ocorrência deste fato indicava, por um lado, que havia uma demanda interna a ser suprida e, por outro, que havia oferta de liquidez no âmbito local da economia. Além disso, destaca-se ainda que a expansão deste ramo insere-se numa rede de circulação muito mais ampla do que simplesmente a distribuição final dos produtos comercializados nas padarias, botequins ou farmácias, incluindo aí os serviços prestados pelas empresas atacadas no que tange ao fornecimento daqueles produtos.

Estas pequenas unidades varejistas, apesar de movimentarem um pequeno volume de capital e de mercadorias, tornaram-se peças fundamentais de uma complexa rede de comercialização de produtos, uma vez que, como se sabe, desempenham um papel primordial nos cir-

<sup>119</sup> Em 1890, a população total da cidade atingiu 74.136 habitantes, com 15.000 vivendo nas cidades e, em 1920, a população urbana alcançou a marca de 29.988 habitantes de um total de 118.166. Dados extraídos de *Minas segundo o recenseamento de 1920*, p. 174-178. Apud PIRES. *Op. cit. Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da mata de Minas Gerais (1889-1930)*, p. 75. *Recenseamento de 1890*, apud SILVA ALMICO. *Op. cit.*, p. 50.

cuitos de distribuição final dos bens em circulação.<sup>120</sup> Muitas destas empresas localizavam-se nos diversos distritos que compunham a cidade naquele período, e que estamos considerando aqui como a área especificamente rural da cidade, onde a produção de café ainda era intensa. Por mais estranho que possa parecer, o principal produto de exportação do município não estava entre as mercadorias que estas unidades comercializavam. Os processos de falência destes estabelecimentos ou os inventários de seus proprietários geralmente trazem o balanço geral das mercadorias existentes na empresa no momento da decretação da falência ou quando do falecimento de seu proprietário. Nestes balanços, dentre os inúmeros produtos, são raras as referências ao café. É claro que as fontes impõem limites à análise que convém esclarecermos aqui. Apesar deste tipo de documentação oferecer valiosíssimas informações acerca das mercadorias existentes, escrituração contábil, origem dos débitos, etc., nos revela a situação da empresa somente no momento em que o processo (ou de falência ou de inventário) é aberto. Desta forma, poderíamos estar equivocados na constatação de que o café não fazia parte destas pequenas firmas, pois há a possibilidade (ainda que remota) de, no exato momento em que o processo fora aberto, o produto estar “em falta” no estoque. Sem dúvidas, esta é uma realidade possível, mas como afirma a própria historiografia:

Na ausência de um espaço efetivo responsável pela exportação de café, a cidade sempre utilizou uma estrutura de comercialização que se organizara exogenamente e que se concentrara no principal porto do país; em seu lugar Juiz de Fora organizou uma importante e complexa estrutura de comercialização que, se envolveu a comercialização de café, o fez de forma relativamente limitada, voltando-se para outros produtos necessários para a reprodução da estrutura agroexportadora local.<sup>121</sup>

Como já nos referimos no capítulo anterior, a função da comercialização da produção cafeeira esteve a cargo de agentes geralmente externos à economia local, primeiro com os comissários do Rio de Janeiro e, mais tarde, com os próprios exportadores, que passaram a enviar agentes para buscar o produto diretamente na fazenda, eliminando os antigos intermediários e aumentando ainda mais a lucratividade de suas operações. Esporadicamente até detectamos, em anúncios de jornais ou mesmo em uns poucos inventários, a presença deste produto nas casas comerciais locais, como no caso da Christovan Andrade e Comp. ou da Batista e Cia., também conhecida como “A Barateza” que, dentre os diversos produtos com que lida-

---

<sup>120</sup> DEAECTO. *Op. cit.*, p. 93-94. Segundo a autora, “se após a Revolução Industrial, o comércio se submete ao ritmo imposto pela produção, é igualmente verdade que sem ele a circulação de mercadorias, princípio básico para a sobrevivência do sistema, estaria fadada ao fracasso”.

<sup>121</sup> PIRES. “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930). *In: op. cit.*, p. 177-178.

vam, estava o café. Há de se ressaltar, ainda, que a Batista e Cia. era uma grande atacadista do centro de Juiz de Fora, o que facilitava a ocorrência deste tipo de negociação. Parece-nos que a função das empresas varejistas (pelo menos no que se refere às da zona rural da cidade) restringiu-se a completar uma cadeia de circulação de mercadorias que eram disponibilizadas pelas empresas de maior porte e que lidavam com o atacado. Assim, tornaram-se um instrumento de acesso para os trabalhadores e fazendeiros aos produtos negociados na zona urbana, contribuindo para o fluxo agrícola e industrial do município.

Desta forma, a ausência de um núcleo de comercialização externa criou as possibilidades para que capitais e recursos fossem investidos numa rede de comercialização que se envolveu direta ou indiretamente com a demanda gerada pelo processo de reprodução da estrutura agroexportadora. O que estamos pretendendo demonstrar é que este processo de reprodução da lavoura cafeeira não apenas gerou uma consistente rede de comercialização local, mas que também se beneficiou de sua expansão. Chegamos, então, à primeira conclusão importante acerca das funções assumidas pela estrutura comercial de Juiz de Fora. Ou seja, a de suprir as necessidades das fazendas produtoras de café. Analisando inventários até o ano de 1900, L.F. Saraiva encontrou inúmeros débitos de fazendeiros com casas comissárias ligadas ao Rio de Janeiro e mesmo com umas poucas casas comerciais locais. Como seu período de análise coincide relativamente com o período em que se deu a conhecida crise dos comissários do Rio de Janeiro, podemos supor que foram as casas comerciais da cidade que substituíram as funções até então desempenhadas pelos agentes vinculados à economia fluminense. E este remanejamento das funções não se limitou simplesmente ao suprimento das demandas dos trabalhadores. Os inventários de comerciantes por nós pesquisados deixam claro que as casas comerciais que se instalaram em Juiz de Fora assumiram boa parte das funções que até então eram desempenhadas pelos comissários (exceto o acesso ao crédito, que passou a ser provido pelas instituições bancárias recém-instaladas na cidade). Estamos nos referindo a todos os bens necessários ao custeio e reprodução das fazendas, como alimentos, insumos, ferramentas e até mesmo máquinas para o beneficiamento do café.<sup>122</sup> Assim:

O comércio do Rio de Janeiro havia perdido a posição de principal espaço de provisão direta de produtos e recursos financeiros para o processo de reprodução econômica da economia agroexportadora local, apesar de manter ainda a condição de principal espaço de exportação de sua produção.<sup>123</sup>

<sup>122</sup> SARAIVA. *Op. cit.*, p. 176-178.

<sup>123</sup> PIRES. “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da mata de Minas Gerais (1889-1930)”. *In: op. cit.*, p. 174-175.

Neste processo de remanejamento das funções que até então eram desempenhadas pelos comissários, as casas comerciais que se dedicavam ao varejo tiveram um papel fundamental na provisão dos produtos básicos para a reprodução da vida material dos trabalhadores e fazendeiros, deixando sob a responsabilidade das médias e grandes empresas atacadistas o fornecimento dos produtos de mais difícil acesso, como máquinas e importados em geral. Isto pode ser explicado pela própria capacidade de liquidez destes pequenos comerciantes que, além de movimentarem um volume reduzido de capitais e mercadorias, ainda eram obrigados a efetuar suas vendas sob o antigo sistema de “cadernetas”<sup>124</sup>, que era uma forma de tentar solucionar a escassez de moeda, notável em todo o nosso período de análise. Ainda no que tange à zona rural, estas casas varejistas ofereciam uma variedade considerável de produtos de primeira necessidade e também de alimentos que os trabalhadores não produziam em suas hortas. Poderemos ter uma idéia melhor destes produtos se tomarmos como exemplo a firma do italiano Bortolo Pigozzo, localizada na estação de Cotegipe, próximo ao distrito de Matias Barbosa. Possuía um ativo que não alcançava os 20 contos de réis, divididos em mercadorias, móveis e utensílios e contas a receber. Dentre as diversas mercadorias encontradas em seu balanço, realizado em 1923, destacam-se as seguintes: fumo de rolo, fumo gaúcho, facas de cozinha, foices, alfinetes, vasos e potes de barro, cintos, cachimbos, sementes de hortaliças, sombrinhas, chapéus de diversos tipos, cerveja, vassouras, esfregões, etc.<sup>125</sup>

Um outro estabelecimento varejista localizado na zona rural que merece destaque nesta análise é a firma de Antônio Rodrigues do Cruzeiro, estabelecida no distrito de Vargem Grande. Atuando no ramo de secos e molhados, teve sua falência decretada em 1922, quando possuía um ativo inferior a 15 contos e um passivo que ultrapassava os 40 contos, provenientes de fornecimento de mercadorias e empréstimos de particulares. Dentre as mercadorias presentes em seu estoque no momento da decretação da falência, destacam-se as seguintes: marmitas, foices, bocais para lampião, novelos de linha, tamancos, botões, cadarço, meias, escovas de dente, cordões para viola, pincel e navalha para barba, erva doce, sal, ferraduras, etc.<sup>126</sup> Elaboramos duas tabelas abaixo onde estão relacionadas algumas empresas que comercializavam produtos de primeira necessidade, artigos cotidianos e gêneros alimentícios.

Tabela 11: Empresas que comercializavam mantimentos, secos e molhados

<sup>124</sup> As vendas sob o sistema de cadernetas é aquele em que o comerciante se propõe a fiar os débitos de seus clientes, anotando-os em um caderno, que servia-lhe como uma espécie de escrituração contábil. Este sistema, vigente ainda nos dias atuais, principalmente nas zonas rurais e periferias das cidades, colocava-se como um paliativo para a escassez de crédito da população.

<sup>125</sup> Falência 1932, p. 1-2.

<sup>126</sup> Falência 1922, p. 69.

1905-1930

<b>Ano</b>	<b>Empresa</b>	<b>Ramo</b>
1905	Christovan de Andrade e Co.	Atacado e varejo
1902	Casa do Gonçalves	Atacado e varejo
1902	Almeida Carvalho, Corrêa e companhia	Atacado
1902	Augusto Lopes da Mota	Varejo
1907	Carmello Sirimarco	Varejo
1908	Armazém Queiroz	Atacado e varejo
1908	Santos e Cia.	Varejo
1908	Almeida, Sarmiento e Companhia	Atacado e varejo
1910	Rivelli e Cia.	Atacado
1913	João Manoel Mendes	Varejo
1913	Rivelli	Atacado
1914	José Augusto e Irmão	Atacado
1915	Cia. Renato Dias	Atacado
1916	Bertoletti, Irmão e Cia.	Varejo
1916	Ribeiro e Cia.	Varejo
1916	A. Quintão	Atacado e varejo
1917	Dias Cardoso	Atacado
1917	Caetano Neto e Marques	Atacado
1917	Souza Martins e cop.	Varejo
1917	Lobato Souza e Cia.	Varejo
1917	João Teixeira Lopes e cia.	Atacado
1917	Moinho vermelho	Atacado e varejo
1919	Fraga e Cia.	Atacado e varejo
1920	Pedro Lucci	Varejo
1922	Manoel Gonçalves da Silva	Atacado
1922	Zantônio Rodrigues do Cruzeiro	Varejo
1925	A. Ferreira do Amaral	Varejo
1925	Carvalho Jr. e Cia.	Atacado e varejo
1926	Vidal Araújo, Fazollo e Cia.	Atacado e varejo
1926	Marques e Cia.	Varejo
1927	Souza Teixeira e Cia.	Varejo
1928	Araújo, Vidal, Freitas e Cia.	Atacado
1928	Casa Alvear	Varejo

*Fonte:* Falências e inventários – Arquivo da UFJF. Vários anos.

Jornal do Comércio. Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Vários anos.

Tabela 12: Empresas que comercializavam fazendas e armarinho  
1905-1930

<b>Ano</b>	<b>Empresa</b>	<b>Ramo</b>
1899	Antônio Cândido de Souza	Varejo
1902	A Barateza	Atacado e varejo
1902	Antônio Martins de Pinho	Atacado



1902	José Garcia Júnior	Varejo
1902	Nagen e Companhia	Varejo
1903	Joaquim Carvalhães	Varejo
1905	Casa Smith	Atacado e varejo
1905	Casa do S. José	Varejo
1905	Mundo elegante	Varejo
1906	Cyro Casali e Cia.	Varejo
1906	Monassa Irmãos e sobrinho	Varejo
1906	Tannus Canaan e Cia.	Varejo
1907	Au Bom Marche	Varejo
1907	Petit Marche	Varejo
1907	Casa Andrade	Varejo
1909	Assad Nader e Cia.	Varejo
1910	Casa Berteia	Atacado e varejo
1912	Urselino de Souza Gomes	Varejo
1912	Princesa de Minas	Varejo
1913	Michel e Cia.	Varejo
1916	Casa Jayme	Varejo
1916	Cyrino Carvalho e Cia.	Varejo
1916	Casa Clark	Varejo
1917	Araújo Santos e Carvalho	Varejo
1917	A mina de ouro	Varejo
1917	Casas Pernambucanas	Varejo
1917	Souza Martins e cop.	Varejo
1920	A Maravilha	Varejo
1920	Sem igual	Varejo
1920	Pedro Lucci	Varejo
1920	Santos Carvalho e Cia.	Varejo
1921	Parc Royal	Varejo
1921	Casa Sirino	Varejo
1922	Oscar Ribeiro e Cia.	Varejo
1922	Oscar Rodrigues e Irmão	Varejo
1922	Santos, Carvalho e Cia.	Varejo
1922	Casa Pinho	Varejo
1922	Casa Garcia	Varejo
1924	Herbert Neubauer	Varejo
1925	Casa Torres	Varejo
1925	Casa Bretãs	Varejo
1925	O ponto chique	Varejo
1926	Casa Seleta	Varejo
1927	A. Marques de Oliveira	Varejo

*Fonte:* Falências e inventários – Arquivo da UFJF. Vários anos.

*Jornal do Comércio.* Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Vários anos.

Tabela 13: Empresas que comercializavam calçados  
1902-1930

Ano	Empresa	Ramo
1902	Casa Sabino Bréscia	Varejo
1908	Casa Barreiros	Varejo
1916	Medeiros e Simões	Varejo
1918	Chelini e Irmão	Varejo
1920	Santos Mangoni	Varejo
1920	Casa Rocha	Varejo
1928	Calçados Magon	Varejo

Fonte: Falências e inventários – Arquivo da UFJF. Vários anos.

Jornal do Comércio. Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Vários anos.



Fotografia 01: Propaganda da cSsa comercial Santos Carvalho e Cia..

Fonte: *Jornal do Comércio*, 20/12/1922.

O movimento de expansão da estrutura comercial da cidade faz parte, como já nos referimos anteriormente, de um processo mais amplo de efeitos em cadeia. Direta ou indiretamente, os recursos gerados na cafeicultura local criaram as possibilidades para o surgimento e posterior desenvolvimento de outros setores ligados ao universo urbano da economia que,

agrupados, configuram as bases de uma sociedade tipicamente capitalista. E o setor comercial não constituiu uma exceção, desenvolvendo-se na mesma velocidade que o crescimento econômico da cidade. D. Giroletti assim explicita esta questão:

(...) e na medida em que se especializava na produção de café (SME) [Setor de Mercado Externo] vai demandar determinados bens (ferramentas, máquinas agrícolas, materiais para transporte e construção, utensílios domésticos) que, inevitavelmente, irão ativar e desenvolver outros setores da economia: o setor de mercado interno e o setor de subsistência, transferindo-lhe renda e diversificando, desta forma, o mercado consumidor. (...) Desta forma, os recursos gerados pela produção de café e concentrados nas mãos dos fazendeiros são repassados para outros setores da economia, ampliando e diversificando-se com isso, o mercado consumidor régio.<sup>127</sup>

Seja com as varejistas, seja com as atacadistas, o que importa destacar é a elevação no grau de monetização da economia que, ao desenvolver-se, retinha e acumulava os recursos oriundos da comercialização local, inviabilizando a transferência de capitais para áreas externas à região e, mais especificamente, para o Rio de Janeiro. Essa acumulação de capitais no âmbito da economia local criou as possibilidades de investimentos no próprio setor comercial e/ou no setor manufatureiro. Assim, inserido em uma economia em perspectiva de crescimento, o ramo do varejo apresentou-se, para diversos comerciantes, como uma excelente oportunidade para a acumulação de capitais que posteriormente poderiam ser reinvestidos na própria ampliação do estabelecimento, e não foram raras as empresas varejistas que, com o desenvolvimento econômico da cidade, progrediram e tornaram-se atacadistas. O exemplo mais emblemático desta situação foi o da Renato Dias e Cia., uma das maiores casas comerciais de Juiz de Fora e que teve suas origens na firma Fiúza Côrtes e Cia. A empresa girou sob várias denominações e assistiu a uma intensa rotatividade de sócios até ser assumida por Renato Dias Filho, que a transforma em um dos mais importantes estabelecimentos comerciais da região da Mata mineira.<sup>128</sup> Daremos atenção especial a esta firma em um momento posterior.

Para melhor elucidação das questões que estamos propondo para o setor varejista, organizamos a Tabela 14, onde estão presentes algumas das firmas que tivemos acesso na documentação. Esta tabela tem o objetivo de explicitar a existência de uma demanda local por bens de primeira necessidade e demonstra que havia liquidez suficiente para impulsionar o crescimento comercial da cidade, proposto na Tabela 05. A classificação “varejista” ou “atacadista” era a forma como as próprias empresas geralmente se descreviam na documentação. Entretanto-

<sup>127</sup> GIROLETTI. *Op. cit.*, capítulo IV.

<sup>128</sup> Oscar Pereira LOPES. “Comércio na Rua Halfeld”. *In: Revista do instituto histórico e geográfico de Juiz de Fora*, p. 108-109.

to, para as empresas que não se autodenominavam, consideramos que não seria incoerência de nossa parte estabelecer o limite de 50:000\$000 para diferenciar umas das outras. Todavia, este limite ainda não se constitui como um meio seguro de diferenciação, haja vista a inflação galopante, tão freqüente no período em questão. Portanto, buscamos conjugar uma série de elementos que caracterizam um e outro setor, tais como quantidade de mercadorias existentes no balanço, existência ou não de um armazém, ou ainda a presença de outras firmas comerciais no item “dívidas ativas”, o que geralmente demonstra que uma empresa maior distribui para firmas menores. Além disso, é importante ressaltar que, em inúmeras empresas, as duas atividades se confundiam, não sendo incomum encontrarmos firmas que se autodenominavam “atacadistas” mas que também atuavam no varejo. Optamos por trabalhar majoritariamente com as empresas atacadistas, em primeiro lugar, pois os limites de espaço e tempo deste trabalho nos impediriam de analisar a imensa quantidade de documentos acerca de pequenos estabelecimentos comerciais, e, em segundo, porque foram justamente as empresas atacadistas as responsáveis por transformar Juiz de Fora no mais importante entreposto comercial da Zona da Mata, na medida em que seus mercados consumidores extrapolavam em muito as fronteiras da cidade.

Tabela 14: Algumas empresas varejistas de Juiz de Fora  
1889-1930

<b>Ano</b>	<b>Firma</b>	<b>Ramo</b>
1899	Antônio Cândido de Souza	Comerciante de produtos em geral
1902	José Garcia Júnior	Comércio de calçados, capas, botas e tecidos em geral
1902	Nagen e Companhia	Comércio de roupas feitas, chapéus, tecidos em geral e aviamentos
1902	Charutaria Central	Comércio de todo tipo de produto ligado ao tabaco
1902	Casa das músicas Sabino Bréscia	Casa de calçados, artigos para sapateiros e instrumentos musicais
1902	Nagen e Companhia	Comércio de roupas feitas, tecidos, aviamentos e chapéus
1905	Casa Elegante	Comércio de roupas para mulheres
1905	Guimarães Pinto e Companhia	Comércio de couros e arreios em geral
1905	Mundo Elegante	Especializada em armarinho e perfumaria

1906	Casa Azul	Papelaria e tipografia
1907	Au Bom Marche	Varejista de roupas feitas, armarinho, chapéus e calçados
1907	Petit Marche	Comércio de roupas feitas, palitos, sobretudos, ternos, chalés e capas
1908	Pedro Cavalieri e Filho	Frutas de todas as qualidades, tanto nacionais quanto importadas
1908	Casa Cometa	Especializada em chapéus, bengalas, gravatas, malas, etc.
1908	Casa Andrade	Especializada em enxovais para casamentos e batizados
1912	Princesa de Minas	Estabelecimento de fazendas, modas, calçados e chapéus
1912	Casa Guedes	Estabelecimento de artigos alimentícios
1922	Antônio Rodrigues Cruzeiro	Negociante de Secos e Molhados
1924	Herbert Neubauer	Comerciante de secos, Molhados e artigos do gênero
1925	A. Ferreira do Amaral	Comerciante de secos e molhados
1927	Antônio Marques de Oliveira	Negociante de produtos em geral
1929	Pedro Lucci	Negociante de Fazendas, Armarinho e Modas
1932	Bortolo Pigozzo	Comércio de armarinho e alimentos

*Fonte:* Falências e inventários – Arquivo da UFJF. Vários anos.

*Jornal do Comércio.* Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Vários anos.

Antes de avançar para a análise do setor atacadista, convém que estabeleçamos uma comparação entre o comércio varejista de Juiz de Fora e aquele que se desenvolveu no Rio de Janeiro e São Paulo, uma vez que um dos objetivos deste trabalho é justamente demonstrar a diferenciação que se deu no campo de atuação comercial destas distintas regiões agroexportadoras. Se, em Juiz de Fora, como tentamos demonstrar, as empresas varejistas cumpriram papel de destaque no que tange à distribuição final dos bens de primeira necessidade para o crescente mercado consumidor e na provisão de ferramentas e artigos cotidianos para os trabalhadores da zona rural, qual foi a função desempenhada pelo mesmo segmento naquelas áreas onde a exportação de café apresentava-se como a atividade mais lucrativa para os comerciantes?

As referências na historiografia são bem escassas, mas podemos arriscar algumas conjecturas acerca desta questão. Para o Rio de Janeiro, estas referências nos são oferecidas pelo economista Carlos Lessa<sup>129</sup> que, em uma obra de pura erudição, buscou retratar a trajetória histórica da cidade do Rio de Janeiro. Ao avaliar o período em que se deu a expansão e declínio da lavoura cafeeira no estado, o autor passa a analisar as pequenas cidades produtoras que circundavam a cidade do Rio, como Vassouras, Valença, Paraíba do Sul e outras. Constatando a presença da escravidão até os últimos dias do regime, Lessa argumenta que o comércio varejista apresentou-se como uma “insignificante” atividade nas cidades que rodeavam a Corte. Em suas próprias palavras:

O abastecimento das fazendas era concentrado nas atacadistas da praça do Rio de Janeiro. As cidades locais fluminenses não constituíram núcleos comerciais varejistas diversificados. (...) O café fluminense escravista gerou lugarejos sem dinamismo, cidades locais débeis que se esvaziaram com o declínio da cafeicultura: as famosas “cidades mortas” do Vale do Paraíba dos “Urupês” de Monteiro Lobato.<sup>130</sup>

Para a cidade de São Paulo, até encontramos um trabalho<sup>131</sup> específico acerca do comércio neste período, mas que revela poucos detalhes da estrutura varejista que se organizou na região, enfatizando muito mais os aspectos ligados ao comércio internacional em que a economia paulista estava se inserindo. Ainda assim conseguimos extrair algumas informações importantes que podem clarear um pouco a questão. Nas cidades que compunham o chamado Oeste paulista, as casas comerciais que se dedicavam ao varejo parecem ter se desenvolvido bem mais do que se verificou para o Rio de Janeiro. O próprio Carlos Lessa admite esta situação quando afirma que “no interior fluminense não surgiram vilas equivalentes a Ribeirão Preto ou Campinas”.<sup>132</sup> Nestas áreas, parece ter prevalecido por muito tempo a figura do mascate, que era uma espécie de intermediário não somente entre as casas atacadistas do centro e os moradores dos bairros, mas também entre os produtos da capital e os consumidores do interior. Segundo M. Deaecto, foram estes mascates:

(...) os grandes responsáveis pela interiorização e expansão do comércio, tarefa que provavelmente lhes teria sido facilitada, pelo menos no sentido de haver uma demanda de consumo no interior, devido à característica dispersão geográfica do povoamento do território brasileiro. (...) Da cidade, eles levavam tudo o que poderia faltar nas cidades do interior paulista, desde artigos para os colonos das

<sup>129</sup> Carlos LESSA. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca da auto-estima*.

<sup>130</sup> LESSA. *Idem*, p. 118.

<sup>131</sup> DEAECTO. *Op. cit.*

<sup>132</sup> LESSA. *Op. cit.*, p. 218.

fazendas de café, até para os proprietários, que haviam fincado suas raízes na terra roxa e relutavam em se transferir para a cidade.<sup>133</sup>

Além dos mascates, um outro agente aparece na função de distribuidor final das mercadorias oferecidas pelas manufaturas e pelas atacadistas: o vendedor ambulante, este restringindo-se às zonas mais centrais da cidade. Ao que tudo indica, muitas casas de comércio ligadas ao varejo tiveram suas origens em uma destas duas figuras, uma vez que essa “atividade inicial possibilitava acumular o capital necessário para investir no comércio, atividade sempre rentável”.<sup>134</sup> Completado este movimento de reiversão, ainda no final do século XIX, parece ter havido uma grande proliferação de estabelecimentos de pequeno porte, como fica evidenciado na avaliação do imposto “Indústrias e Profissões”<sup>135</sup> entre os anos de 1905 e 1925. Segundo a análise de Deaecto, os ramos que contribuíram em maior número e com as maiores quantias foram aqueles ligados à alimentação, armarinho, fazendas e roupas feitas, ou seja, artigos de primeira necessidade.

Como se vê, a análise sistemática deste ramo específico do comércio apresentou distintas configurações nas três regiões em questão. Nos complexos cafeeiros que se constituíram em São Paulo e em Juiz de Fora, constatou-se um desenvolvimento mais significativo deste tipo de atividade, enquanto na economia fluminense verifica-se o predomínio das casas atacadistas. O que importa destacar, como já o fizemos no capítulo anterior, são as especificidades de cada região, onde os elementos constitutivos de suas formações históricas (como as formas de povoamento, papel dos imigrantes, etc.) devem ser levados em conta no momento da análise de seus diversos setores. Se levarmos em conta todos estes aspectos históricos, constataremos que estamos lidando com três regiões extremamente distintas, em que a homogeneidade entre um ou outro setor teria sido mera coincidência e que, por isso, qualquer hipótese que vise menosprezar ou reduzir a importância de uma destas regiões recairá em um grave erro historiográfico.

### 3.3. Atacadistas e varejistas: funções, mercados e mercadorias

---

<sup>133</sup> DEAECTO. *Op. cit.*, p. 115.

<sup>134</sup> DEAECTO. *Idem.* p. 114.

<sup>135</sup> O imposto “Indústrias e Profissões” estava destinado a todas as atividades urbanas inscritas nos limites do município, de natureza industrial, comercial, ou ainda aquelas ligadas às profissões liberais. A importância de seus contribuintes variava em termos quantitativos ou qualitativos, de modo que uma atividade pouco significativa, sob o ponto de vista monetário, poderia render grandes somas devido à sua frequência, ou vice-versa. Sobre o imposto, ver DEAECTO. *Op. cit.*, p. 121.

Vimos, nas páginas anteriores, de que forma se deu a transição do trabalho escravo para o livre na região e como esta transição possibilitou a disseminação da remuneração monetária entre os trabalhadores, ainda que mesclada com outras formas de trabalho. E, mais do que isso, constatamos que esta transição, conjugada à uma fase de significativos melhoramentos urbanos ainda no final do século XIX, gerou, por um lado, o alargamento e diversificação do mercado consumidor local e, por outro, como consequência do primeiro, uma extraordinária expansão das atividades comerciais, principalmente no que tange às casas varejistas.

Buscaremos, a partir de agora, analisar especificamente a articulação entre as empresas varejistas e as atacadistas da cidade. Pretendemos demonstrar que, juntamente com o setor manufatureiro (que será analisado no próximo capítulo) e o setor varejista, as casas atacadistas contribuíram significativamente para a constituição de uma rede mercantil que se especializou no abastecimento do mercado interno local. E que, com o próprio desenvolvimento de suas atividades, expandiu esta rede para regiões externas ao território mineiro, como Rio de Janeiro, São Paulo e até mesmo Goiás e Rio Grande do Sul.

Vejam, ainda que de forma resumida, o contexto em que se deu o povoamento e desenvolvimento da Zona da Mata para que possa ser evidenciada a posição de destaque assumida pelo município de Juiz de Fora e da região como um todo. No início do século XVIII, com a construção do “Caminho Novo” (1701-03), a região em questão constituiu-se como zona de passagem de tropas que iam carregadas de ouro das regiões mineradoras para o porto do Rio de Janeiro, como também de mercadores que levavam inúmeros artigos e escravos do Rio para abastecer aquelas áreas. Desta forma, começam a surgir os primeiros focos de povoamento, com a abertura de ranchos e pousos que visavam atender os homens e animais com estadia e alimentação.<sup>136</sup> Além disso, a intensa fiscalização da Coroa portuguesa fez surgir, ao longo do caminho, vários “registros”, que visavam controlar o fluxo aurífero. Os primeiros núcleos de ocupação e colonização têm sua origem nestes ranchos e “registros”, que mais tarde teriam evoluído para vilas e cidades. Contribuiu, ainda, para o movimento de povoamento da região, a doação de sesmarias ao bandeirante Garcia Paes, que havia sido o grande idealizador do novo trajeto.<sup>137</sup>

Há de se ressaltar que esta região constituía-se como uma zona marginal na capitania de Minas Gerais, haja vista que não participava de sua atividade econômica mais importante durante o período colonial. Seu povoamento tardio possui uma explicação óbvia: o governo

<sup>136</sup> ESTEVES. “Álbum do município de Juiz de Fora”. *In: op. cit.*, p. 16.

<sup>137</sup> A doação das sesmarias a Garcia Paes e seus filhos, em 1709, deveu-se aos méritos de ter sido o responsável pela construção do novo caminho que ligava a região aurífera à cidade do Rio de Janeiro, muito mais seguro e menos custoso do que o antigo trajeto. Ver ESTEVES. *Idem*, p. 15. Sobre os “registros”, ver VALVERDE. *Op. cit.*, p. 26.



português não tinha interesse em colonizar este território, pois, com sua mata fechada, representava uma barreira natural aos desvios e contrabando dos metais preciosos que vinham das minas.<sup>138</sup>

A região da Mata mineira permanece “secundária” durante todo o século XVIII, enquanto a mineração ainda era intensa em cidades como Diamantina, Ouro Preto e Mariana. Com o declínio da atividade mineradora, a população das zonas auríferas passa a se deslocar para outras regiões de Minas, principalmente para a região da Zona da Mata, onde a plantação de café se apresentava como uma excelente oportunidade de transferência de recursos que outrora seriam investidos na mineração. E parece ter sido esta atividade a grande responsável pelo significativo movimento de ocupação da região, crescente em todo o século XIX.<sup>139</sup>

Tabela 15: Crescimento demográfico da Zona da Mata  
1822-1890

Ano	População	Índice
1822	20.000	100
1872	250.000	1.250
1890	430.000	2.150

Fonte: Apud PIRES. “Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1889-1930)”. In: *op. cit.*, p. 37.

O alvorecer do século XIX demarca uma verdadeira ruptura com o passado mineiro. Foi no início deste século que a região da Zona da Mata assistiu à estruturação de uma economia agrícola voltada essencialmente para a exportação e que, em pouco tempo, a transformaria na zona economicamente mais importante da Província, haja vista que apresentava as condições mais favoráveis para o cultivo do café que, no segundo quartel deste século, já era a principal riqueza do país. O *status* de constituir-se como a região mais dinâmica da província (e, posteriormente, do estado) foi mantido até, pelo menos, a segunda década do século XX, justamente no período em que a cafeicultura inicia seu processo de crise irreversível. Mas o que estamos querendo enfatizar aqui é o deslocamento não só espacial, mas principalmente no que tange à principal atividade econômica que irá impulsionar as exportações mineiras. Se o século XVIII mineiro foi o século do ouro, o século XIX fora, inquestionavelmente, o século

<sup>138</sup> J.R. COSTA. *Toponímia de Minas Gerais*. Apud SILVA ALMICO. *Op. cit.*, p. 45.

<sup>139</sup> M.X.V. PEDROSA. “Zona silenciosa da historiografia mineira – A zona da mata”. In: *Revista do Instituto Histórico de Minas Gerais*, p. 201. Apud PIRES. “Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)”. In: *op. cit.*, p. 36.

do café. Esse fato denota uma fundamental ruptura no que diz respeito à própria evolução histórica de Minas Gerais, e que foi bem explicitada por Pedrosa:

(...) Esta zona é por vários motivos a que, no processo geral de desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais, se processou em último lugar. Ela surge com o século XIX, do qual reflete todas as suas características. O liberalismo, a iniciativa privada, a crença no progresso material trazido pela máquina a vapor e pela eletricidade, o ecletismo do estilo arquitetônico e outras manifestações de uma mentalidade com tendência a romper com o estabelecido até o fim da centúria anterior. (...) A zona da Mata é uma ruptura com o passado histórico de Minas Gerais. (...)<sup>140</sup>

Juiz de Fora parece ter surgido a partir de um desses ranchos ou pousos descritos anteriormente. A Fazenda de Juiz de Fora (que recebeu este nome devido à profissão de seu proprietário) logo daria lugar a um dinâmico povoado que, com a doação de alguns lotes de terras por parte dos treze herdeiros do Juiz de Fora, ascenderia à condição de vila e seria chamada, a partir de 1850, de Vila do Santo Antônio do Paraibuna.<sup>141</sup>

Sendo elevada à condição de cidade em 1856, o município de Juiz de Fora rapidamente assumiu o posto de principal produtor de café da Zona da Mata. Esta região, apesar de representar com seus 35.000 Km<sup>2</sup> apenas 5% do território mineiro, ocupou a posição de região mais importante da província (e, posteriormente, do estado) até pelo menos o início do século XX. Contribuíram para esse fato dois fatores fundamentais: em primeiro lugar, a adequação do café ao solo da Mata e, em segundo, a posição estratégica que a região ocupava, uma vez que faz fronteira com o estado do Rio de Janeiro, onde se localizava a Corte imperial e o maior porto do país.<sup>142</sup> A posição que a Zona da Mata ocupava frente à província no que tange à produção cafeeira pode ser evidenciada na tabela a seguir.

Tabela 16: Participação proporcional da produção cafeeira da Zona da Mata na produção do Estado de Minas Gerais

<b>Período</b>	<b>Minas Gerais</b>	<b>Zona da mata</b>	<b>%</b>
1847/48	745.381	743.707	99,77
1850/51	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83

<sup>140</sup> M.X.V. PEDROSA. *Op. cit.*, p. 189. *Apud* PIRES. “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)”. *In: op. cit.*, p. 19.

<sup>141</sup> Em 31 de maio de 1850, de acordo com a lei provincial de nº. 472, o arraial foi elevado à categoria de vila, compreendendo a paróquia de Juiz de Fora e a de Chapéu D’uvas. Ver ESTEVES. *Op. cit.*, p. 51.

<sup>142</sup> SILVA ALMICO. *Op. cit.*, p. 46-47.

1903/04	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

Fonte: PIRES. “Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)”. In: *op. cit.*, p. 96..

Talvez tenha sido a conjugação destes dois elementos que fez com que Juiz de Fora alcançasse, já no início dos anos 60, o terceiro lugar em arrecadação da província, com 9,4 contos de réis, estando atrás somente de São João Del Rey (com 15,5 contos) e da capital Ouro Preto (16,5 contos). Já no final da mesma década, o município era o que mais arrecadava em Minas Gerais, posição que manteve até as primeiras décadas do século XX, quando a economia cafeeira inicia seu processo de crise.<sup>143</sup> Sobre o desenvolvimento de Juiz de Fora, assim se expressou F. Iglesias:

Na história de Minas, Juiz de Fora tem um papel relevante e singular. Relevante pelo significado econômico e social, ou pela originalidade de seu processo: não é de origem mineratória, pois se desenvolveu pela posição geográfica, no caminho do centro de busca de ouro e pedraria e o Rio de Janeiro. Com o comércio mais pujante que outros da Província, em breve iniciou atividade produtiva com base no artesanato e na manufatura, como o principal núcleo industrial da unidade.<sup>144</sup>

Se, ainda no século XVIII, a Vila de Santo Antônio do Paraibuna adquiriu papel de destaque na Zona da Mata por sua posição intermediária entre as regiões auríferas e a cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, esta posição estratégica adquire contornos mais definidos, com a melhoria nas vias de transporte que ligavam a Corte Imperial às zonas produtoras de café da Zona da Mata. O primeiro avanço significativo se deu em 1861, com a construção da Rodovia União e Indústria. A rodovia, que ligava Juiz de Fora à Petrópolis, representou um avanço sem par para o transporte do café que era produzido em toda a região circunvizinha à cidade. Até então, a viagem até o porto carioca era feito sob condições precárias e bastante custosas para os fazendeiros: o café era levado em lombo de burros numa viagem que durava cerca de quatro dias por caminhos perigosos e íngremes que sujeitavam a carga ao risco de se perder. Além disso, o capital empatado principalmente com mão-de-obra (escravos e tropeiros) e animais de carga onerava demasiadamente o transporte e limitava em muito os lucros dos produtores.<sup>145</sup> Uma autora afirmou que:

<sup>143</sup> P. OLIVEIRA. *História de Juiz de Fora*, p. 53.

<sup>144</sup> GIROLETTI. *Op. cit.*, p. 11.

<sup>145</sup> A.E. TAUNAY. *Pequena história do café no Brasil*, p. 63-65. *Apud* M.X. PEDROSA. *Op. cit.*, p. 202.

A situação da Província de Minas Gerais, encravada no interior, longe dos transportes marítimos, não era menos grave. O mau estado de suas estradas representava um pesado ônus para a produção: as despesas de transporte prejudicavam seus produtos que não podiam concorrer com os de áreas mais bem situadas e sobre os quais incidia frete menor. (...) <sup>146</sup>

Talvez tenha sido por este motivo que a iniciativa de melhorar as vias de comunicação terrestre com o Rio de Janeiro tenha partido dos próprios cafeicultores da região, entre eles, Mariano Procópio, um importante fazendeiro de Juiz de Fora. A rodovia revolucionou os meios de transporte da região, sendo construída segundo os melhores padrões de engenharia da época. Com seus 144 quilômetros, ligava Juiz de fora à Petrópolis, onde se encontrava com a ferrovia Pedro II, que completava o transporte de cargas e passageiros até o Rio de Janeiro.

Se, durante o período mineratório, o “Caminho Novo” já começava a definir a posição estratégica do município de Juiz de Fora e da Mata como um todo, na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da cultura cafeeira, esta posição foi reforçada pela Rodovia União e Indústria. Há de se ressaltar que nas duas ocasiões, a posição privilegiada do município se deu em virtude da proximidade com a cidade do Rio de Janeiro que abrigava, já há algumas décadas, o principal porto do país. Entretanto, no século XIX, outros fatores contribuíram para que a cidade se tornasse a mais dinâmica da província mineira. Como já foi demonstrado em outros momentos, os altos índices de produção de café da Zona da Mata esbarravam no entrave representado pela ausência de um porto no espaço mineiro, questão que há muito já havia sido solucionada com o envio do produto para o porto carioca. Como uma das extremidades da Rodovia União e Indústria tocava o solo juizforano, era natural que a cidade concentrasse a produção de cidades vizinhas para que dali partissem para o Rio de Janeiro. Assim, Juiz de Fora transformou-se rapidamente em um dinâmico entreposto comercial, para onde convergiam mercadorias, pessoas e serviços. <sup>147</sup> Quanto a essa questão, assim argumenta Domingos Giroletti:

A maior parte dos produtos exportados e importados por Minas (Centro, Oeste, parte do Sul e Zona da Mata) tinha que, obrigatoriamente, passar por Juiz de Fora, por uma razão muito simples: utilização do sistema rápido e eficiente de transporte. Isso permitiu o desenvolvimento do comércio de importação e exportação, de atacado e varejo. <sup>148</sup>

Em suma, pode-se mesmo afirmar que a Rodovia significou um forte estímulo não só à produção cafeeira, como também às atividades comerciais como um todo. O mesmo que foi

<sup>146</sup> E.V. COSTA. *Da senzala à colônia*, p. 143.

<sup>147</sup> GIROLETTI. *Op. cit.*, p. 42-46.

<sup>148</sup> GIROLETTI. *Idem*, p. 47.

dito a respeito das exportações de café pode ser dito a respeito das importações. A documentação revelou que a cidade, além de concentrar a produção de café das regiões circunvizinhas para que fossem enviadas ao Rio de Janeiro, também serviu de porta de entrada para os produtos que vinham da Corte imperial. E dali eram redistribuídos por empresas atacadistas para aquelas regiões mais interioranas. A este respeito, assim se expressou S. Miranda: “Cabe aqui destacar que, além do abastecimento urbano, a cidade de Juiz de Fora desempenhou, no campo comercial, um significativo papel de pólo regional durante todo o período, que se estende da década de 90 até o final da década de 1920”.

Além disso, a forma como se deu o entroncamento das linhas férreas durante o processo de expansão da malha ferroviária, ocorrido mais de uma década depois da construção da rodovia União e Indústria também contribuiu significativamente para que Juiz de Fora se tornasse o mais importante centro comercial da Zona da Mata e mesmo da província de Minas Gerais. No final da década de 1860, chega à região a Estrada de Ferro Pedro II, atingindo Juiz de Fora em 1875 e alguns anos depois a Estrada de Ferro Leopoldina, que acabou se tornando a mais importante para a Zona da Mata.<sup>149</sup> A esse respeito, afirmou um estudioso da cafeicultura local:

...pela forma em que se deu o entroncamento das linhas, esta integração ocorreu tendo como referência, como entreposto de comercialização geral, a cidade de Juiz de Fora, que passa a desempenhar as funções típicas de um pólo urbano e capital regional no seio de uma economia agroexportadora, situação que teve seu delineamento básico com a própria União e Indústria, mas que foi consolidada, definitivamente, apenas com a expansão da malha ferroviária.<sup>150</sup>

Toda esta conjuntura de melhoramentos no sistema rodo-ferroviário da região, que causou impactos latentes na estrutura comercial e industrial da cidade de Juiz de Fora demonstra, em primeiro lugar, o dinamismo alcançado pela cafeicultura local, ainda tão menosprezado pela historiografia do período e, em segundo, a capacidade de acumulação e reiversão verificada para o capital cafeeiro. Dito de outra forma, este caso poderia ser tomado como um típico exemplo da aplicação da teoria dos efeitos de encadeamento.<sup>151</sup> O melhoramento do sis-

<sup>149</sup> “A região também se beneficiou da extensão de redes nacionais, com a Estrada de Ferro Pedro II (futura Central do Brasil), que após atravessar as áreas cafeeiras fluminenses, acabou por atingir a região no final da década de 1860: em 1869 chega a Chiador (Mar de Espanha); em 1871, Porto Novo do Cunha (Além Paraíba); em 1875, Matias Barbosa e Juiz de Fora; em 1880, Barbacena; em 1885, Muriaé; em 1888, Ouro Preto e em 1895, Belo Horizonte. GIROLETTI. *Op. cit.*, p. 154.

<sup>150</sup> PIRES. “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais: 1889-1930. *In: op. cit.*, p. 48.

<sup>151</sup> “Pelo período de organização da Companhia União e Indústria (1852) e a inauguração da rodovia (1861), podemos dizer que esta foi concebida, construída e operacionalizada em função do escoamento da produção de café, sendo um dos principais exemplos da concretização dos efeitos de encadeamento retrospectivos decorrentes da produção cafeeira da Mata de Minas.” PIRES. *Idem*, p. 43-44.

tema de transportes apresentava-se, por um lado, como uma necessidade ao deslocamento das áreas de produção para regiões cada vez mais distantes e interioranas e, por outro, como uma possibilidade de se aumentar a lucratividade do negócio através da redução dos custos. Ao reinvestir o capital acumulado com a atividade produtiva no setor de transportes, os fazendeiros acabaram por atingir e estimular diversos outros setores da vida urbana, entre eles, o comercial. Era a zona rural ditando o ritmo de crescimento da zona urbana. Estavam dadas as condições que configuram o “complexo agroexportador cafeeiro”.

Como resultado dos investimentos (públicos ou privados) no setor de transportes, constata-se que a cidade de Juiz de Fora se transformara em um dinâmico pólo de atração comercial, cujo reflexo mais imediato foi a disseminação de empresas ligadas tanto ao comércio varejista quanto ao atacadista. Giroletti, mais uma vez, afirma que:

Por ser terminal da Rodovia que servia a uma importante região cafeeira e ter-se transformado em pólo econômico mais dinâmico da Zona da Mata, Juiz de Fora passou a aglutinar grandes interesses, tornando-se palco de grandes negócios, de intensa circulação de mercadorias, de grande concentração e acumulação de capital. Constituiu-se em pólo de atração por excelência de novos e diversificados contingentes populacionais: mão-de-obra especializada, imigrantes, comerciantes e industriais. (...) <sup>152</sup>

Ou ainda:

A abertura da Rodovia União e Indústria vai transformar Juiz de Fora em um entreposto comercial. Vai permitir o desenvolvimento do comércio local, tendo como consequência maior concentração de capital. Juiz de Fora se transforma, como ponto terminal da mais importante via de comunicação da Província, no local de passagem obrigatória entre Minas e o Rio de Janeiro, no núcleo econômico mais dinâmico da zona da Mata e polarizador de uma vasta região de Minas e parte de Goiás. (...) <sup>153</sup>

A capacidade comercial da cidade logo fora percebida por comerciantes do Rio de Janeiro. É o que se constata a partir da análise dos anúncios presentes no *Jornal do Comércio* durante o período por nós abordado (1888-1930). Pelo menos no que tange ao recorte temporal com que estamos lidando, este jornal dedicava praticamente 50% de suas páginas para a edição de anúncios comerciais. Entretanto, o que despertou nossa curiosidade foi o fato de que o espaço dedicado aos anúncios era dividido por empresas do Rio de Janeiro e de Juiz de Fora. Em algumas edições, a proporção das empresas ligadas ao Rio de Janeiro superava em muito a quantidade de empresas locais.

<sup>152</sup> GIROLETTI. *Op. cit.*, p. 160.

<sup>153</sup> GIROLETTI. *Idem*, p. 157.



Fotografia 02: Capa de um exemplar do *Jornal do Comércio*  
 Fonte: *Jornal do Comércio*, 01/04/2008

A princípio, esta constatação nos intrigou bastante, uma vez que a pretensão inicial deste trabalho era justamente a de demonstrar um certo grau de independência do mercado interno local frente àquele que havia se estabelecido no Rio de Janeiro. Uma de nossas hipóteses principais era a de que a crise dos comissários fluminenses, iniciada no fim da década de 1880, havia contribuído de forma significativa para o desenvolvimento comercial da cidade de Juiz de Fora, uma vez que as fazendas de café da cidade e mesmo de regiões vizinhas passaram a ser providas de suas necessidades pelas próprias casas comerciais locais, sem o auxílio de agentes ligados ao comércio carioca.

Com o desenrolar da pesquisa e com o auxílio de outras fontes, podemos perceber que a presença das empresas cariocas nos anúncios de um dos mais importantes jornais de Juiz de Fora não implicava, necessariamente, que o mercado local era provido de suas necessidades por aquelas empresas. Este fato pode ter significado, outrossim, que o mercado consumidor juizforano apresentava-se como uma alternativa rentável e segura para o aumento da lucratividade daquelas empresas estabelecidas no Rio de Janeiro e, por isso, seu interesse em anunciar ali seus produtos e serviços. Em outras palavras, o que parece ter havido é a percepção de que a entrada na praça comercial de Juiz de Fora poderia representar um negócio pro-

missor. Elaboramos abaixo uma tabela onde estão presentes algumas das principais empresas comerciais de outras regiões que anunciavam seus produtos no *Jornal do Comércio* entre os anos de 1900 e 1930:

Tabela 17: Relação de algumas empresas comerciais de outras cidades que anunciavam seus produtos no *Jornal do Comércio* (1900-1930)

<b>Ano</b>	<b>Origem</b>	<b>Firma</b>	<b>Ramo</b>
1905	RJ	Casa Colombo	Artigos para homens e meninos
1905	RJ	Carvalho costa e Cia.	Importadores de ferragens e artigos norte-americanos
1905	RJ	Lopes Ribeiro e Cia.	Armazém de secos e molhados
1907	RJ	G. Barandier	Artigos para fotografia
1907	RJ	Louis Hermmny e Cia.	Máquinas para fazer pães e bolos
1907	RJ	Luiz e Cia.	Máquinas para costurar
1907	RJ	Cardoso e Cia.	Maquinismo em geral
1908	RJ	Carneiro e Frank	Máquinas de escrever
1908	RJ	Araújo Freitas e Cia.	Vende todo tipo de sabão
1908	RJ	Borlido Moniz e Cia.	Máquinas e ferragens para lavoura e indústria
1908	RJ	Papelaria Silva Ferreira e Cia.	Artigos para fantasia e objetos para escritório
1909	RJ	Borildo Maia e Comp.	Importadores e exportadores de materiais para estradas de ferro, indústrias e oficinas
1909	RJ	F. Canela e Comp.	Máquinas para beneficiamento de café e arroz
1909	RJ	Mattos, Cresta e Comp.	Vendem e importam ladrilhos, azulejos, máquinas e caldeiras a vapor
1911	RJ	Arens e Comp.	Importadores de máquinas
1911	RJ	Victor Uslaender e Comp.	Representante no Brasil (maquinismos)
1911	RJ	C. Duran e Comp.	Máquinas para lavoura, correias, etc.
1911	RJ	Broomberg e Cia.	Máquinas para indústria
1915	RJ	Senra, Monteiro e Cia.	Artigos de eletricidade, motores e dínamos
1914	RJ	Fontes, Garcia e Cia.	Importadora e exportadora de ferragens e estradas de ferro



1914	RJ	Carlos Conteville	Importador de máquinas para trabalhar ferro e madeira
1914	SP	Tibyriça e Co.	Importadores de máquinas agrícolas
1915	RJ	Hopkins Kauser e Hopkins	Importadores de máquinas agrícolas e industriais
1917	RJ	Casa Pratt	Máquinas de escrever
1918	RJ	Cabral Irmão e Cia.	Negociantes de aves, ovos, leitões, cabritos, etc.
1918	RJ	Auto Geral	Pneumáticos Goodrich
1918	RJ	Otávio Gomes e Cia.	Importação de material elétrico
1918	RJ	M. S. Barroso e Cia.	Material elétrico
1920	RJ	Mestre e Blatge S.A	Automóveis Chevrolet
1920	RJ	Figueredo e Faria (A tentadora)	Enxovais para casamento
1920	RJ	Rodo e Alice	Brinquedos e artigos para carnaval
1920	RJ	M. Hilpert e Comp.	Máquinas para a moagem de cereais
1920	SP	Anglo-brazilian comercial e agrary company limited	Importação, exportação e representação das principais indústrias inglesas
1920	SP	Schill e comp.	Máquinas, óleos, ferragens, etc.
1922	RJ	Barroso Winter e comp.	Importadores de material elétrico
1922	BH	Maciel Barbosa e Cia.	Alimento para o gado
1922	RJ	Thorvald Jensen e Cia.	Máquinas para usinas e laticínios
1922	RJ	Herm Stoltz e Cia.	Máquinas para manilhas e tijolos
1922	RJ	Siemens Schurkert	Motores, dínamos, frezas, plainas, etc.
1922	RJ	Bromberg e Cia.	Material tipográfico
1922	RJ	C. H. Lorilleux e Cia.	Tintas em geral
1925	SP	Carlos Reichelt	Importação de máquinas par malharia
1925	RJ	AGFA	Material fotográfico
1925	RJ	E. Bornet e Irmão	Engrenagens
1925	RJ	Casa Arens	Instrumentos para a lavoura
1926	RJ	Casa Paragean	Bicicletas inglesas
1927	RJ	Casa Tubarão	Ferramentas para jardinagem
1927	RJ	Casa Tubarão	Importadores de artigos para

			lavoura
1927	RJ	Fundição Guanabara	Turbinas hidráulicas
1927	SP	França Pereira e Cia.	Correias para todos os fins
1927	RJ	Fonseca Almeida e Cia.	Importadores de artigos para maquinismos
1928	RJ	Anilon S. Ltda.	Fornos industriais e caldeiras
1927	RJ	Pereira Araújo e Cia.	Materiais de construção

Fonte: *Jornal do Comércio*. Vários anos.

**HIME & COMP.**

**Rua Theophilo Ottoni, 52-Rio de Janeiro**

<p>IMPORTADORES DE :</p> <p>Aço</p> <p>Viga de aço</p> <p>Ferro</p> <p>Cobre, Latão, Zinco</p> <p>Cimento</p> <p>Oleos</p> <p>Tintas e vernizes</p> <p>Alvaiade de Zinco</p> <p>Enxadas</p> <p>Tubos de Ferro</p> <p>Tubos para Caldeiras</p> <p>Arame Farpado</p> <p>Material para Estrada de Ferro</p> <p>Coalho Minerva</p> <p>Correias</p> <p>Bombas</p> <p>Chapas de Ferro Galvanizadas</p> <p>lisas e para telhados</p> <p>Arados e debulhadores</p> <p>Barrilha, soda caustica</p> <p>Louça Sanitaria</p> <p>Etc., Etc., Etc.</p>	<p>FABRICANTES DE :</p> <p>Ferro</p> <p>Ferro de Engommar</p> <p>Louça de Ferro Fundido e Estanhado</p> <p>Louça de Ferro Batido Estanhado</p> <p>Bacias</p> <p>Panellas de Ferro</p> <p>Fogões</p> <p>Fogareiros de Ferro</p> <p>Para carvão e para espirito</p> <p>Almofarizes de Ferro e de Latão</p> <p>Chapas de Ferro para fogão</p> <p>Sinos e Sinetas</p> <p>Prumos</p> <p>Balanças e Pesos</p> <p>Ferraduras</p> <p>Canos de chumbo</p> <p>Caixas de Ferro para agua</p> <p>Parafusos de Ferro</p> <p>Pregos para trilhos</p> <p>Pontas de Paris</p> <p>Tachas para Sapateiro</p> <p>Etc., Etc., Etc.</p>
--	--

**Agentes de Nobel's Explosives Company Limited**

**DINAMITE & GELIGNITE**

Fotografia 03: Anúncio de uma empresa carioca

Fonte: *Jornal do Comércio*, 29/06/1919.

Como se pode notar pela análise da Tabela 17, a maior parte dos estabelecimentos comerciais que anunciavam nos jornais lidava com mercadorias de maior complexidade, como maquinismos para indústria e lavoura, materiais para estradas de ferro, motores, etc. (e que eram produzidos, em sua grande maioria, fora do país) A princípio, o leitor deste trabalho poderia questionar-se quanto à capacidade de reprodução de uma estrutura comercial que necessitava do auxílio de uma praça comercial vizinha para prover a demanda de seu mercado interno. Este fato até seria compreensível se os produtos em questão fossem produzidos exclu-

sivamente naquela praça comercial. Entretanto, estamos lidando aqui especificamente com a questão das importações.

Procuraremos demonstrar que a entrada de produtos ligados a casas comerciais fluminenses em Juiz de Fora esbarrou num mercado interno em formação que, desde o início das atividades da Rodovia União e Indústria, vinha se desenvolvendo. Não estamos almejando, desta forma, negar a presença de algumas empresas comerciais de origem carioca na estrutura comercial local. Na realidade, o desenrolar da análise demonstrou que a expansão comercial de Juiz de Fora não teria se dado sem a presença de empresas ligadas ao Rio de Janeiro. O que pretendemos é simplesmente relativizar a dependência apontada pela historiografia, que há muito insiste na idéia de que Juiz de Fora constituiu-se como uma mera extensão da cidade do Rio de Janeiro. O que estamos querendo enfatizar é que a entrada das empresas fluminenses no mercado de Juiz de Fora não se deu sem concorrência, como *a priori* poderia se imaginar.

Foi o que ocorreu, por exemplo, com as empresas que ofereciam ao público as chamadas “desnatadeiras”, um maquinismo utilizado para beneficiar o leite para a produção de manteiga e queijo. Só no período que compreende os anos de 1905 e 1911, encontramos pelo menos sete empresas anunciando o mesmo produto para o mercado local. O primeiro foi Eugênio de Montreuil que, ao que tudo indica, foi um importante atacadista da cidade e que se estabelecia na Rua Halfeld:

Comprem de preferência as desnatadeiras e bateadeiras “Coroa”. São as melhores de todas as estrangeiras até hoje construídas. Fabricadas pela Svenska Centrifug Aktie Bolaget (...) só em casa de Eugênio Montreuil se encontra estas aperfeiçoadas máquinas.<sup>154</sup>

O segundo exemplo nos é oferecido pelo anúncio de Thomaz Loureiro, que possuía um “depósito de máquinas para indústria e lavoura”, também localizado na Rua Halfeld. Em seu anúncio, datado de 1911, podia-se ler:

Laticínios  
 Quer aumentar o lucro de sua fábrica de manteiga?  
 Compre o quanto antes a desnatadeira Tubular  
 A mais simples, rendosa e durável  
 Simples – porque não tem mais do que um único tubo que é a peça giratória que faz o desnate do leite  
 Rendosa – porque em todas as experiências que a Tubular tem feito submeter com outras desnatadeiras tem demonstrado que é a mais rendosa  
 Durável – não tendo a infinidade de pratos e peças que têm todas as outras marcas não está, portanto, sujeita a estragos, sendo mais durável que qualquer outra.

<sup>154</sup> JC 09/05/1905.

Únicos depositários em Juiz de Fora: Thomaz Loureiro  
Rua Halfeld 79<sup>155</sup>

Para os anúncios das empresas cariocas, temos, no mesmo ano de 1911, o caso de Victor Uslander e Comp., situado na Rua 1º de Março.

Máquinas para manteiga  
Desnatadeira da época “SVEA”  
Cada máquina sujeita-se às mais rigorosas provas antes de sair da fábrica.  
Nossas garantias: desnatação absoluta, simplicidade, economia e construção sólida.  
A melhor desnatadeira do mundo.  
Grande estoque de todos os tamanhos, desde 45 até 2000 litros por hora e de peças sobressalentes para as mesmas.<sup>156</sup>

Um outro anúncio oriundo do Rio de Janeiro e que oferece a mesma máquina é o de Arens e Companhia. Ressalte-se que o anúncio é, ainda, do mesmo ano de 1911:

Laticínios  
As desnatadeiras KNUDSEN, de recente fabricação dos Srs. Burmister e Wain, da Dinamarca, pelo seu engenhoso maquinismo revolucionaram a indústria de laticínios.  
Sobrepujam todas as suas congêneres pela simplicidade, robustez e rendimento.  
Tem, entre muitas outras, as seguintes vantagens:  
Equilibram-se automaticamente. São muito leves. Os pratos não têm numeração.  
As peças suscetíveis de estrago são poucas e de custo insignificante.  
Grande prêmio na exposição franco-britânica.  
Únicos depositários Arens e Comp. (...) <sup>157</sup>

Para maior elucidação das questões que estamos propondo aqui, elaboramos a tabela abaixo, onde estão contidas algumas das empresas que anunciavam as “Desnatadeiras” no *Jornal do Comércio*:

Tabela 18: Algumas empresas que anunciavam as “Desnatadeiras”  
no *Jornal do Comércio*  
1890-1930

Ano	Empresa	Origem	Desnatadeira
1905	Casa Montreuil	JF	Coroa
1908	Sergeante e Cia.	RJ	Fênix
1911	Thomaz Loureiro	JF	Tubular
1911	Cia. Geral Comercial	RJ	Titan
1911	Victor Uslander	RJ	Svea

<sup>155</sup> JC 02/04/1911.

<sup>156</sup> JC 07/09/1911.

<sup>157</sup> JC 05/04/1911.

1911	Arens e Comp.	RJ	Knudsen
1915	Casa da América	JF	Alfa Lawal

Fonte: *Jornal do Comércio*. Vários anos.

Ao que tudo indica, as empresas de Juiz de Fora enfrentavam maior concorrência com as grandes casas do Rio de Janeiro quando se tratava de maquinismos para lavoura e indústria. A historiografia tem, em geral, ressaltado a passividade ou a marginalidade da estrutura comercial de Minas, argumentando que as mercadorias que abasteciam a cidade eram provenientes de outros núcleos econômicos nacionais, como o próprio Rio de Janeiro ou Santos. Neste sentido, a afirmação de um brasilianista que estudou a região é emblemática:

(...) O comércio atacadista se concentrava em Uberaba, Juiz de Fora e (após 1910) em Belo Horizonte. Os bens importados através do Rio e Santos eram distribuídos dessas cidades aos comerciantes das muitas pequenas cidades que formavam o fragmentado mercado de Minas. Mesmo o crescimento do comércio interno de produtos industriais nacionais após 1930 reforçou esses modelos tradicionais de mercado. (...) <sup>158</sup>

Apesar de a afirmação vir ao encontro de nossa argumentação a respeito do entreposto de comércio que se estabeleceu em Juiz de Fora, revela uma percepção extremamente negativa a respeito da origem dos produtos comercializados na cidade, apontando para uma dependência do mercado local para com empresas ligadas àqueles centros de importação. Em diversos anúncios por nós pesquisados, encontramos um sem número de empresas que se diziam exercer a função de “importação e exportação” ou “importação direta”. É o caso, por exemplo, da casa de bebidas de Augusto Lopes da Mota, localizado na Rua Halfeld. Em seu anúncio, presente no *Jornal do Comércio* do dia quatro de janeiro de 1902, ele afirmava que vendia “vinhos de importação direta de Portugal”. Ou então um outro exemplo, que explicita ainda melhor o que estamos querendo demonstrar aqui, é o da Casa *A Barateza*, uma das mais importantes e tradicionais casas de comércio da cidade. Fundada em 1882, tinha como um de seus sócios o comerciante Batista de Oliveira. O seu anúncio dizia que:

O seu proprietário, no intuito de bem servir a seus amigos e fregueses, ampliou ainda mais as suas relações comerciais com as principais praças européias, achando-se, portanto, habilitado a receber diretamente das fábricas tudo o que houver de mais novo e moderno, quer em tecidos e fantasias, quer em modas e armarinho.

<sup>158</sup> J. WIRTH. *Op. cit.*, p. 99. *Apud* PIRES. “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da mata de Minas Gerais: 1889-1930. *In: op. cit.*, p. 112.

(...) O estabelecimento, importando diretamente de Paris e outras praças estrangeiras, facilitará aos seus fregueses, da cidade ou do interior, a aquisição de quaisquer objetos.<sup>159</sup>

Ou ainda um outro anúncio, talvez mais revelador ainda:

Havendo-nos de há muito estabelecido diretamente relações com os principais mercados da Europa e Estados Unidos, estamos, por isso, em condições de servir vantajosamente àqueles que desejarem fazer-nos quaisquer encomendas. A fim de facilitá-las temos em nossa casa, à disposição do público, grande quantidade de catálogos com preços de toda sorte de máquinas e instrumentos agrícolas, aparelhos de eletricidade, motores, locomotivas, vagões de toda espécie e materiais para caminhos de ferro, ventiladores, serraria, moinhos, maquinismos para tecelagem e fiação, instrumentos de cirurgia, aparelhos hidrográficos e sanitários, máquinas para produtos químicos e farmacêuticos, ditas para o fabrico de tabaco e papel, material de desinfecção, cofres para dinheiro, bombas de toda a sorte, pára-raios, prelos e maquinismos para impressão e encadernação, pianos e instrumentos de música, máquinas para fotografia e lavanderia a vapor, livros sobre direito, medicina, literatura, etc. Encontram-se também orçamentos para instalação completa de fábricas de laticínios, destilação, açúcar, gelo, cerâmica, iluminação elétrica, etc.<sup>160</sup>

O termo “importação direta” nem sempre implicava negociação direta entre o comerciante local e as empresas localizadas fora do país. Poderia significar, mesmo, uma negociação com a praça comercial do Rio de Janeiro. Isso porque muitas empresas estrangeiras mantinham nesta praça filiais para a distribuição mais facilitada de seus produtos. Foi o caso, por exemplo, da firma Victor Uslaender e Cia.<sup>161</sup>, dos motores a querosene Otto<sup>162</sup> ou da Hopkins, Kauser e Hopkins.<sup>163</sup> Esta última, inclusive, possuía na *Casa da América* seu único depositário no estado de Minas Gerais. Fundada em 1870 em Paraíba do Sul pelo Sr. Antônio José da Costa Cardoso,<sup>164</sup> logo se transferiu para Juiz de Fora, estabelecendo-se na Rua Halfeld n° 121/123. Inicialmente, lidava com o ramo de ferragens em geral, mas logo diversificou os produtos que comercializava. Um anúncio do ano de 1902, dizia que:

Vende louças, cristais, porcelanas, objetos para escritório, drogas, etc.  
Trens de cozinha, variado sortimento de lâmpadas e castiçais, máquinas de costura a pé e à mão e seus acessórios, papéis pintados, vidros para vidraças, objetos para

<sup>159</sup> JC 06/02/1902

<sup>160</sup> GC 25/02/1926 *apud*. PIRES. “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930). *Op. cit.*, p. 124.

<sup>161</sup> JC 07/09/1911.

<sup>162</sup> JC 14/04/1911.

<sup>163</sup> JC 01/04/1915.

<sup>164</sup> O estabelecimento fora fundado em Paraíba do Sul pelo Sr. Antônio José da Costa Cardoso. Com o desenvolvimento dos negócios, o Sr. Cardoso separou-se da organização e assumiu a filial mineira. Com o tempo, seu genro, Sr. Joaquim Augusto de Campos, foi assumindo a direção dos negócios até tornar-se o sócio comanditário da empresa. Ver O.P. LOPES. *Op. cit.*, p. 123.

lavoura e uso doméstico, tintas finas e grossas, artigos para obra de água zinco, cobre e estanho, ferro e aço em barras, chapas e vergalhões, chapas galvanizadas para coberta, cimento Portland Affiançado, formicida, pólvora, espoleta, estopim e dinamite.

Vende também material de escritório, livros em branco, papel almaço comercial, envelopes, penas, lápis, canetas, mata-borrão, tintas Stefens, Sardinha e Monteiro e demais artigos para escritório por preços baratíssimos.<sup>165</sup>

Além de ser a única depositária de uma importante empresa estrangeira, a *Casa da América* ainda mantinha relações diretas com diversas firmas do exterior. É o que se pode ler em um anúncio do ano de 1924:

Os créditos da Casa da América firmaram rapidamente graças à pontualidade em seus pagamentos, o que lhe valeu o invejável crédito que desfruta, a seriedade em suas transações e a qualidade dos produtos importados, que são adquiridos diretamente aos maiores e melhores fabricantes do mundo.<sup>166</sup>

**Casa da America**  
Fundada em 1875

Primeiro estabelecimento de ferragens no Estado de Minas Geraes  
**Campos Bastos & C.**

Grande e variado sortimento de ferragens finas e grossas, louças, porcellanas, crystaes, crystofles, alluminium, livro para escripturação, artigos para escriptorio, machinas de costuras, tintas, etc., etc.

*Importação e Exportação*

Depositarios da fabrica de CAMAS PAULISTAS da fabrica de fogões PROGRESSO e das especiaes desmatadeiras, ALFA-LAVAL Bateria completa para cozinha. Tapetes, capachos, pannos para mesa, etc., etc. Sortimento variado de artigos de fantasia e muitos outros de gosto, para presentes

**Rua Halfeld, 657 - (Edifício proprio)**  
End teleg. CASAMERICA - Telep. 98  
**JUIZ DE FORA - E. DE MINAS**

Fotografia 04: Anúncio da Casa da América

Fonte: *Jornal do Comércio*, 20/12/1922.

<sup>165</sup> JC 06/02/1902.

<sup>166</sup> GC 13/04/1924.

Um outro exemplo de empresas comerciais locais que importavam diretamente do exterior nos é oferecido pela Dias Cardoso e Cia. Dentre as empresas analisadas, era a que possuía o maior ativo, ultrapassando, em 1926, os 10.000 contos. Além de importadora, constituiu-se como uma das maiores empresas atacadistas de Juiz de Fora, mantendo filiais em Uberaba e Belo Horizonte. Trataremos desta empresa mais detalhadamente em um momento posterior. Por hora, nos deteremos a um relato de um contemporâneo da empresa:

Durante anos foi o maior estabelecimento de louças e ferragens de todo o estado de Minas. Importavam diretamente da Europa e foram distribuidores de diversos produtos, como as camas “Mormano” e as lâmpadas “Edson”.<sup>167</sup>

Poderíamos nos alongar aqui citando exemplos de empresas comerciais que realizavam “importação direta”, mas os limites de espaço e tempo nos restringem. Por isso, elaboramos a tabela abaixo, onde estão presentes algumas firmas que anunciavam este serviço no *Jornal do Comércio* e aquelas que assim classificamos por termos constatado, na sessão “credores” de sua documentação contábil, a presença de empresas estrangeiras, sinal evidente de transações comerciais entre ambas.

---

<sup>167</sup> LOPES. *Op. cit.*, p. 123.



**COMPANHIA DIAS CARDOSO**  
(SOCIEDADE ANONYMA COMMERCIAL E BANCARIA)

Capital autorizado 2000 contos — Capital subscripto 1000 contos — Capital integralizado 887:950\$000

Rua Halfeld, 342      Caixa Postal 45      JUIZ DE FORA  
End. Teleg. "PROGRESSO"

— SECCÃO BANCARIA —  
RECEBE DINHEIRO PELA SEGUINTE TABELLA:

Conta-Corrente de movimento á ordem	4%	ao anno			
> > > 30 dias de aviso.	6%	> >			
Letras a premio 3 mezes	5%	> >	} Sello por conta da Companhia		
> > > 6 >	6%	> >			
> > > 9 >	6 1/2%	> >			
> > > 12 >	7%	> >			

Cobranças, remessas  
de dinheiros e mensalidades fixas  
em qualquer parte do mundo.

Adiantamentos de dinheiros,  
descontos, redescontos e cambios.

**CORRESPONDENTES DOS SEQUINTES BANCOS:**

Banco Nacional Ultramarino - Rio - S. Paulo - Lisboa - Porto Banco Alliança do Porto - Rio de Janeiro Banco Português do Brasil - S. Paulo Banco Hollandez da America do Sul - Rio e S. Paulo The National City Bank of New York - Rio de Janeiro e S. Paulo American Foreign Banking Corporation - Rio de Janeiro Banque Française et Italienne pour L'Amérique du Sud - Rio-S. Paulo	Banque Italo-Belge - Rio de Janeiro e S. Paulo Banca Italiana di Sconto - S. Paulo Banco Allemão Transatlantico - Rio de Janeiro Brazilianische Bank für Deutschland - S. Paulo Banco Pelotense - Rio de Janeiro The Yokohama Specie Bank Limited - Rio de Janeiro
--	---

Fotografia 05: Anúncio da Cia. Dias Cardoso

Fonte: *Jornal do Comércio*, 02/10/1919.

Tabela 19: Empresas comerciais de Juiz de Fora que realizavam “importação direta”

Ano	Empresa	Ramo
1890	J.J. Almeida Júnior	Maquinismos e motores
1891	Halfeld e Westphal	Máquinas para lavoura e indústria
1896	Ítalo Cavazza	Vinhos
1897	Francisco Antônio Brandi	Vinhos
1902	Augusto Lopes da Motta	Bebidas
1902	A Barateza	Material elétrico, tecidos, modas, etc.
1908	Armazém Queiroz	Bebidas finas
1910	Joaquim Carvalhães	Tecidos de luxo e modas
1910	Fraga e Cia.	Vinhos
1913	Rivelli e Cia.	Atacado
1914	Joalheria São Levi	Varejo
1915	Casa Nathan	Máquinas para lavoura e indústria

1917	Dias Cardoso e Cia.	A cargo do cliente
1924	Casa da América	Ferragens e material elétrico
1925	Moreira Leite e Cia.	Ferragens, graxas e óleos

*Fonte: Jornal do Comércio. Vários anos.*

*Inventários e falências. Vários anos. Arquivo da Universidade Federal de Juiz de Fora.*

É importante salientar que, como já foi citado anteriormente, não constitui objetivo principal deste trabalho a demonstração da autonomia comercial de Juiz de Fora frente à praça do Rio de Janeiro. Situação que efetivamente nunca ocorreu. Os exemplos citados anteriormente de firmas locais que lidavam diretamente com operações de importação (sem intermédio de empresas fluminenses) pretendem indicar muito mais uma relativização de interpretações historiográficas reinantes até então do que um menosprezo para o papel desempenhado por empresas sediadas na Corte. O fato de algumas empresas de Juiz de Fora realizarem por si mesmas as operações de importação invalida aquela vertente historiográfica que durante muito tempo apregou que a Zona da Mata mineira constituiu-se, desde o período mineratório, como uma simples extensão do território carioca. Ao analisar o sistema financeiro da Zona da Mata, A. Pires assim se manifesta:

Assim a Mata de Minas é colocada sempre e meramente como uma região “tributária”, parte da “fronteira” da cafeicultura fluminense ou ainda constitutiva da assim chamada “Zona Rio”, em geral desconsiderada em suas feições básicas de espaço econômico regional delimitado e constitutivo de uma importante economia de exportação que internalizou parte significativa dos benefícios da produção local para o mercado externo. Enquanto espaço efetivo de produção agroexportadora e constituindo um pólo urbano de referência no interior deste mesmo espaço, a Zona da Mata e o município de Juiz de Fora continuam em grande parte desconhecidos pelas principais tendências de produção historiográfica do país (...).<sup>168</sup>

Ainda no que tange à origem dos produtos que proviam o mercado juizforano, tivemos acesso a alguns processos de falência e inventários de alguns proprietários de empresas comerciais da cidade e constatamos, em sua escrituração contábil, a origem dos credores destas mesmas empresas. A documentação contábil das empresas comerciais oferece informações como o balanço das mercadorias no momento da falência (ou da morte), valor do dinheiro em caixa, móveis e utensílios pertencentes à empresa, e valor dos débitos e dos créditos. Através destas últimas informações podemos verificar tanto os mercados com que estas casas comerciais lidavam quanto a origem de seus fornecedores. E, mais uma vez constatamos contrariedades naquelas interpretações que atribuem a Juiz de Fora um papel meramente coadjuvante

<sup>168</sup> PIRES. “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da mata de Minas Gerais (1889-1930). *In: op. cit.*, p. 179.

no fornecimento dos produtos comercializados na própria cidade. Elaboramos algumas tabelas abaixo com o intuito de demonstrar o que estamos argumentando aqui.

Tabela 20: Origem dos débitos de Joaquim Carvalhães  
1903

	<b>Juiz de Fora</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>MG</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Quantidade de credores	55	71	20	1	147
% dos credores	37,41	48,29	13,60	0,69	100
Valores dos débitos	36:958\$170	81:035\$155	7:658\$795	556\$000	126:202\$120
% dos valores	29,28	64,21	6,66	0,44	

Fonte: Falência 1903. AHUFJF.

Tabela 21: Origem dos débitos de Cyro Casali  
1906

	<b>Juiz de Fora</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>MG</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Quantidade de credores	9	1	1	2	13
% dos credores	69,23	7,69	7,69	15,38	100
Valores dos débitos	12:285\$420	1:354\$243	1:343\$000	3:295\$000	18:277\$663
% dos valores	67,21	18,02	7,43	7,34	100

Fonte: Falência 1906. AHUFJF.

Tabela 22: Origem dos débitos de Manoel Joaquim Gonçalves Faria  
1913

	<b>Juiz de Fora</b>	<b>MG</b>	<b>Total</b>
Valores dos débitos	16:202\$190	88:964\$200	105:166\$390
% dos valores	15,4	84,6	100

Fonte: Inventário 1913. AHUFJF.

Obs: este processo não disponibilizava a quantidade de credores. Os dados contábeis estão contidos em dois livros: o primeiro intitulado “livro contas correntes do interior” e o segundo chamado “livro contas correntes auxiliar da cidade”.

Tabela 23: Origem dos débitos de A. Ferreira do Amaral  
1914

	<b>Juiz de Fora</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>MG</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Quantidade de credores	17	6	5	1	29
% dos credores	58,62	20,68	17,24	3,44	100
Valores dos débitos	20:660\$000	6:394\$000	6:225\$000	1:098\$000	34:377\$000
% dos valores	60,09	18,59	18,09	3,19	100

Fonte: Falência 1914. AHUFJF.

Tabela 24: Origem dos débitos de Manoel Gonçalves da Silva  
1922

	<b>Juiz de Fora</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>MG</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Quantidade de credores	12	5	4	----	21
% dos credores	57,14	23,8	19,04	----	100
Valores dos débitos	124:575\$100	45:597\$060	25:655\$270	----	195:827430
% dos débitos	63.61	23.28	13.1	----	100

Fonte: Falência 1922. AHUFJF.

Tabela 25: Origem dos débitos de Antônio Rodrigues do Cruzeiro  
1922

	<b>Juiz de Fora</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>MG</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Quantidade de credores	18	2	2	1	24
% dos credores	78,26%	8,69%	8,69%	4,34%	100%
Valores dos credores	21:868\$110	3:076\$400	1:313\$990	14:474\$930	40:733\$430
% dos valores	53,68	7,55	3,22	35,53	100

Fonte: Falência 1922. AHUFJF.

Tabela 26: Origem dos débitos de Hebert Neubauer  
1924

	<b>Juiz de Fora</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>MG</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
--	---------------------	-----------------------	-----------	---------------	--------------

Quantidade de credores	23	2	5	2	32
% dos credores	71,87	6,25	15,62	6,25	100
Valores dos débitos	3:166\$950	292\$500	1:488\$510	77\$400	5:25\$660
% dos valores	63,01	5,82	29,62	1,54	100

Fonte: Falência 1924. AHUFJF.

Tabela 27: Origem dos débitos de Oscar Ribeiro e Cia.  
1924

	<b>Juiz de Fora</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>MG</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Quantidade de credores	2	11	---	2	15
% dos credores	13,33	73,33	---	13,33	100
Valores dos débitos	15:000\$000	39:474\$480	---	15:216\$500	69:690\$980
% dos valores	21,52	52,33	---	21,83	100

Fonte: Falência 1924. AHUFJF.

Tabela 28: Origem dos débitos de Carvalho Jr. e Cia.  
1925

	<b>Juiz de Fora</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>MG</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Quantidade de credores	33	3	8	3	47
% dos credores	70,21	6,38	17,02	6,38	100
Valores dos débitos	28:040\$540	1:753\$000	13:794\$400	9:209\$000	52:796\$940
% dos débitos	53,11	3,32	26,12	17,44	100

Fonte: Falência 1925. AHUFJF.

Tabela 29: Origem dos débitos de Bortolo Pigozzo  
1932

	<b>Juiz de Fora</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>MG</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
--	---------------------	-----------------------	-----------	---------------	--------------

Quantidade de credores	18	5	3	1	27
% dos credores	66,666	18,51	11,11	3,70	100
Valores dos credores	32:991\$750	5:042\$800	1:423\$000	250\$000	39:707\$550
% dos valores	83,08	12,69	3,59	0,63	100

*Fonte:* Falência 1932. AHUFJF.

Para que nossos objetivos fossem mais claros ao leitor, dividimos as tabelas em quatro colunas específicas: Juiz de Fora, Rio de Janeiro, MG e outros. A coluna referente à “MG” refere-se aos débitos oriundos de algumas cidades de Minas, geralmente da Zona da Mata, mas não somente. E na coluna “Outros” estão presentes os débitos que não possuíam identificação e os que não eram oriundos nem de Juiz de Fora, nem do Rio de Janeiro e nem das cidades de Minas Gerais. Aí estão presentes cidades como São Paulo, Joinville, Porto Alegre, etc. Torna-se importante ressaltar ainda que, na maioria esmagadora dos casos pesquisados, a natureza dos débitos constituía-se por fornecimento de mercadorias, havendo, entretanto, casos isolados de credores que emprestavam dinheiro.

As empresas listadas nas tabelas anteriores referem-se àquelas que encontramos a origem dos credores em suas respectivas seções contábeis. Torna-se importante ressaltar que esta não é uma ocorrência comum em se tratando de processos de falência do início do século XX. A amostra poderia ser ainda maior se todos os processos a que tivemos acesso possuísem a origem dos credores. A dificuldade aumenta ainda mais se o objetivo for a análise dos mercados que estas empresas atingiam. O item “origem dos devedores” é bem escasso nesse tipo de fonte e só foi possível encontrá-lo em dois ou três casos, o que impediu uma análise mais profunda a respeito do destino das mercadorias comercializadas pelas empresas de Juiz de Fora.

As informações contidas nas tabelas anteriores referem-se somente a empresas varejistas e pequenos atacadistas. Das dez empresas destacadas nas tabelas, somente as firmas de Joaquim Carvalhães, a Carvalho Jr. e Cia. E a do Sr. Manoel Gonçalves da Silva possuíam um ativo que ultrapassava os 100 contos de réis. Todas elas lidavam com o ramo de secos e molhados, utilidades em geral e produtos de primeira necessidade, como fósforos, meias, enxadas, querosene, velas, cachimbos, sementes de hortaliças, sombrinhas, chapéus de diversos tipos, cerveja, vassouras, cereais, etc. Destas dez empresas, seis residiam na zona urbana e quatro residiam na zona rural.

No que diz respeito aos débitos, excetuando-se o caso da firma de Oscar Ribeiro e Cia. e o da Carvalho Jr. e Cia., constata-se que em todas as outras empresas houve uma supremacia dos fornecedores de Juiz de Fora em relação aos credores estabelecidos no Rio de Janeiro. Em alguns casos, inclusive, a diferença é exorbitante, como no caso da firma Carvalho Jr. e Cia. Segundo as informações presentes na seção contábil desta empresa, no momento da decretação de sua falência, 53,11% dos débitos eram oriundos de Juiz de Fora e apenas 3,32% tinham sua origem no Rio de Janeiro. O mesmo pode-se afirmar a respeito da firma de Herbert Neubauer. Neste caso, a proporção foi de 63,01% e 5,82%, respectivamente. Nestes dois exemplos constata-se que a proporção de débitos referentes às cidades de Minas é bem superior àquela referente ao Rio de Janeiro. Na contabilidade da Carvalho Jr. E Cia., os débitos para com as cidades de Minas chegam a 26,12%, enquanto que para o Rio de Janeiro restam apenas 3,32%. Na firma de Herbert Neubauer, esta proporção chega a 29,62% para as cidades de Minas e somente 5,82% para o Rio de Janeiro.

Se agregarmos os dados contábeis destas dez empresas em uma só tabela e se a tomarmos como referência do mercado local poderemos ter uma noção das origens das mercadorias que proviam a estrutura comercial de Juiz de Fora.

Tabela 30: Dados agregados dos credores por região

	<b>Juiz de Fora</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>MG</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Quantidade de credores	187	104	48	13	352
% dos credores	53,12	29,54	13,63	3,69	100
Valores dos credores	311:754\$100	184:019\$635	147:865\$266	44:176\$930	687:815\$931
% dos valores	45,5	26,7	21,5	6,4	100

*Fonte:* Falências, Vários anos. AHUFJF.

Poderíamos iniciar a análise pela própria quantidade de credores. Talvez esta não seja a melhor forma de avaliar a origem dos produtos, haja vista que a relação nem sempre é proporcional, ou seja, nem sempre a região que possui um número mais expressivo de devedores necessariamente detém o maior volume de recursos. Apesar de que, para os dez casos analisados anteriormente, a proporção quantidade de credores/valores dos credores manteve-

se diretamente proporcional. Isso significa dizer que sempre que uma região apontava um número maior de fornecedores, também mobilizava um volume maior de capitais. E neste indicativo (quantidade de credores) Juiz de Fora mais uma vez coloca-se à frente do Rio de Janeiro. Dos 352 credores que apresentaram seus créditos às dez empresas analisadas, 187 pertenciam a Juiz de Fora, o que significa 53,12%, enquanto para o Rio de Janeiro temos 104 credores, representando 29,54%.

Além de nos indicar que Juiz de Fora superou o Rio na provisão de produtos para o mercado interno, o indicativo “quantidade de credores” ainda nos oferece uma breve noção do que pode ter sido o desenvolvimento comercial da cidade. Se tomarmos os 187 credores e dividi-los pelas dez empresas que estamos lidando, a fim de encontrarmos uma média geral, teremos aproximadamente 21 credores para cada estabelecimento comercial, um número bem significativo se tivermos em conta que estamos lidando com firmas de pequeno porte, cujo capital, na maioria das vezes, não ultrapassava os 100 contos.

Quanto aos recursos mobilizados nas transações comerciais entre credores e as dez empresas com que estamos lidando, mais uma vez vimos repetir aquela situação em que Juiz de Fora ultrapassa o Rio de Janeiro. A cidade forneceu 311 contos dos 687 contos recebidos pelas empresas em questão, o que totaliza 45,5%. O Rio de Janeiro, por sua vez, foi responsável por aproximadamente 26,7% dos fornecimentos em capital, gerando uma quantia que ultrapassou os 184 contos. Se, a título de curiosidade, analisarmos os valores dos créditos oferecidos por cidades do interior de Minas, veremos que a soma se aproxima bastante daquele valor oferecido pelo Rio de Janeiro. Cidades como Ponte Nova, Carangola, Cataguazes, Coronel Pacheco, São João Del Rey e outras foram responsáveis por 21,5% dos valores fornecidos como créditos às empresas comerciais que estamos avaliando.

Vale a pena ressaltar que as empresas cujos dados foram apresentados nas tabelas anteriores não foram selecionadas aleatoriamente. Na realidade, elas foram as únicas empresas onde foi possível encontrar o item “origem dos credores” que, como já fizemos referência anteriormente, não eram muito comuns em processos da época. Em outras palavras, significa dizer que a natureza das fontes vem demonstrando que Juiz de Fora não era uma região subsidiária do Rio de Janeiro e que sua economia pôde alcançar um certo dinamismo mesmo sem lidar diretamente com o café.

Entretanto, como se pode supor, não podemos – e nem constitui nossos objetivos – imputar um caráter autônomo ou independente da estrutura comercial de Juiz de Fora frente à praça comercial do Rio de Janeiro. A Tabela 30 fala por si mesma. Quase 30% dos fornecedores e praticamente um quarto dos valores que Juiz de Fora recebia em créditos eram oriundos



do espaço fluminense. Na realidade, esta não era uma ocorrência incomum na virada do século XIX para o século XX. Toda a circulação de produtos do país naquele período dependia do Rio de Janeiro, maior centro comercial do país, sede do governo Federal e possuidor do maior e mais movimentado porto do Brasil.

Não obstante, a mesma tabela que demonstrou que a cidade não era autônoma frente ao Rio de Janeiro servirá para relativizarmos a hipótese historiográfica que afirma que Juiz de Fora constituía-se como uma mera extensão da praça comercial do Rio de Janeiro. Pelos dados apresentados na Tabela 30 concluímos que os fornecedores de Juiz de Fora foram responsáveis pela maior parte dos produtos oferecidos às casas comerciais da cidade. As empresas fornecedoras de Juiz de Fora não só apresentaram-se em maior número como também forneceram um volume maior de recursos do que as empresas fluminenses ou do interior de Minas Gerais. Vale lembrar ainda que o item “MG” na Tabela 30 agrupa todas as cidades de Minas Gerais que encontramos na documentação. Mesmo que agrupássemos os fornecedores do Rio e os das diversas cidades de Minas, não ultrapassariam a quantidade de credores de Juiz de Fora. No somatório, Juiz de Fora permaneceria com 52,1% dos credores e as duas regiões (Rio e as cidades de Minas) passariam a deter 43,1%. Estes dados só corroboram a nossa hipótese de que Juiz de Fora teria se transformado, no final do século XIX e início do século XX, no centro comercial mais importante da Zona da Mata mineira, cujas atividades confluíram prioritariamente para a reprodução de seu mercado interno, que não apenas consumia produtos vindos de outras regiões, mas que também produzia e fornecia os produtos necessários àquela reprodução.

E eram justamente as empresas atacadistas da cidade as responsáveis pela distribuição dos produtos comercializados pelas varejistas. Estas empresas comercializavam bens de consumo simples como caixas de fósforo, velas, querosene e alimentos até produtos mais sofisticados, como maquinismos importados e produtos elétricos. Na descrição dos credores daquelas empresas que estamos avaliando (Tabelas 20 a 29) era freqüente a presença de empresas atacadistas da cidade, tais como Dias Cardoso e Cia., João Teixeira Lopes, Almeida e Marques, Fraga e Cia., Medeiros e Martins, Renato Dias, Ferreira Machado e Cia., Christóvan de Andrade e Cia. e outras.

As empresas atacadistas, entretanto, não se restringiam ao abastecimento do mercado local. Como viemos afirmando ao longo de todo este capítulo, a cidade tornou-se o pólo comercial mais importante da Zona da Mata, para onde convergiam boa parte dos produtos produzidos na região e de onde partiam as mercadorias que iriam abastecer algumas cidades vizinhas. As informações presentes em anúncios de jornais e na documentação contábil de algu-

mas atacadistas são alguns indicativos da presença da estrutura comercial juizforana no mercado externo à própria cidade.

A Casa da Barateza, estabelecimento já citado em um momento anterior, é um bom exemplo deste tipo de empresa atacadista. A empresa mantinha a função de importação e exportação e atendia não só à cidade de Juiz de Fora, como também às cidades do interior, como se pode ver no seguinte anúncio de 1902:

O seu proprietário, no intuito de bem servir seus amigos e fregueses, ampliou ainda mais as suas relações comerciais com as principais praças européias, achando-se, portanto, habilitado a receber diretamente das fábricas tudo o que houver de mais novo e moderno, quer em tecidos e fantasias, quer em modas e armarinho.  
(...) O estabelecimento, importando diretamente de Paris e outras praças estrangeiras, facilitará aos seus fregueses, da cidade ou do interior, a aquisição de quaisquer objetos.<sup>169</sup>

Ou ainda a Guedes e Guimarães, atacadista do centro da cidade que comercializava frutas nobres, queijos, chocolates e artigos para festas. Em seu anúncio de 1906 também faz referência aos comerciantes do interior, sinal evidente de sua relação com estes. O anúncio dizia que “Acabam de receber variado sortimento de artigo para festas, podendo os Srs. comerciantes do interior fornecerem-se desses artigos a preços muito reduzidos”.<sup>170</sup>

Um outro anúncio, da mesma Guedes e Guimarães, do ano de 1909, confirma esta relação com os comerciantes do interior “ (...)Embarcam para o interior qualquer pedido que lhe seja confiado. (...) Fazemos preços especiais para os senhores comerciantes do interior e revendedores”.<sup>171</sup>

Além disso, encontramos alguns dados nos processos de falência e inventários que demonstram a presença das empresas locais de Juiz de Fora no mercado mineiro. Na documentação contábil encontramos a lista dos devedores da empresa falida ou da empresa que está sendo inventariada. Entretanto, são raros os processos que contêm a origem destes devedores. A grande maioria somente revela o nome do devedor e o valor do débito. Agrupamos abaixo as empresas cuja documentação revelava a origem dos devedores:

Tabela 31: Origem dos créditos de Manoel Joaquim Gonçalves Faria  
1913

	<b>Juiz de Fora</b>	<b>MG</b>	<b>Total</b>
--	---------------------	-----------	--------------

<sup>169</sup> JC 06/02/1902.

<sup>170</sup> JC 29/10/1906.

<sup>171</sup> JC 06/01/1909.

Valores dos créditos	26:833\$410	133:088\$542	159:921\$952
% dos valores	16,77	83,23	100

*Fonte:* Inventário 1913. AHUFJF.

*Obs:* Este processo não disponibilizava a quantidade de credores. Os dados contábeis estão contidos em dois livros: o primeiro intitulado “livro contas correntes do interior” e o segundo chamado “livro contas correntes auxiliar da cidade”

Tabela 32: Origem dos créditos de Oscar Ribeiro e Cia.  
1924

	Juiz de Fora	Rio de Janeiro	MG	Outros	Total
Quantidade de devedores	53	5	33	3	94
% dos devedores	56,38	5,31	35,10	3,19	100
Valores dos devedores	7:660\$000	1:280\$000	6:751\$000	890\$000	16:581\$000
% dos valores	46,19	7,71	40,72	5,37	100

*Fonte:* Falência 1924. AHUFJF.

O caso da firma de Oscar Ribeiro e Cia. é bem específico. Foi uma das raras empresas onde foi possível verificar a origem dos credores e dos devedores. Geralmente, os processos daquela época não disponibilizam este tipo de informação e, quando informam, referem-se apenas aos credores ou aos devedores. Como vimos na tabela que apresentava a origem de seus credores (Tabela 27), a empresa não possuía débitos com nenhuma cidade de Minas, sendo a maior parte dos seus fornecedores oriundos do Rio de Janeiro. Todavia, no que se refere aos seus créditos, percebe-se na Tabela 32 que uma boa parte de seus devedores residia no interior de Minas. 46,19% eram oriundos de Juiz de Fora, e 40,72% residiam em cidades do interior. Estamos diante de um fato que pode ter marcado a estrutura comercial de Juiz de Fora: a mesma influência que Juiz de Fora sofria de grandes empresas atacadistas do Rio de Janeiro era exercida sobre cidades menores do interior de Minas Gerais e, em especial, da Zona da Mata.

Tabela 33: Origem dos créditos da Renato Dias e Cia.  
1919

<b>Região</b>	<b>Valor do crédito</b>	<b>% dos valores</b>
Central	226:752\$160	36,33
Leopoldina	68:325\$270	10,94
Oeste	151:659\$510	24,30
Urbano	68:370\$410	10,95
Interno	108:823\$409	17,43
Extra	100\$000	0,01
Total	624:030\$759	100

*Fonte:* Inventário 1919. AHUFJF.

Aqui novamente nos deparamos com o fenômeno da transposição de influências. Na listagem dos credores da Renato Dias, o livro “Central” concentra cerca de 54% dos débitos da empresa. A E.F. Central do Brasil, como se sabe, tinha no Rio de Janeiro seu mercado mais importante. Isto significa dizer que a maior parte dos fornecimentos da empresa era proveniente da praça fluminense. Na tabela referente aos créditos da firma de Renato Dias e Cia. (Tabela 33), os devedores estão divididos em diferentes livros de acordo com as rotas das linhas férreas que entrecortavam a região. Ao que tudo indica, a maior parte do mercado consumidor da empresa localizava-se em áreas externas à cidade. Somente 10,95% dos créditos da empresa eram oriundos do mercado local (livro “urbano”). Neste valor não estão computados os valores do livro “interno”, que sintetizava basicamente as operações bancárias realizadas em Juiz de Fora. Mais de 60% dos créditos da Renato dias eram oriundos das cidades que faziam parte da rota da E.F. Central do Brasil e da Oeste de Minas. Nestas rotas estavam incluídas diversas cidades do centro e norte de Minas e várias outras do estado do Rio de Janeiro.

Além disso, relatos contidos na historiografia podem nos ajudar a identificar os mercados que as empresas atacadistas de Juiz de Fora atingiram. Um artigo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, de 1973, ao analisar o comércio da Rua Halfeld, assim se refere a Renato Dias:

Tinha filiais em São Paulo e Ponte Nova. (...) Mantinha numerosos viajantes percorrendo as praças da Central do Brasil, Leopoldina e Oeste de Minas, bem como praticistas (vendedores urbanos) na cidade. (...) O movimento da firma era muito grande, atingindo a milhares de contos de réis, valor fabuloso para a época. Tudo na base do conta corrente. O viajante vendia e na próxima viagem recebia o total ou parte, efetuando novas vendas.<sup>172</sup>

<sup>172</sup> O.P. LOPES. “Comércio da Rua Halfeld”. In: *Revista do instituto histórico e geográfico de Juiz de Fora*, p. 110.

Uma outra importante casa comercial que extrapolou os limites do mercado juizforano foi a de Abílio Correia e Cia. Assim como a Renato Dias, também mantinha vendedores pelas cidades do interior. Um trecho do mesmo artigo citado anteriormente dizia que:

Eram representantes do sal “Macau”, dos fósforos marca “Olho” e “Pinheiro” (Companhia Fiat Lux), da farinha de trigo “Moinho Vera Cruz” e dos produtos da Companhia Mecânica de São Paulo. Mantinham três viajantes percorrendo as praças da E.F. Central do Brasil, Leopoldina e Oeste de Minas.<sup>173</sup>

O mesmo autor relata, ainda a respeito da empresa Dias Cardoso e Cia., uma das mais importantes casas comerciais de Juiz de Fora: esta grande atacadista ultrapassou as fronteiras de Minas Gerais e atingiu estados como o Bahia e Goiás:

Possuía ele o melhor conjunto de máquinas do estado de Minas e talvez do Brasil. No ramo [tipografia] executava qualquer trabalho. Recebia milhares de encomendas do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Bahia, Espírito Santo e estado do Rio, principalmente livros em branco para bancos e repartições públicas. (...) Era uma das mais importantes firmas do estado, com filiais em Belo Horizonte e Uberaba.<sup>174</sup>

Poderíamos citar ainda outros casos de empresas que mantinham transações com empresas de outras cidades do interior de Minas ou mesmo de outros estados da Federação. Todavia, os limites de espaço nos limitam. Além disso, os exemplos oferecidos mostraram-se suficientemente claros para demonstrar nossos objetivos.

Como foi evidenciado nas páginas anteriores, o município de Juiz de Fora se transformou, na virada do século XIX para o século XX, no mais importante entreposto comercial da Zona da Mata de Minas Gerais. A estrutura comercial instalada na cidade, sustentada principalmente por grandes empresas atacadistas, fora responsável pelo fornecimento da maior parte dos produtos necessários à reprodução do complexo cafeeiro que até o final da década de 20 se desenvolveu. Estas atacadistas forneciam a maior parte dos produtos que as varejistas negociavam, tanto no campo quanto na cidade. Através destas conclusões, aquelas interpretações que desmereciam a economia da Zona da Mata, colocando-a como um mero apêndice da economia carioca, perdem seu sentido. Obviamente, as empresas ligadas ao comércio carioca sempre marcaram presença em Juiz de Fora. Nem constitui nosso objetivo demonstrar o contrário. Boa parte da economia brasileira daquele

---

<sup>173</sup> LOPES. *Idem*, p. 114.

<sup>174</sup> LOPES. *Idem*, p. 113.

período estava vinculada ao Rio de Janeiro e não fora diferente com a economia juizforana. Nossa intenção era apenas a de relativizar algumas posições da historiografia e demonstrar que a estrutura comercial da cidade (assim como a estrutura financeira) foi capaz de reter a maior parte dos recursos provenientes da comercialização de produtos, inviabilizando sua transferência para o Rio de Janeiro.

Não obstante, podemos observar o desenvolvimento da rede mercantil de Juiz de Fora através dos mercados que atingiu. Como já nos referimos, a cidade tornou-se um pólo de atração de produtos e serviços para toda a região. Para Juiz de Fora convergiam uma infinidade de produtos, importados ou nacionais, bens de consumo simples ou de maior complexidade. Algumas empresas atacadistas de maior porte passaram, então, a desempenhar a função de distribuidoras destas mercadorias pelo interior de Minas Gerais. Dessa forma, recrutando viajantes como vendedores ou mesmo instalando filiais no interior, a cidade passou a desempenhar o mesmo papel que o Rio de Janeiro desempenhava em Juiz de Fora, ou seja, “invadindo” mercados alheios ao seu espaço geográfico e retirando dali parte de seu excedente.

#### **4. A ESTRUTURA COMERCIAL E A REALOCAÇÃO DE RECURSOS: A NECESSIDADE DE UM MERCADO DE CRÉDITO**

Uma vez delimitada a estrutura do comércio varejista e atacadista do município de Juiz de Fora, entendido aqui como o principal núcleo aglutinador da região da Zona da Mata, cabe a esta análise, a partir de agora, avaliar o processo que levou alguns comerciantes locais a reinvestirem os recursos acumulados na atividade comercial no setor manufatureiro. Buscaremos analisar tal processo – que já é bem conhecido pela historiografia<sup>175</sup> – sob o ponto de vista de seu inter-relacionamento com o setor financeiro, que começou a se formar na cidade a partir da última década do século XIX, com a fundação de bancos como o Territorial e Mercantil de Minas Gerais e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Dessa forma, consideramos ser necessário dedicar algumas linhas para a análise do crédito comercial na cidade e o envolvimento do setor financeiro na reprodução e expansão das atividades comerciais. Procuraremos demonstrar que o processo que levou o setor comercial a confundir-se com o industrial não teria sido possível sem a existência de um mercado financeiro na cidade. Nas linhas que se seguem abordaremos algumas das singularidades deste mercado financeiro em sua relação recíproca com a estrutura comercial da cidade.

#### **4.1 A escassez de liquidez na economia e a necessidade de crédito**

Como se sabe, a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Brasil foram marcadas pela constante ausência de liquidez na economia ou, em outras palavras, pela escassez de dinheiro à vista. O problema, que já era crônico desde o período de expansão da cultura cafeeira, agravou-se ainda mais a partir do período republicano. Um autor que estudou a problemática do monopólio da emissão de dinheiro por parte do governo imperial na segunda metade do século XIX tentou explicar esta situação argumentando que:

A pluralidade de emissão era também vista como um remédio para um dos problemas econômicos mais vexaminosos do século XIX no Brasil: periódica escassez de dinheiro à vista. (...) Quase toda a escassez de dinheiro à vista tinha a mesma causa básica: na hora da colheita, quando a moeda era usada em grande quantidade para comprar produtos importados, era também o período de maiores despesas com exportação. (...) O resultado da escassez de dinheiro à vista foi a dificuldade nos negócios, principalmente em nível de varejo. (...) Um dos efeitos

---

<sup>175</sup> GIROLETTI. *Op. cit.*

J.J. GORENDR. *A burguesia brasileira.*

L. STEHLING. *Juiz de Fora, a Companhia União e indústria e os alemães.*

mais agravantes desta escassez foi o aumento de juros não somente para a agricultura, mas até para as mais sólidas casas comerciais.<sup>176</sup>

Na realidade, a crise era fruto da ineficiência do sistema bancário nacional. Ao analisar o sistema monetário brasileiro do Segundo Reinado, G. Franco afirma que o fenômeno pode ser descrito como a “inelasticidade do meio circulante”. Segundo o *Jornal do Comércio* de 1886, “elasticidade do meio circulante” é “a sua propriedade de contrair-se ou expandir-se, acompanhando os movimentos dos mercados, com a mesma facilidade com que a sombra acompanha os movimentos do corpo”<sup>177</sup>. Desta forma, como as necessidades do negócio cafeeiro eram variáveis ao longo do ano, e como os bancos freqüentemente não conseguiam atender plenamente a estas necessidades, dizia-se que o meio circulante era “inelástico”.<sup>178</sup> Segundo o próprio Franco:

Na verdade, tratava-se de um mesmo problema, visto por duas óticas diversas. As queixas do comércio contra a “inelasticidade do meio circulante” e a dos agricultores contra as dificuldades de acesso ao crédito tinham ambas a mesma raiz qual seja, o baixo grau de desenvolvimento do sistema bancário.<sup>179</sup>

A escassez de moeda corrente apresentava-se como um grave empecilho a uma economia agroexportadora em expansão. Desde a década de 1860 o preço do café havia disparado no mercado internacional e a expansão das áreas produtivas em direção ao interior era cada vez mais rápida. Todavia, a continuidade da expansão da cultura cafeeira exigia uma quantidade cada vez maior de capitais por parte dos fazendeiros, cuja riqueza encontrava-se imobilizada dentro da fazenda, empatada em terras, pés de café e escravos. Com o decorrer do processo de interiorização, tornou-se indispensável a presença de um agente capaz não só de intermediar a comercialização, mas que pudesse também financiar a própria produção. Em outras palavras, o que estamos querendo sugerir aqui é que os plantadores não dispunham da liquidez necessária para custear sua própria reprodução e expansão.<sup>180</sup>

É a partir da crise de dinheiro vivo e da insuficiência do setor bancário nacional do período que se compreende o desenvolvimento da atividade comissária, agora não somente como um mero intermediário da comercialização, mas como o agente que concedia o crédito necessário para a reprodução e expansão das unidades produtivas<sup>181</sup>. O fazendeiro recorria ao

<sup>176</sup> RIDDINGS, E. *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*, p. 140.

<sup>177</sup> RCJC, p. 10, 1886. *apud.* G.B. FRANCO. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*, p. 29.

<sup>178</sup> FRANCO. *Idem*, p. 29.

<sup>179</sup> FRANCO. *Idem*, p. 79.

<sup>180</sup> PIRES. “Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1889-1930)”. *In: op. cit.*, p. 55.

<sup>181</sup> MARTINS. *Op.cit.*, p. 185-188.



crédito do comissário tanto para o movimento de reprodução simples quanto para o movimento de reprodução ampliada de seus negócios. Os primeiros, representados pelos empréstimos de curto prazo, se destinavam ao custeio e manutenção da fazenda durante o período de entressafra. Essa operação nem sempre envolvia a circulação monetária, uma vez que o comissário enviava às unidades os produtos indispensáveis à sua reprodução e recebia, durante a época da colheita, remessas de café enviadas pelo fazendeiro. Neste tipo de crédito, os agentes cobravam uma taxa de 2 a 4% acima da taxa de desconto bancário da moeda.<sup>182</sup>

Já o crédito para o movimento de reprodução ampliada, representado pelos empréstimos de longo prazo, envolvia valores bem mais elevados e destinava-se à ampliação da fazenda, dos cafezais ou mesmo dos próprios escravos. Ao que tudo indica, os comissários eram relutantes em conceder empréstimos de longo prazo, e geralmente cobravam uma taxa de juros muito mais alta. Isso porque o retorno era bem lento, haja vista que o café tem um período de maturação que vai de quatro a cinco anos. Via de regra, a moeda de troca exigida pelos agentes para concederem este tipo de crédito era a hipoteca da fazenda. Todavia, os fazendeiros não tinham muitas opções de escapar das altas taxas de juros e das hipotecas, já que os bancos geralmente se recusavam a conceder empréstimos diretamente aos plantadores.<sup>183</sup>

A problemática referente ao comissariado é bem mais ampla e mereceria uma discussão mais aprofundada.<sup>184</sup> Contudo, este não constitui o objetivo deste trabalho. Fizemos referência a esta atividade somente para demonstrar que suas funções de fornecimento de crédito foram fundamentadas essencialmente na escassez de dinheiro em circulação conjugada à inexistência de uma sólida estrutura financeira no Brasil, até pelo menos a década de 1890.

Se a crise de liquidez havia sido um problema durante o período de expansão da cultura cafeeira, na segunda metade do século XIX, a situação agravou-se ainda mais a partir da década de 1880. Em 1885, quando a mão-de-obra imigrante trouxe uma demanda por moeda jamais vista no país, o governo retirou dinheiro de circulação com a intenção de fortalecer a taxa de câmbio. Se no Sudeste a situação já era caótica, no Nordeste e Norte a crise de liquidez foi ainda pior. Em 1887, a Associação Comercial da Bahia solicitou dois carregamentos de notas de emergência do Rio para poder atravessar a crise. Contudo, o golpe final ainda estava por vir. Em maio de 1888 o governo Imperial decretou a Lei Áurea que, sem a compensação esperada, retirou dos fazendeiros o direito à propriedade dos escravos e,

<sup>182</sup> G.B. FRANCO. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*, p. 24.

<sup>183</sup> FRANCO. *Idem*, p. 77-78. Ver também RIDDINGS. *Op. cit.*, p. 147.

<sup>184</sup> FERREIRA. *Op. cit.* Ver também MARTINS. *Op. cit.*

assim, sua principal garantia para empréstimos.<sup>185</sup> Sem sombra de dúvida, este acontecimento seria acompanhado de um “notável impacto monetário, pois o pagamento de salários multiplicaria em muitas vezes, por exemplo, as necessidades de capital de giro na atividade agrícola, com isso elevando bastante o grau de monetização e a demanda por moeda na economia”.<sup>186</sup>

Como as despesas com mão-de-obra eram orientadas pela sazonalidade da produção (de café, de açúcar, etc.) havia períodos de intensa demanda por moeda na economia, o que geralmente ocasionava uma pressão por adiantamentos junto aos principais bancos, à época localizados na Corte. Como sugere Calógeras:

(...) As colheitas exigiam remessas periódicas de dinheiro, as quais empobreciam as praças de onde o papel moeda era exportado. (...) O Rio, principalmente, capital econômica e também política, assistia à época das colheitas do norte, a drenagem de seu numerário para as praças dessas regiões e sofria as conseqüências disso: elevação das taxas de desconto, tabelas de juros muito altas, dificuldades de realizar negócios pela falta de numerário, penúria de moeda.<sup>187</sup>

A República brasileira iniciou-se com uma crise de liquidez sem precedentes. O ministro da Fazenda do Marechal Deodoro, Rui Barbosa e seus sucessores implementaram medidas visando expandir o suprimento de dinheiro. Com essa política, a moeda em circulação cresceu 220% entre 1889 e 1893, desencadeando um período de inflação e especulação financeira. O governo tomou medidas para estabilizar a inflação e o custo de vida, mas estas ações resultaram numa contração econômica e em uma renovada falta de liquidez. O país iniciava o século XX ainda com o crônico problema da escassez de dinheiro vivo, que persistiria até pelo menos o final da década de 30.<sup>188</sup>

Na Zona da Mata e, particularmente em Juiz de Fora, com o gradual desaparecimento da atividade comissária, a partir da última década do século XIX, por razões que já apontamos no capítulo 2, percebe-se uma substituição das funções de fornecimento de crédito até então desempenhadas por aqueles agentes. Os altos níveis de liquidez exigidos para o pagamento dos salários dos trabalhadores estavam além dos limites das casas comissárias. E este período coincide justamente com o momento em que uma série de medidas governamentais incentivava a proliferação de um sistema financeiro institucionalizado. A partir da década de 1890, a função de prover financiamento para uma economia que padecia com os escassos níveis de

<sup>185</sup> REIDINGS. *Idem*, p. 151.

<sup>186</sup> G.H.B. FRANCO. “A primeira década republicana”. In: M.P. ABREU. *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*, p. 17.

<sup>187</sup> J.P. CALÓGERAS. *A política monetária no Brasil*. Apud ABREU. *Op. cit.*, p. 16.

<sup>188</sup> RIDDINGS. *Op. cit.*, p. 173-177.

monetização passou a estar sob a responsabilidade dos bancos.<sup>189</sup> Sobre este aspecto, torna-se importante destacar que o principal banco instalado na cidade, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, fora formado, em 1889, com capitais gerados, de uma maneira ou de outra, pela expansão da atividade cafeeira, com uma nítida supremacia dos agentes diretamente ligados ao capital agrário,<sup>190</sup> o que vem ao encontro da argumentação desenvolvida no capítulo 3, a respeito do grande capital cafeeiro. Em uma obra comemorativa aos cem anos do banco, pode-se ler a seguinte afirmação:

Os recursos vertidos no Banco tiveram como origem a atividade rural. Uma rápida verificação da lista dos acionistas subscritores leva-nos a constatar que 60% do dinheiro provinham de fazendeiros. Os barões de Monte Mário e Santa Helena e Prudente Augusto de Rezende formavam, só eles, quase 40% de todo o capital subscrito pelos 12 acionistas fundadores. O Banco nascia para socorrer a região, rica em produção agrícola e pastoril, e era natural, portanto, que aquelas atividades oferecessem os meios (...).<sup>191</sup>

Os diversos estudos acerca do Crédito Real demonstram que o banco manteve uma nítida predominância no fornecimento dos créditos à cafeeira local. Na realidade, percebe-se que este domínio era fruto de sua proximidade com o governo imperial, que desde o final da década de 1870 passou a incentivar os auxílios à lavoura<sup>192</sup>, e principalmente do governo estadual que, ao incentivar a cafeeira, mantinha a sua principal fonte de divisas, além de procurar reduzir a evasão de receitas via canalização de recursos em forma de depósitos para o Rio de Janeiro. A partir de 1894, foram firmados diversos contratos entre as duas instituições até que, no final da década de 1910<sup>193</sup>, o governo do estado encampou o banco, tornando-o uma instituição oficial do estado de Minas Gerais.

Contudo, o fato que interessa de mais imediato a este trabalho foi o que aconteceu no ano de 1891. Neste ano, o banco, que inicialmente havia sido gerado para atender as necessidades de crédito da lavoura cafeeira, recebe autorização para realizar operações

<sup>189</sup> MARTINS. *Idem*, p. 180-187.

<sup>190</sup> PIRES. “Café, finanças e bancos: Uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)”. *In: op. cit.*, p. 184.

<sup>191</sup> A.L. SÁ. *Origens de um banco centenário*, p. 22. *Apud.* PIRES. “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930). *In: op. cit.*, p. 199.

<sup>192</sup> FRANCO. *Op. cit.*, p. 78-80. O projeto de auxílios à lavoura foi transformado em lei pelo decreto 2.687, de 6 de novembro de 1875. “O fato de que as operações de crédito à lavoura atingiram grande vulto com os auxílios, após alguns anos de estancamento sugere a importância do crédito na fase mais crítica do processo de transição para o trabalho livre (...) e, nesse sentido, os auxílios não se constituíram em uma simples indenização aos proprietários de ex-escravos, mas um instrumento que permitiu à lavoura que tivesse ‘condições de vida’ de atravessar a crise”.

<sup>193</sup> PIRES. “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da mata de Minas Gerais: (1889-1930). *In: op. cit.*, p. 213. “Em 1912, como parece natural, o estado adquire o controle acionário do Banco e, em 1919, o Crédito Real se torna uma instituição oficial”.

comerciais, como descontos de letras, depósitos, contas correntes, cauções, etc. Esta informação, a princípio simplória, vem demonstrar que não era somente o setor agrícola que necessitava de crédito. Inserido no meio urbano, o Crédito Real irá satisfazer também as necessidades do comércio e da indústria nascente. Porém, antes de explorarmos as atividades comerciais do banco, é necessário uma breve exposição dos impactos da escassez de numerário na economia urbana de Juiz de Fora. Retornaremos ao papel dos bancos em um momento posterior.

No que se refere ao comércio local, a documentação por nós pesquisada também revela a escassez de moeda corrente e a necessidade de se conceder crédito no varejo e no atacado. Várias falências de empresas comerciais tiveram como causa principal o não pagamento, por parte dos devedores, das dívidas contraídas em curto prazo. A título de ilustração, coletamos alguns casos destes tipos de falência que, no limite, constituem a maior parcela dos processos a que tivemos acesso.

Um exemplo bastante emblemático de insolvência causada pela escassez de moeda em circulação nos é oferecido pelo processo da firma de Antônio Cândido de Souza,<sup>194</sup> estabelecido na zona rural da cidade. Datado de 1899, o processo revela, em sua sessão contábil, que as dívidas passivas da empresa, representadas principalmente por débitos de fornecimento, ultrapassavam os trinta e um contos, enquanto as dívidas ativas atingiam somente vinte e nove contos. A maior parte deste ativo era constituído por devedores e, como se trata de um pequeno varejista, podemos supor que a maioria destes devedores eram clientes simples, pessoas comuns, que adquiriam as mercadorias pelo sistema da “caderneta”. O processo tinha como principal credor e requerente a firma fluminense Antônio Souza e Cia. Em seu relatório, os síndicos apontaram que: “Conjecturamos que a causa determinante da falência é a crise atual que ocasiona dificuldades a todos e impossibilita o cumprimento das obrigações contraídas”.<sup>195</sup>

Um outro exemplo ilustrativo é o da firma do italiano Bortolo Pigozzo<sup>196</sup>, igualmente situado na zona rural de Juiz de Fora. Apesar de ser considerado um pequeno comerciante – haja vista que seu ativo não ultrapassava os vinte contos –, o caso de sua falência é bem representativo da situação do comércio varejista na cidade.

No relatório dos síndicos deste processo falimentar, datado de 1922, é apontada, como causa da falência, “a escassez de dinheiro que assolava o país”. O falido não recebia os débitos de sua “caderneta” e, como consequência, não liquidava seus débitos com seus

---

<sup>194</sup> Falência 1899. Casa comercial de Antônio Cândido de Souza.

<sup>195</sup> Falência 1899, p. 27.

<sup>196</sup> Falência 1922. Casa comercial de Bortolo Pigozzo.

fornecedores e outros, que chegavam a cerca de vinte e um contos. A solicitação da falência, requerida pelo próprio Pigozzo, possui informações valiosíssimas a respeito da forma de pagamento de seus fregueses e da situação dos trabalhadores rurais naquele período e que merece ser citada.

Bortolo Pigozzo (...) vem requerer a decretação de sua falência, que tem por causa, entre outras, a seguinte: o trancamento de seu crédito junto a seus fornecedores, bancos e particulares; os seus fregueses, quase todos trabalhadores rurais, tornaram-se impontuais nos pagamentos de fornecimento de mercadorias de seu negócio, alegando uns a paralisação dos trabalhos na lavoura, outros a crise que asoberba as classes trabalhadoras e, finalmente, porque, faltando-lhes ali o trabalho, a maioria deles se encaminharam para esta cidade (...) Montam em mais de 16 contos os fornecimentos a diversos, sendo que somente oito poderão ser apurados, isso mesmo por ocasião das colheitas da pequena lavoura.<sup>197</sup>

Em um outro momento, os mesmos síndicos afirmam que:

A falência teve por causa o crédito de que gozava o falido na praça local e nas circunvizinhanças, e dele se aproveitando, se estabeleceu sem capital, alargando suas relações de negócio sem qualquer base sólida, até que, retraído o crédito por efeito da escassez de pagamentos a seus credores, veio o estado de falência.<sup>198</sup>

Como nos referimos anteriormente, a crise de escassez de numerário se fez sentir em todo o período abordado por esta análise. Contudo, em virtude de mudanças na política macroeconômica do governo federal, é possível detectarmos momentos de agudização desta crise. Na realidade, sem lugar a dúvida, estas mudanças na direção das políticas monetária, cambial ou fiscal eram conseqüências do alto grau de vulnerabilidade de uma economia que há muito crescia voltada “para fora”. Dito de outra forma, o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, que tinha no mercado externo seu *locus* privilegiado, impunha importantes restrições aos gestores da política macroeconômica que, em momentos de desequilíbrio internacional, viam-se obrigados a adotar medidas restritivas visando o equilíbrio da balança de pagamentos, o que quase sempre acarretava em valorizações ou desvalorizações cambiais, crises inflacionárias e/ou em um aumento da escassez de numerário.<sup>199</sup>

<sup>197</sup> Falência 1922, p. 1-2.

<sup>198</sup> Falência 1922, p. 42.

<sup>199</sup> Winston FRITSCH. “Apogeu e crise na Primeira República 1900-1930”. In: ABREU. *Op. cit.*, p. 35-50. “O grande e recorrente problema de política econômica durante a primeira república consistiu em isolar a economia de profundos desequilíbrios macroeconômicos provocados por alterações bruscas na posição externa a que o Brasil estava sujeito por razões estruturais. A característica básica da economia primário-exportadora brasileira no início do século era sua extrema vulnerabilidade a dois tipos de choques exógenos. O primeiro deles tinha origem nas periódicas flutuações abruptas da oferta de café, resultante do efeito de variações climáticas sobre a

Estes momentos de conformação da política econômica nacional aos desequilíbrios do mercado externo parecem ter tido um impacto imediato nas economias regionais. Os anos de 1925 e 1926 constituem um bom exemplo destes casos. Em âmbito nacional, este período foi marcadamente um momento de recessão. A incapacidade de o sistema bancário financiar a nova política de defesa dos preços do café, lançada pelo governo em 1922, somada a um aumento de cerca de 50% na safra de café de 1923, teve repercussões desastrosas nos anos que se seguiram. Depreciação do mil-réis, crise inflacionária que corroía os salários reais e a ausência de liquidez até mesmo para o sistema financeiro, que exauriu seus recursos disponibilizando crédito aos fazendeiros para a nova política de valorização dos preços do café, eram os efeitos mais funestos daquela crise. Tentando contornar a recessão, o governo de Artur Bernardes adotou uma severa política ortodoxa de ajuste interno e externo, o choque monetário, que tinha pretensões contracionistas, deflacionistas e de austeridade fiscal. Como afirmou Fritsch, “dada a grande dependência do setor privado em relação aos bancos comerciais na ausência de um mercado financeiro desenvolvido, o choque monetário, implementado em meio ao ciclo de expansão iniciado em 1922 teve impacto extremamente negativo sobre o desempenho da economia.”<sup>200</sup>

O setor urbano da cidade de Juiz de Fora, como se pode imaginar, sofreu os ingratos efeitos daquela crise. Se voltarmos a atenção para o setor em análise neste trabalho – a estrutura comercial – é nítida, nos anos de 1925 e 1926, a concentração de falências de estabelecimentos comerciais. Em períodos aflitivos como os daqueles anos, as falências eram essencialmente provocadas pelo não pagamento de dívidas adquiridas em curto prazo, e isso se explica na medida em que recordamos da situação dos bancos no período, já destacada, que cancelaram a concessão de crédito em virtude do esgotamento de suas reservas. Importantes empresas como a de Oscar Ribeiro, a Carvalho Jr. e Cia. e mesmo a Cia. Dias Cardoso, uma das maiores firmas comerciais da cidade, não resistiram àquela crise e viram seus empreendimentos malograrem.

Através do processo da Carvalho Jr. e Cia., um importante estabelecimento atacadista de cereais do centro da cidade, podemos ter uma breve noção do que foi a crise daqueles anos. No desenrolar de seu processo falimentar, requerido pela própria empresa, os proprietários

---

produtividade dos cafezais. (...) O segundo tipo de choque resultava de perturbações na economia internacional, notadamente as flutuações experimentadas pela demanda nos países centrais e as bruscas descontinuidades do fluxo de capital entre o centro e a periferia, que foram especialmente freqüentes durante as três primeiras décadas do século”.

<sup>200</sup> FRITSCH. *Op. cit.*, p. 53-55. “Seus efeitos (do choque monetário) sobre os níveis de atividade corrente foram severos. A produção industrial que se recuperava fortemente desde 1922 estagnou em 1925 e 1926. O investimento industrial, medido pelo índice de *quantum* de importações de bens de capital para a indústria, que voltara a crescer aceleradamente desde 1923, caiu nada menos do que 24% em 1926”.

afirmaram que a causa da falência havia sido o "não pagamento dos pequenos e médios consumidores que compravam a crédito". Talvez este motivo explique a contabilidade desfavorável da empresa. As dívidas passivas contabilizavam mais que o dobro das dívidas ativas, atingindo 52 e 25 contos, respectivamente. Entretanto, outro motivo, revelado no relatório dos síndicos, é que revela a dimensão atingida pela crise. Em um trecho deste relatório, os síndicos escreveram que:

(...) em consequência do malogro desses esforços e devido ainda ao retraimento, ou melhor, ao cancelamento das transações de crédito por parte dos bancos locais que, inesperadamente trancaram as operações de desconto nesta praça, não só com a firma dos requerentes, como com as principais aqui estabelecidas, quando a princípio facilitavam aqueles estabelecimentos de crédito as operações de descontos, suspendendo-as pelo modo citado, colocou-se a mesma firma em aflitiva situação.<sup>201</sup>

Numa economia como essa, em que a liquidez era imprescindível para saldar os débitos de fornecimento, seja dos varejistas para com os atacadistas, seja dos atacadistas para com os estabelecimentos industriais, ou mesmo das pessoas comuns para com os varejistas, fazia-se necessária uma complexa rede de crédito, tanto comercial quanto bancária. O crédito comercial, aqui entendido como o adiantamento de mercadorias com a promessa de pagamento em curto ou em médio prazo, é uma ocorrência comum em economias que mantêm escassos níveis de monetização, onde as vendas a prazo apresentam-se como a única alternativa à reprodução e expansão de estabelecimentos comerciais e industriais. Este tipo de crédito aparece em larga escala na documentação e parece ter se constituído como um mecanismo essencial para o desenvolvimento comercial de Juiz de Fora.

O crédito comercial possui, como parte integrante de seu funcionamento, a característica de formar cadeias de crédito e débito que vão desde a produção até a comercialização final do produto: os estabelecimentos industriais compravam a crédito as matérias primas e insumos que necessitavam para produzir e vendiam também a crédito para os atacadistas que, por conseguinte, faziam o mesmo para com os varejistas; o processo só chegava ao fim quando os consumidores finais adquiriam as mercadorias pelo sistema da caderneta ou, como há muito já é conhecido, através do sistema denominado "fiado". Em síntese, este circuito parece ter funcionado bem na estrutura comercial local, todavia, poderia tornar-se extremamente instável em decorrência de modificações bruscas na política econômica do governo central, que, como já destacamos anteriormente, era obrigado a tomar medidas que ora amenizava ora agudizava a escassez da moeda na economia. O impacto local

---

<sup>201</sup> Falência 1926.

desta instabilidade era geralmente representado pela quebra de um dos elos da cadeia, o que poderia comprometer toda a sua ramificação. Isto se explica na medida em que o item “devedores” geralmente constituía-se como o principal ativo das empresas (Tabela 34). Os proprietários esperavam receber de seus clientes para saldarem seus débitos com seus credores. Assim, quando uma grave crise causava insolvência de algum devedor, não era incomum o efeito das “falências em cascata.”<sup>202</sup>

Tabela 34: Relação do ativo/devedores de algumas empresas comerciais de Juiz de Fora  
1889-1930

Ano	Empresa	Total do ativo	Devedores	% dos devedores
1899	Antônio Cândido de Souza	29:477\$215	25:787\$610	87,4
1906	Cyro Casali	3:840\$804	1:490\$320	38,8
1907	Manoel Correia de Souza	514:665\$436	356:663\$387	69,3
1913	Joaquim Gonçalves Faria	271:479\$596	159:921\$952	58,9
1919	Renato Dias e Cia.	1229:823\$010	624:615\$649	50,7
1922	Antônio Rodrigues do Cruzeiro	13:415\$509,	3:206\$300	23,8
1924	Herbert Neubauer	15:000\$000	9:524\$520	63,4
1926	Cia. Dias Cardoso	10250:731\$440	4155:000\$000	40,5
1924	Oscar Ribeiro	80 contos	29:984\$000	37,4
1926	Manoel Vidal Leite Ribeiro	578:661\$240	195:095\$570	33,7
1926	João Marques de Almeida	366:145\$785	269:930\$640	73,7
1934	Fraga e Cia.	1106:800\$092	1013:776\$032	91,5
1933	Bortolo Pigozzo	19:364\$150	16:900\$50	87,2

Fonte: Falências, vários anos. Arquivo da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Talvez, o caso que melhor ilustre o que acabamos de expor seja a falência da Cia. Dias Cardoso.<sup>203</sup> Juntamente com a Renato Dias e Cia., a empresa constituiu-se como uma das maiores atacadistas da cidade. Sua razão social está presente na listagem de credores de praticamente todos os processos de falência por nós analisados, o que demonstra parte da cadeia de débitos citada anteriormente. Para ficar apenas em alguns poucos exemplos, citamos aqui as falências de Joaquim Carvalhães<sup>204</sup>, Assad Nader e Cia.<sup>205</sup> e Antônio Rodrigues do Cruzeiro<sup>206</sup>. Sua própria insolvência foi uma decorrência da falência de vários de seus devedores, revelando assim, mais uma vez, os funestos efeitos da crise que assolou as anos de

<sup>202</sup> PIRES. “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: (1889-1930)”. In: *op. cit.*, p. 244.

<sup>203</sup> Falência 1926. Companhia Dias Cardoso.

<sup>204</sup> Falência 1903. Casa Comercial de Joaquim Carvalhães.

<sup>205</sup> Falência 1909. Assad Nader e Cia.

<sup>206</sup> Falência 1922. Casa comercial de Antônio Rodrigues do Cruzeiro.



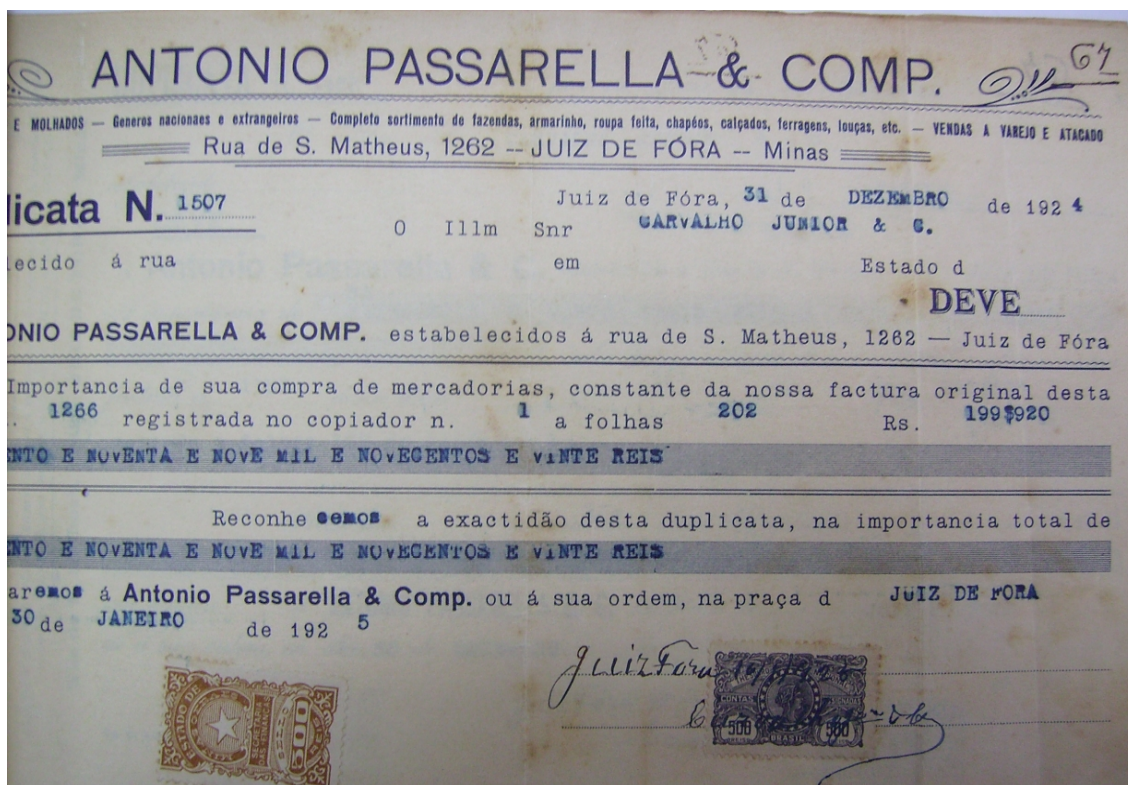
1925 e 1926. Abaixo segue um trecho do relatório dos síndicos do processo, emblemático do que estamos querendo afirmar:

...Os síndicos da falência da Companhia Dias Cardoso vêm, em cumprimento de sua missão elevada e espinhosa, apresentar seu relatório (...) em uma causa que, pelo seu vulto e extensão, não comuns em nosso meio, empolgou os círculos mercantis do Estado, repercutindo muito além de nossas fronteiras. (...)  
 (...) a oscilação cambial e a alta inesperada e rápida a seguir trouxeram ainda mais a depressão dos produtos e sua desvalorização, refletindo-se na própria alma da instituição, onde os moldes importadores sempre se verificaram. (...)  
*Mas liquidações, falências e concordatas e todo o triste cortejo de acontecimentos, naturais nestes períodos aflitivos, foram outros tantos fatores a cooperar para a quebra.* Estes fenômenos se constatarem em todos os grandes centros, vendo-se a queda fragorosa de organizações soberbas e de casas seculares. (...) <sup>207</sup>

Desta forma, a economia urbana de Juiz de fora, pelo menos no que tange ao seu setor comercial, era marcada pelo constante estado de endividamento, assim entendido como a situação de débito contínuo para com seus fornecedores. Entretanto, ao contrário do que se poderia imaginar, este estado não possui uma relação direta com os processos de insolvência das empresas comerciais. O endividamento em curto prazo apresentou-se, talvez, como a única forma de estas empresas sobreviverem e, mesmo, se expandirem, numa economia que mantinha baixíssimos níveis de liquidez. Em outras palavras, o endividamento contínuo das firmas comerciais apresentou-se como uma condição essencial para que estas se mantivessem ativas, além de criar as possibilidades de investimentos no próprio empreendimento. Se, no período desta análise, encontramos inúmeras falências de casas comerciais, a quantidade seria ainda maior sem a presença das relações de crédito que expomos anteriormente, com as cadeias de débito e outros instrumentos que envolviam. Além disso, é importante salientar que o *corpus documental* aqui utilizado (processos falimentares) inclui apenas as firmas que encerravam suas atividades com a decretação de suas falências ou estavam enfrentando um período de crise (no caso das concordatas) e não é difícil supor que, concomitantemente a este processo, inúmeras outras tenham sido fundadas.<sup>208</sup>

<sup>207</sup> Falência 1926, p. 134-136.

<sup>208</sup> Não tivemos acesso à documentação que revela as empresas fundadas no período 1889-1930. Esta documentação fazia parte dos arquivos da Associação Comercial da Cidade e encontram-se ainda desorganizados no Arquivo Público Mineiro (APM).



Fotografia 06: Letra emitida por Antônio Passarella pelo fornecimento de mercadorias a Carvalho Jr e Cia.

Fonte: Falência Carvalho, Jr. E Cia. 1926.

Retornemos agora à questão do envolvimento bancário no financiamento do setor comercial. Todo este circuito de crédito exposto anteriormente era tangenciado pelo sistema bancário recém-instalado na cidade. Em 1891, como já nos referimos, o banco de Crédito Real recebeu autorização para realizar operações comerciais e, a partir de então, passou a ser o grande fornecedor de liquidez para a economia urbana de Juiz de Fora. E são principalmente as operações de desconto de letras e as contas correntes que nos interessam de imediato. Ao que tudo indica, estas foram as operações mais utilizadas pelos comerciantes da cidade para adquirir liquidez. As “contas correntes” nada mais eram do que uma conta que o comerciante possuía com o banco, que lhe permitia sacar um valor além do que havia sido depositado. Já o “desconto de letras” constituía-se como o mecanismo pelo qual o crédito concedido em curto ou em médio prazo convertia-se em dinheiro à vista. Os comerciantes e industriais vendiam a crédito e, como garantia do negócio, recebiam uma letra, a ser trocada por dinheiro na data determinada. Como muitas vezes o proprietário possuidor da letra necessitava do dinheiro à vista para saldar seus débitos ou mesmo para realizar investimentos, o banco a trocava por dinheiro mediante uma comissão. Dessa forma, o sistema bancário da cidade passou a funcionar como um motor de crédito da economia local, não apenas através dos tradicionais

empréstimos de longo prazo, mas também concedendo facilidades e condições em curto prazo para que o sistema como um todo se expandisse. Aqui vale ressaltar que o sistema bancário que se estabeleceu na cidade não era representado apenas pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Poderíamos citar ainda, entre bancos e agências, em 1926, as seguintes instituições: London and Brazilian Bank, Casa Bancária Dias Cardoso, Banco Pelotense, Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais e o Banco do Brasil.<sup>209</sup>

A operação de desconto de letras é reconhecida pela historiografia e até mesmo um brasileiro que avaliou a questão da escassez de liquidez no final do século XIX afirmou que: “Vários expedientes foram usados para combater crises periódicas do dinheiro à vista. Uma delas foi o uso de ‘letras’, algumas vezes com fundos de um depósito em espécie”. (...)

210

Talvez uma outra citação, retirada de um trabalho recente que se ocupou em analisar as relações de financiamento da economia da Zona da Mata, seja mais ilustrativa daquilo que estamos querendo demonstrar aqui:

(...) tendo no desconto de títulos de curto prazo uma de suas funções mais importantes, além daquelas envolvidas com a renovação de papéis e empréstimos de longo prazo, sua presença (do Banco de Crédito Real) constitui um importante mecanismo de captação de poupanças locais e sua aplicação naqueles setores que mais demandavam recursos de curto e longo prazo. Num período em que as unidades industriais e comerciais tinham no capital de giro sua maior parcela de débito e que a reinversão de lucros era a tônica do crescimento das firmas, o desconto de notas se tornou um componente estratégico para o próprio crescimento industrial, entre outros, dotando a economia de um importante mecanismo de financiamento do próprio crescimento econômico.<sup>211</sup>

A operação de “desconto de letras” é bastante recorrente na documentação e geralmente aparece nos processos de falência na sessão “dívida passiva” com o nome “letras a pagar”. E, dentre os diversos credores das letras, é freqüente a presença dos bancos. É importante salientar que nem todos os credores relacionados às “letras a pagar” eram representados pelos bancos. Também constava na lista firmas comerciais e industriais que preferiam não descontar a letra no banco e a retinham em seu poder até a data do vencimento.

As relações de crédito entre o sistema bancário local e a estrutura comercial da cidade podem ainda ser percebidas através dos protestos de crédito, também encontrados nos processos de falência, podendo ser entendidos como mais um elemento a caracterizar a

<sup>209</sup> F.N. COSTA. *Bancos em Minas Gerais*.

<sup>210</sup> READINGS. *Op. cit.*, p. 140-141.

<sup>211</sup> PIRES. “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)”. *In: op. cit.*, p. 214.

escassez de liquidez da economia. Estes protestos eram os instrumentos pelos quais os bancos requeriam o pagamento das letras descontadas e que não haviam sido pagas no vencimento.

O caso mais evidente que encontramos deste tipo de protesto foi o do comerciante Manoel Gonçalves da Silva<sup>212</sup>, atacadista de utensílios em ferro, arreios, carroças e ferraduras situado no centro da cidade. Parece tratar-se de uma firma de médio porte, haja vista que seu ativo ultrapassava os 213 contos. O total das dívidas passivas superava os 330 contos, dos quais 171 eram oriundos de fornecimento e 159 provenientes de débitos com bancos. Ao requerer a quitação de uma letra descontada pelo comerciante, em 1922, a direção do Banco de Crédito Real afirmava que:

(...) continua em nosso poder, estando devidamente protestada, a letra de câmbio de 11:200\$000, do aceite do Sr. Manoel Gonçalves da Silva e Cia. e de seu saque e endosso, vencida em 21 de fevereiro deste ano.  
Não convém ao banco ter em carteira títulos vencidos, pelo que vimos pedir-lhes mais urgentes providências para resgate da referida letra, pagamento de despesas e juros de mora.<sup>213</sup>

Podemos ainda aquilatar a importância que os empréstimos de curto prazo tiveram na economia de Juiz de Fora analisando um trabalho bastante recente acerca da desenvoltura do Banco de Crédito Real no contexto da crise do Encilhamento. Segundo Croce:

(...) Estendendo suas operações além do setor agrário, proporcionando uma linha de crédito ao comércio, à indústria e a particulares através de empréstimos em curto prazo, como desconto de letras, conta corrente e outros, os números impressionam. De setembro de 1889 a junho de 1897, os empréstimos dessa modalidade oscilaram de 646 a 10.000 contos de réis, com média anual aproximada de 3.500 contos de réis.<sup>214</sup>

A operação de desconto de letras de câmbio parece ter se constituído como uma das principais operações do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Podemos verificar a sua evolução comparando-a com a progressão das operações de depósitos e de hipotecas.

Tabela 35: Evolução dos depósitos, letras descontadas e hipotecas

Banco de Crédito Real  
1891-1925

<sup>212</sup> Falência 1922. Casa comercial de Manoel Gonçalves da Silva.

<sup>213</sup> Falência 1922, p. 153.

<sup>214</sup> M.A. CROCE. *O Encilhamento e a economia de Juiz de fora: o balanço de uma conjuntura. 1888-1898*, p. 243.

<b>Ano</b>	<b>Depósitos</b>	<b>Letras descontadas</b>	<b>Hipotecas</b>
1891	34:900\$	14:662\$	1.216:933\$
1899	2.740:794\$	1.390:900\$	2.002:426\$
1905	11.436:716\$	1.208:497\$	2.009:047\$
1915	15.024:570\$	19.645:385\$	3.673:938\$
1920	20.972:108\$	15.833:142\$	3.182:986\$
1925	67.194:875\$	40.173:556\$	3.426:994\$

*Fonte:* Relatórios do Banco de Crédito Real – diversos anos. *Apud.* PIREZ. *Op. cit.*, p. 216.

Não é de se espantar que o valor dos depósitos supere o valor das letras descontadas. Na realidade, os dados da Tabela 35 vêm confirmar a capacidade do banco de captar e redistribuir os recursos, em forma de empréstimos ou de desconto de letras de câmbio. É nítido o crescimento no volume de operação de desconto de letras. Se, por um lado, todo o crescimento demonstrado na Tabela 35 revela a grave crise de dinheiro à vista que assolava a economia, por outro demonstra que o sistema bancário da cidade foi capaz de atender a demanda desta mesma economia, inclusive nos momentos em que aquela crise se agudizava, como se pode perceber em 1925, ano em que se concentram inúmeras falências em virtude do “choque monetário implementado pelo governo federal”.<sup>215</sup> Neste ano, o valor das letras descontadas atinge os 40 mil contos, ultrapassando em muito os 15 contos descontados cinco anos antes, em 1920.

Se, mesmo com toda esta oferta de liquidez em períodos em que a economia mais necessitava, ainda ocorria o fenômeno das “falências em cascata”, pode-se imaginar de que forma a estrutura comercial com que estamos lidando reagiria a estes momentos de recessão sem a presença do instrumento de crédito que estamos enfatizando aqui, cujo principal fornecedor foi o Banco de Crédito Real de Minas Gerais. O sistema bancário local, pelo mero desempenho de suas funções de captação e distribuição de recursos mostrou-se de fundamental importância para a expansão das atividades comerciais em Juiz de Fora, já que antecipava às casas comerciais os recursos que só seriam obtidos em um momento posterior, garantindo assim a liquidez necessária para a realização de investimentos, tanto no próprio setor comercial como também em atividades manufatureiras, como veremos na próxima seção.

## **4.2 A expansão comercial e o investimento no setor industrial**

<sup>215</sup> FRITSCH. *Op. cit.*, p. 53-55.

Uma vez demonstradas as relações de crédito que marcaram a estrutura comercial de Juiz de Fora, resta a esta análise avaliar o papel do capital comercial no processo de industrialização do município. Nesta seção procuraremos demonstrar de que forma o desenvolvimento de algumas empresas comerciais criou as possibilidades de transferência de recursos em direção àquele setor. Como veremos, a acumulação de capitais oriundos das atividades comerciais, propiciada pelo crescimento urbano de uma economia agroexportadora em expansão, somada ainda a diversos fatores favoráveis, gerou empresas de grande porte que, para além das atribuições de distribuição de mercadorias, passaram a investir na produção direta das mesmas.

Na realidade, este processo está associado a um movimento bem mais amplo, de âmbito nacional. O caráter essencialmente dependente da economia nacional em relação ao mercado externo, pelo menos até o fim da década de 1930, impedia um desenvolvimento industrial interno com algum grau de dinamismo próprio. Esta dependência apresentava-se sob a forma de duas variáveis básicas: por um lado, a importância das exportações como elemento gerador da maior parte da renda nacional e, por outro, as importações como fonte de suprimento de uma significativa parcela da demanda interna.<sup>216</sup>

Dessa forma, quando o mercado internacional apresentava desequilíbrios na demanda para nossas exportações (crises dos preços do café, por exemplo), a economia nacional tendia a uma situação de crise, já que a queda nas exportações acarretava uma violenta redução na capacidade de importar do país. Não obstante, há de se notar ainda os desequilíbrios por parte da oferta de produtos que importávamos, como foi o caso da I Guerra ou da Grande depressão, quando o acesso àqueles produtos esteve restrito ou mesmo indisponível no mercado externo.<sup>217</sup> É a partir destas considerações que se observa e se compreende o processo de substituição das importações. Apesar de o debate sobre o assunto ser bem mais amplo e complexo, os limites espaciais deste trabalho impedem uma análise mais minuciosa. O que importa destacar é que o processo de desenvolvimento das atividades industriais em Juiz de Fora não constituiu um processo isolado do restante do país. Assim como os outros estados da federação, Minas Gerais sofria da mesma forma os impactos da instabilidade decorrente da dependência nacional ao mercado externo. Talvez a citação abaixo, retirada do trabalho de uma das principais estudiosas do processo de substituição de importações no Brasil, seja a melhor definição para os objetivos que temos em mente aqui:

---

<sup>216</sup> M.C. TAVARES. *Do processo de substituição das importações ao capitalismo financeiro*, p. 28-31.

<sup>217</sup> TAVARES. *Idem*, p. 32-33.

A nossa tese central é de que a dinâmica do processo de desenvolvimento pela via da substituição das importações pode atribuir-se, em síntese, a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo, através dos quais a economia vai-se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência.<sup>218</sup>

A vulnerabilidade da economia nacional proveniente das oscilações na procura e oferta do comércio internacional trazia consigo um outro inconveniente a criar empecilhos ao desenvolvimento interno qual seja, a instabilidade das políticas macroeconômicas dos diversos governos brasileiros durante a República Velha, principalmente no que tange à taxa de câmbio. Consideramos não ser necessário retornar à questão do direcionamento da política econômica, já analisada em outro momento. Por hora, basta destacar a importância das restrições que a dependência externa impunha aos condutores da economia interna, impedindo-os de evitar grandes choques nos interesses internos. Na realidade, as flutuações cambiais produziam um duplo resultado na economia. Se, por um lado, o câmbio valorizado facilitava a entrada no país de bens de consumo importados e, assim, dificultava os negócios dos produtores nacionais, por outro, favorecia a importação de bens de capital e bens intermediários, necessários para o aumento da capacidade produtiva das unidades industriais aqui estabelecidas.<sup>219</sup> A este respeito, Versiani argumenta que:

Dois pontos devem ser destacados com referência a essa alternância de períodos. O primeiro é que as oscilações da taxa de câmbio foram certamente um dos principais fatores determinantes, marcando fases relativamente favoráveis ou desfavoráveis para os produtores nacionais. O segundo reside no efeito dessas variações sobre os importadores. É claro que o impacto dos altos e baixos da taxa cambial sobre o importador será o oposto àquele sentido pelo produtor nacional com que ele compete: o câmbio baixo, tendo efeito protecionista, é prejudicial aos negócios de importação.<sup>220</sup>

No que se refere à economia local, além dos obstáculos elencados há pouco, observa-se ainda um outro problema, de natureza estritamente regional, representado pela própria posição marginal da cidade em relação aos grandes portos do país (já destacada em outro momento), o que implicava elevados custos com impostos, transportes e outros.

Ora, a solução mais viável para enfrentar tanto as questões de âmbito internacional quanto as situações adversas marcadamente regionais era a substituição das importações por produtos produzidos na própria cidade. Juiz de Fora parece ter experimentado um vigoroso

<sup>218</sup> TAVARES. *Op. cit.*, p. 41.

<sup>219</sup> VERSIANI. *Idem*, p. 125.

<sup>220</sup> VERSIANI. *Idem*, p. 125.

processo de industrialização durante as três primeiras décadas do século XX, justamente o período conhecido como o da “substituição das importações” no Brasil. Além das circunstâncias desfavoráveis que dificultavam as importações e incentivavam a produção interna, a cidade passava, no início do século XX, por inúmeras transformações estruturais em sua zona urbana (reflexo da expansão das atividades do setor agroexportador) que, juntamente com o adensamento demográfico, acabou gerando um mercado interno cada vez mais diversificado.

Além disso, é bom destacar a importância do processo de expansão e aperfeiçoamento do sistema de transportes que, ao final da década de 1870, já se encontrava bastante desenvolvido, contando com uma rodovia (a União e Indústria) e duas importantes linhas férreas (a E.F. Leopoldina e a E.F. Central do Brasil). O fato mais importante deste processo, entretanto, foi a posição que Juiz de Fora assumiu no delineamento daquela estrutura viária. Tanto a rodovia quanto as ferrovias tinham na cidade seu eixo básico de entroncamento,<sup>221</sup> fazendo fluir para lá uma gama bastante diversificada de produtos, serviços e, por que não dizer, mão-de-obra qualificada.

Os melhoramentos no setor urbano já foram suficientemente analisados num momento anterior deste trabalho, restando aqui somente a verificação dos serviços essenciais a caracterizarem a formação de um mercado urbano de consumo. Bancos, energia elétrica (residencial e industrial), telefones, água encanada, telégrafos, transportes urbanos, sistema educacional e, como já verificamos, uma estrutura comercial relativamente eficiente acabaram formando, em Juiz de Fora, os pré-requisitos essenciais que fundamentam o processo da transição escravista/capitalista.<sup>222</sup>

O setor industrial do município, já bastante estudado, não encontrará aqui espaço para uma ampla discussão. A historiografia parece não entrar em conflito a respeito deste tema, predominando quase sempre uma visão que tende a exaltar o processo de instalação de unidades fabris na cidade durante a última década do século XIX e os primeiros anos do século XX<sup>223</sup>. As discordâncias existentes entre as diversas interpretações parecem residir na problemática das origens dos recursos que foram realocados no setor.

No que toca às origens dos recursos, enquanto alguns estudiosos tendem a priorizar a importância da Rodovia União e Indústria como a principal fonte de acumulação de recursos a serem transferidos para o setor industrial<sup>224</sup>, outros trabalhos, inclusive os mais recentes, des-

---

<sup>221</sup> PIRES. “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1989-1930)”. In: *op. cit.*, p. 60.

<sup>222</sup> GIROLETTI. *Op. cit.*, p. 97.

<sup>223</sup> GIROLETTI. *Op. cit.*; STEHLING. *Op. cit.*; ALMICO. *Op. cit.*

<sup>224</sup> GIROLETTI. *Idem.*



tacam o papel preponderante do setor exportador como fonte irradiadora do processo, visão da qual compartilhamos. Há ainda os estudos que negam de forma veemente esta última hipótese<sup>225</sup>, argumentando que o setor exportador mineiro, diferente do paulista, não teria se desenvolvido o suficiente para gerar a necessária acumulação de recursos exigida para o investimento no segmento fabril. Mesmo esta última hipótese, apesar de ter sido severamente combatida por uma corrente que podemos chamar de “revisionista”, chegou a reconhecer o dinamismo da indústria em Minas Gerais, afirmando categoricamente que “sua expansão industrial (...) foi notável”.<sup>226</sup>

Retornando à questão da origem dos capitais que teriam financiado o processo de industrialização, Giroletti, em seu clássico trabalho, atribui o desenvolvimento fabril à posição estratégica que o município assumiu a partir da consolidação do sistema rodo-ferroviário regional, a partir da década de 1860 e 1870, quando a cidade transformou-se “no núcleo econômico mais dinâmico da Zona da Mata e polarizador de uma vasta região de Minas (...)”.<sup>227</sup> Segundo sua interpretação, o *boom* industrial que Juiz de Fora experimentou e que a tornou conhecida como “Manchester mineira” ou “Barcelona de Minas, encontrou – em virtude das facilidades de transportes – um amplo mercado consumidor regional também em expansão, representado principalmente por cidades da Zona da Mata, atingindo também cidades do interior de Minas e até mesmo estados como Rio de Janeiro e Goiás. Em um trecho de seu trabalho, citado a seguir, encontramos a constatação tanto do desenvolvimento industrial quanto dos mercados consumidores que a cidade atingiu. Apesar de extensa, merece ser citada em sua integralidade pela riqueza de informações que oferece.

Em primeiro lugar, o crescimento das empresas industriais de Juiz de Fora, a criação de novas indústrias de médio e grande porte, o aumento da produtividade advindo da utilização de tecnologia mais avançada e do emprego de energia elétrica como força motriz possibilitaram o aumento da produção e da oferta de produtos industriais locais, que só teria sido possível se houvesse a garantia de que os produtos seriam absorvidos por um mercado mais amplo. Tal amplitude se daria pela conquista de novos mercados além das fronteiras municipais e regionais. (...) Em terceiro lugar, a proximidade do Rio de Janeiro, capital e maior centro consumidor do país, as facilidades de transporte e os contatos comerciais permanentes entre as duas cidades estabelecidas desde o início da comercialização do café facilitava a divulgação dos produtos junto àquele mercado consumidor e a organização das representações comerciais ou filiais garantia sua colocação junto ao consumidor final do mercado carioca.<sup>228</sup>

<sup>225</sup> CANO. *Op. cit.* Ver também LIMA. *Op. cit.*

<sup>226</sup> CANO. “Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)”. *In: op. cit.*, p. 298.

<sup>227</sup> GIROLETTI. *Op. cit.*, p. 33.

<sup>228</sup> GIROLETTI. *Idem.* p. 82.

Em um outro trabalho acerca do crescimento urbano de Juiz de Fora, A. Pires procurou estabelecer uma conexão entre o processo de instalação de fábricas e a expansão da atividade agroexportadora,<sup>229</sup> hipótese compartilhada por R. Almico<sup>230</sup> e outros e que até então era rejeitada pelos estudiosos do assunto. Poderíamos sintetizar as interpretações dos dois autores citados acima argumentando que a acumulação de recursos oriundos da atividade cafeeira, somada à abolição da escravidão, teria criado as possibilidades de transferência daqueles recursos outrora fundiários em direção a setores considerados extra fundiários, que se caracterizaram essencialmente em investimentos tipicamente urbanos, como fundação de bancos, aquisição de ações de companhias locais que estavam sendo fundadas, depósitos em bancos, imóveis urbanos, etc. Assim, estes investimentos podem ser entendidos como efeitos de encadeamento de produção e de consumo gerados a partir do cultivo do café.

De acordo com estas novas interpretações, Juiz de Fora parece ter assumido uma posição de destaque no desenvolvimento industrial no estado de Minas pelo menos nas três primeiras décadas do século XX, não só no que tange ao número de estabelecimentos industriais,<sup>231</sup> mas também pelo valor da produção, quantidade de operários e capital empregado, o que pode ser demonstrado através da verificação dos censos de 1905 e 1919.<sup>232</sup> Se nos restringirmos apenas ao valor da produção — para ficarmos em apenas um quesito — veremos que, em 1907, Juiz de Fora superava o segundo município mais industrializado de Minas em 231,7%.

Tabela 36: Relação dos 10 maiores municípios industriais pelo valor da produção  
1907

<b>Município</b>	<b>Valor da Produção Industrial (em contos de réis)</b>	<b>%</b>
1. Juiz de Fora	8.341	46,81
2. Sete Lagoas	2.514	14,11
3. Belo Horizonte	1.468	8,23
4. Palmyra	1.099	6,16
5. Prados	1.044	5,85

<sup>229</sup> PIRES. “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1989-1930)”. *In: op. cit.*, p. 79. “Definitivamente, há algo de equivocado na hipótese de que, para o conjunto do estado de Minas Gerais, o processo de industrialização esteve completamente desvinculado da produção cafeeira.”

<sup>230</sup> ALMICO. *Op. cit.*

<sup>231</sup> De acordo com um artigo publicado no jornal *O Dia* em 10 de agosto de 1922, Juiz de Fora possuía, no ano anterior, 236 estabelecimentos industriais. De acordo com o artigo, este dado é fruto de fontes oficiais.

<sup>232</sup> PIRES. “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1989-1930)”. *In: op. cit.*, p. 76-81.

6. Ouro Preto	750	4,20
7. S.J. Nepomuceno	744	4,17
8. Ponte Nova	642	3,60
9. Cataguases	632	3,54
10. Baependi	582	3,26
Total	17.816	99,93

Fonte: *O Brasil, suas Riquezas Naturais, suas Indústrias*. Rio de Janeiro. M. Osasco e Cia., 1909. Apud. J.H. LIMA. "Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920). In: *op. cit.* p. 96-100. Tabela XVIII.

Tabela 37: Municípios mais Industrializados de Minas Gerais

1920

Municípios	Valor da produção (em mil contos de réis)	Pessoal ocupado
01. Juiz de Fora	33	4.953
02. Conselheiro Lafaiete	19	1.650
03. Belo Horizonte	18	2.223
04. Nova Lima	16	3.395
05. Santos Dumont	13	520
06. Ouro Preto	08	884
07. Oliveira	07	320
08. S.J. Nepomuceno	05	872
09. Itajubá	05	599
10. Ponte Nova	05	508
Total	129	15.924

Fonte: SINGER. "Desenvolvimento econômico e evolução urbana". In: *op. cit.* p. 236. Apud. PIRES. *Op. cit.*, p. 80.

Assim como Giroletti, esta vertente também destaca a relevância do mercado consumidor regional como elemento estimulador do desenvolvimento industrial de Juiz de Fora. Aqui, mais uma vez, deve ser sublinhada a posição de destaque que o município assumiu na formação da rede rodo-ferroviária que, além de interligar os mercados em referência, canalizava-os para Juiz de Fora. Assim, este mercado de consumo deve ser entendido tanto como o pressuposto, em sua fase inicial, como um elemento a caracterizar o crescimento posterior do processo de instalação de indústrias na cidade. A esse respeito, afirma Pires:

É importante entendermos a questão dos mercados que vão sustentar a industrialização de Juiz de Fora. Se boa parte do processo (principalmente sua fase inicial) se

fundamenta neste mercado de cunho regional, a própria posição do município e mesmo o crescimento industrial que vai sofrer permitirão o acesso a espaços “externos” à Zona da Mata, entendidos aqui não só como os mercados presentes em outros estados, mas também em outras regiões de Minas.<sup>233</sup>

Consideramos não ser necessário prolongar este tema em demasia, uma vez que, como já nos referimos, a historiografia já o fez de forma suficientemente eficaz. Os parágrafos anteriores tiveram apenas o objetivo de inserir o leitor no debate e demonstrar o consenso reinante a respeito do dinamismo do processo de industrialização que se verificou em Juiz de Fora.

À medida que a produção manufatureira se tornava mais eficiente e diversificada, não é difícil supor as vantagens que o setor comercial obtinha com este processo. Além da redução de preços decorrentes tanto da substituição das importações quanto da isenção dos custos de transportes, os estabelecimentos comerciais da cidade – em especial os atacadistas – podem ainda ter se beneficiado das oportunidades de ganhos proporcionadas por um mercado de consumo regional em crescente expansão. Se tomarmos como referência a Renato Dias e Cia., poderemos ter uma noção de parte dos mercados regionais que estamos mencionando aqui. A verificação dos mercados consumidores de determinada empresa pode ser feita através do item “devedores”, presente na listagem das “dívidas ativas” dos processos de falência. No caso da Renato Dias, seus devedores eram identificados através da rede ferroviária que cobria determinada localidade. Dessa forma, percebemos que a empresa possuía clientes em todas as cidades atingidas pela E.F. Central do Brasil, E.F. Leopoldina e a E.F. Oeste de Minas, cujo valor total dos débitos ultrapassava os 446 contos, valor bem superior aos 68 contos verificados para o livro de devedores referente ao mercado local.<sup>234</sup> Dito de outra forma, o que estamos ressaltando é que a maior parte dos negócios da firma eram realizados com agentes externos a Juiz de Fora, e até mesmo externos à Zona da Mata, como é o caso das diversas cidades do estado do Rio de Janeiro servidas pela E.F. Central do Brasil.

Se, para os comerciantes de Juiz de Fora, a produção, na própria cidade, de bens de consumo que outrora eram importados — e, por isso mesmo, caros e incertos — poderia representar um aumento significativo de seus ganhos ou, pelo menos, a redução dos riscos de perdas futuras, estes ganhos poderiam elevar-se ainda mais se a produção fosse levada a cabo pelas próprias unidades comerciais. Este processo foi bem sintetizado por Versiani:

Nessa situação de incerteza, é adequado supor que houvesse de parte dos importadores uma tendência a diversificar a aplicação de seus capitais com o fito de diminuir a possibilidade de perdas decorrentes de baixa do café e do câmbio. Uma via

<sup>233</sup> PIRES. *Idem*, p. 76.

<sup>234</sup> Inventário 1919. Deolinda Barreiros Dias, viúva de Renato Cordeiro Dias.

naturalmente indicada para isso seria o investimento na produção interna: uma vez que passassem a produtores dos artigos que importavam, poderiam ganhar como produtores o que deixavam de ganhar como importadores nas épocas de encarecimento das importações.<sup>235</sup>

A reinversão de recursos do setor comercial para o industrial não foi uma exclusividade de Juiz de Fora. O processo já é bem conhecido e foi detalhado em um estudo sobre a formação da burguesia no Brasil. Neste trabalho, Gorender aponta casos deste tipo de investimento em São Paulo, Blumenau, Porto Alegre e até mesmo em Juiz de Fora. Todos os casos citados pelo autor procuram respaldar sua hipótese de que tanto o comércio importador quanto o comércio interno teriam se constituído como vias de formação da indústria no Brasil.<sup>236</sup> Os mesmos fatores que impulsionaram o setor essencialmente industrial a substituir as importações podem explicar os motivos que levaram os comerciantes a investirem na produção dos artigos que comercializavam: choques e interrupções na oferta das importações, oscilações nas taxas de câmbio e elevados custos de impostos e transportes<sup>237</sup>.

Para Juiz de Fora, Gorender revela o caso da firma do imigrante Antônio Meurer. Também encontramos referências desta empresa no trabalho de Stehling<sup>238</sup> e ainda no próprio processo falimentar da firma. De acordo com o próprio Gorender:

O imigrante Antônio Meurer, inicialmente estabelecido com uma loja de fazendas e artigos de armarinho, pôde notar a grande procura de meias estrangeiras. Resolvendo fabricar o produto no Brasil, comprou máquinas alemãs e, em sua própria residência, montou pequena oficina onde trabalhavam seus familiares, no final do século passado. Em 1914, era dono de uma fábrica com 300 operários.<sup>239</sup>

Também Giroletti reconhece a importância do processo de transferência de lucros do setor comercial para o industrial. Assim como Stehling e Gorender, também cita a empresa de Antônio Meurer. Em um trecho de seu trabalho, ele argumenta que:

Há, entretanto, duas outras maneiras de formação de capital, que vão permitir a fundação de novas indústrias. A primeira é a acumulação de capital mediante o comércio; (...) O exemplo mais expressivo de acumulação de capital no comércio e reinvestido na indústria é proporcionado pelo imigrante Antônio Meurer.<sup>240</sup>

<sup>235</sup> VERSIANI. *Op. cit.*, p. 126.

<sup>236</sup> GORENDER. *Op. cit.*, p. 42-45. O caso clássico é o de Matarazzo, o maior industrial da primeira época do capitalismo brasileiro. De importador de banha americana passou a fabricante do produto.

<sup>237</sup> GORENDER. *Op. cit.*, p. 43.

<sup>238</sup> *Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães.*

<sup>239</sup> GORENDER. *Op. cit.*, p. 43.

<sup>240</sup> GIROLETTI. *Op. cit.* p. 81.

A produção direta dos produtos que comercializavam significava uma redução dos custos e conseqüente aumento nos níveis de lucratividade das unidades comerciais, haja vista que a produção direta tornava seus preços mais competitivos que outrora. Este parece ter sido o caso de grandes empresas da cidade, como por exemplo, a Cia. Dias Cardoso, A. Ferreira do Amaral, Cia. Renato Dias, Antônio Meurer, Cia. Moraes Sarmiento, Pantaleone, Arcuri e Spinelli e outras.

Tabela 38: Relação de algumas empresas comerciais que reinvestiram capitais no setor manufatureiro 1889-1930

Ano	Empresa	Capital	Setor
1902	Pantaleone Arcuri & Spinelli	170:000\$	Ladrilhos e materiais de construção
1905	Christovan Andrade e Cia.	200:000\$	Moagem de cereais
1907	Teixeira Leite	53:000\$	Manteiga
1907	Macedo e Cia.	-----	Perfumaria
1908	Henrique Surerus & Irmão	-----	Ferragens
1913	Medeiros Martins e Cia.	100:000\$	Calçados
1915	Antônio Meurer	250:000\$	Tecidos
1916	Bertoletti Irmãos & Cia.	100:000\$	Bebidas e massas alimentícias
1916	Costa e Irmão	350:000\$	Banha e produtos suínos
1917	Corrêa & Corrêa	65:000\$	Calçados, mobília e decoração
1918	Chelini & Irmão	-----	Calçados
1919	Renato Dias e Cia.	500:000\$	Balas e refinação de açúcar
1920	Santos Mangoni	-----	Calçados
1922	Manoel Gonçalves da Silva	213:000\$	Ferraduras
1925	A. Ferreira do Amaral	-----	Cortume
1926	Cia. Dias Cardoso	60:000\$	Fumos e tipografia

Fonte: processos de falência e Jornal do Comércio. Diversos anos.

Também os imigrantes alemães desempenharam um papel preponderante neste processo de transformação do capital comercial em capital industrial. Sua vinda para Juiz de Fora se deveu exclusivamente à absoluta ausência de mão-de-obra qualificada para a construção da Rodovia União e Indústria, que se iniciou ainda na década de 1850. Com o fim das obras, em 1861, muitos deles permaneceram na cidade e, a partir de suas habilidades e/ou das poupanças acumuladas durante os cinco anos que durou a construção da estrada, estabeleceram-se no centro urbano com firmas comerciais ou pequenas manufaturas<sup>241</sup>, aproveitando-se das oportu-

<sup>241</sup> GIROLETTI. *Idem*, p. 78. “Em 1920 dos 1341 proprietários rurais, somente 197 (14%) eram estrangeiros. Grande parte dos imigrantes parece ter se estabelecido na cidade, como operários, comerciantes, pequenos

tunidades de investimento geradas, até certo ponto pelo desenvolvimento da atividade agroexportadora. O próprio Antônio Meurer, citado anteriormente, era filho de imigrantes que vieram para trabalhar na rodovia. D. Giroletti, um dos principais estudiosos dos impactos da construção da estrada, revela inúmeros casos de empresas comerciais fundadas por imigrantes que, como o passar do tempo e com o desenvolvimento da cidade, transferiram-se para o setor industrial. Um dos exemplos mais expressivos é o da firma Pantaleone Arcuri e Spinelli, fundada em 1891, especializada no comércio de materiais de construção. Quatorze anos depois, em 1905, seus proprietários ampliaram seus negócios e montaram uma fábrica de ladrilhos hidráulicos e, em 1909, anexaram outra de telhas de cimento e amianto. Três anos depois computava um capital de 170 contos e possuía 156 operários, que se ampliou para 200 em 1914.<sup>242</sup> Juntamente com a empresa de Bernardo Mascarenhas, foi a primeira empresa no Brasil a utilizar motores movidos a energia elétrica em sua produção industrial.<sup>243</sup>

Também Stehling analisou a contribuição dos alemães para o desenvolvimento de Juiz de Fora. Dentre outros casos, ele nos revela o caso da família Surerus, que chegou a cidade em 1866. Vinte anos depois, os filhos de Valentim e Maria Surerus constituíram a firma Henrique Surerus e Irmão, uma oficina de serralha de madeira, onde construíam carroças, carrinhos de mão, esquadrias, portas e janelas. Logo em seguida:

(...) iniciaram a construção de um sobrado, em estilo suíço, onde montaram uma loja para venda de materiais de construção e uma seção de couros para celeiros e sapateiros etc. No ano de 1917, a firma Henrique Surerus e Irmão foi dissolvida com o afastamento do sócio João Surerus, passando a nova firma a girar com o nome Henrique Surerus e filhos que, ampliando seus negócios, instalou uma indústria de tecelagem de malhas que teve grande desenvolvimento e por isso foi modificada para Sociedade Anônima.

Henrique Surerus, (...) (mais tarde) organizaram a firma Irmãos Surerus, que estabeleceu à Rua São Sebastião com a fábrica de chinelos de liga e de colchas brancas para casal e solteiro.<sup>244</sup>

Outro comerciante bem sucedido no setor manufatureiro foi o empresário Severiano Moraes Sarmiento, que em 1909, fundou a fábrica de fiação e tecelagem Moraes Sarmiento<sup>245</sup>, com capital nominal de 363:000\$000. A empreitada parece ter tido bastante sucesso, já que em 1913 a empresa foi convertida em sociedade anônima. A respeito desta conversão, o *Jornal do Comércio* assinalou que:

---

industriais ou no setor de serviços.”

<sup>242</sup> GIROLETTI. *Idem*, p. 80.

<sup>243</sup> GIROLETTI. *Idem*, p. 89.

<sup>244</sup> STEHLING. *Op. cit.*, p. 420.

<sup>245</sup> GIROLETTI. *Op. cit.*, p. 92.

Devido a extraordinária aceitação que têm tido os produtos da Fábrica Fiação e Tecelagem Sarmento, nesta cidade, resolveu seu proprietário, o Sr. Severiano Sarmento, incorporar uma companhia com capital de 500 contos, elevando o mesmo em breve a 1.000:000\$000. Esta transformação tem por fim o grande movimento pelo qual vai passar a fábrica. Quase todas as ações já estão tomadas, pois o espírito ativo e gênio empreendedor do seu gerente muita confiança inspiram. Além disso, é um estabelecimento que já oferece boa e certa remuneração ao capital nele empatado. (...) <sup>246</sup>

Coletamos ainda o caso da Cia. Renato Dias, talvez a maior empresa comercial da cidade. A empresa girou por diversas denominações e por inúmeros sócios, até ser assumida por Renato Cordeiro Dias que, em 1920, a constituiu como uma sociedade anônima, com a denominação Companhia Industrial e Mercantil Renato Dias. <sup>247</sup> Em 1919, os números apresentados pela empresa no processo de inventário de Deolinda Barreiros Dias <sup>248</sup>, esposa de Renato Dias, eram de impressionar. A firma possuía um capital social de 500 contos, cerca de 200 contos em mercadorias, aproximadamente 630 contos a receber de devedores, totalizando um ativo que ultrapassava os 1200 contos de réis. Possuía duas fábricas, a Santa Matilde (balas) e a São Manoel (ferraduras). Um contemporâneo da empresa notou que:

A firma atingiu o auge em 1920. Atacado de gêneros alimentícios, distribuidora no estado de Minas dos produtos da Companhia e Cervejaria Antartica e da Texaco Company, agentes gerais da Companhia Sul América de Seguros, possuía fábrica de ferraduras, bombons, balas, vassouras, etc. Grande refinaria de açúcar. (...) Tinha filiais em São Paulo e Ponte Nova. (...) Mantinha numerosos viajantes percorrendo as praças da Central do Brasil, Leopoldina e Oeste de Minas, bem como praticistas (vendedores urbanos) na cidade. (...) O movimento da firma era muito grande, atingindo a milhares de contos de réis, valor fabuloso para a época. Tudo na base do conta corrente. O viajante vendia e na próxima viagem recebia o total ou parte, efetuando novas vendas. <sup>249</sup>

Como já citado em um momento anterior, a amplitude das operações da companhia pode ser vislumbrada por seu mercado consumidor. A Renato Dias tinha no mercado regional e até extra-regional a maior parcela de suas operações comerciais, fazendo confluir para Juiz de Fora uma parcela razoável dos recursos disponíveis neste mercado (Tabela 38). Seus devedores eram organizados em livros, divididos de acordo com as redes ferroviárias que entrecortavam a região. Além dos três livros representados pelas ferrovias (*Central, Leopoldina e*

<sup>246</sup> JC 07/12/1912.

<sup>247</sup> LOPES. *Op. cit.*, p. 107.

<sup>248</sup> Inventário 1919. Deolinda Barreiros Dias.

<sup>249</sup> LOPES. *Idem*, p. 110.



*Oeste*) havia ainda o *Urbano*, que contabilizava os devedores da própria cidade, além do *Interno* e do *Extra*, que acusavam contas particulares, principalmente com bancos.

Tabela 39: Créditos da firma Renato Dias e Cia.

1919

<b>Livro</b>	<b>Devedores</b>
Central	226:752\$160
Leopoldina	68:325\$270
Oeste	151:659\$510
Urbano	68:370\$410
Interno	108:823\$409
Extra	100\$000
Total	624:030\$759

Fonte: Inventário 1919. Deolinda Barreiros Dias, f. 39 – AHUFJF.

Para além de suas funções de atacadista, um outro elemento parece ter contribuído para que a empresa alcançasse mercados tão distantes: a especialização no refino de açúcar, atividade tida aqui como industrial, já que processava a matéria-prima e a transformava em um produto manufaturado. Na descrição das mercadorias presentes no estoque da companhia, presente no mesmo inventário citado anteriormente, o produto é abundantemente encontrado, tanto em quantidade quanto em variedade, e parece ter se constituído como um importante elemento para a acumulação de capital. A atividade parece ter apresentado altos níveis de lucratividade, haja vista o número de empresas que realizavam a refinação.

Tabela 40: Atacadistas de Juiz de Fora que realizavam refinação de açúcar

1880-1923

1883-85	A.J. Pereira Pontes Jr.
1887	Martins, Castro e Cia.
1892	Antônio Medina e Filhos

1901-09	Almeida, Sarmiento e Cia.
1901-19	Almeida, Carvalho, Corrêa e Cia.
1904-23	João Teixeira Lopes
1907	Cristovan Andrade e Cia.
1907-12	Martins de Carvalho e Jorge Jr.
1909-11	Motta e Martins
1913	Renato, Laborão e Cia.
1919	Companhia Industrial e Mercantil Renato Dias
1920	Refinaria Juiz de Fora S.A.
1883-85	A.J. Pereira Pontes Jr.
1910	Carvalho, Corrêa e Cia.

*Fonte:* Jornais – vários anos; Inventários – AHUFJF – vários anos; Processos de Falência – Id. – vários anos.

Com todos os exemplos citados anteriormente esperamos ter demonstrado o papel do capital comercial no desenvolvimento industrial de Juiz de Fora. Parece ter sido este um dos mecanismos mais importantes de formação do capital industrial na cidade. Apesar de as empresas comerciais que transferiram recursos para o setor manufatureiro lidarem, em sua maioria, com bens de consumo leves (meias, sapatos, couro, etc.) ou com produtos alimentícios (refinação de açúcar e/ou processamento de alimentos) e numa escala quase sempre bastante reduzida, não se pode descartar a importância que tiveram no desenvolvimento urbano do município, na medida em que retinham os recursos que outrora eram empregados na aquisição de produtos. Dito de outra forma, ao produzir as mercadorias que antes eram compradas de fornecedores (muitas vezes estrangeiros, como foi o caso de Antônio Meurer), os comerciantes aumentavam suas margens de lucro e se precavam contra as incertezas do mercado fornecedor, além de evitar a transferência de capitais para outras praças.

Para além do investimento direto no setor industrial, a estrutura comercial que se instalou em Juiz de Fora pode ainda ter participado do desenvolvimento fabril da cidade de uma outra forma, desta vez indireta, mas com o mesmo grau de importância daquela reinversão de recursos verificada anteriormente. Estamos nos referindo ao papel que o crédito comercial pode ter representado na expansão das atividades de pequenas oficinas que, com o próprio desenvolvimento da cidade, acabaram se transformando em pequenas e médias unidades industriais.

A aquisição de matérias-primas e mercadorias necessárias ao aumento da produção através das letras de câmbio com vencimento em curto ou em médio prazo pode ter representado, para estas oficinas, o mesmo benefício que já indicamos para o próprio setor comercial: além da vantagem de se adiar um débito, essencial numa economia com baixos níveis de li-

quidez, esse adiamento das dívidas de fornecimento assegurava os recursos em caixa, que poderiam ser utilizados para o investimento na própria empresa. A historiografia<sup>250</sup> local já revelou a importância deste tipo de reinversão de capitais na formação do parque industrial local, ressaltando principalmente a presença dos imigrantes alemães nestes empreendimentos. Segundo Giroletti, estes imigrantes aproveitaram-se de suas habilidades profissionais e dos recursos acumulados durante o período de construção da Rodovia União e Indústria e, após o fim das obras permaneceram na própria cidade fundando pequenas oficinas e, como já salientamos, pequenas unidades comerciais. Como sugere o próprio Giroletti:

Diversas dessas pequenas empresas conseguiram, com o tempo, acumular e concentrar capitais que, reinvestidos, possibilitaram sua ampliação. A oficina fundada em 1875 pelo ferreiro e ex-artífice Martin Kasher tinha se transformado em fábrica em 1914, empregando 40 operários e se especializado em máquinas para serraria, serralheria, carpintaria e ferraria.<sup>251</sup>

Também a firma da família Surerus, já citada anteriormente, antes de se tornar um importante estabelecimento comercial e industrial, parece ter se constituído como uma oficina. Fundada em 1886, a oficina era especializada em serraria, produzindo pequenas carroças e carrinhos de mão. A respeito desta empresa, a citação a seguir é bastante expressiva pois, além de revelar a origem dos recursos transferidos para a fábrica, demonstra uma súbita mudança no ramo de produção, o que sugere o crescimento da demanda interna por produtos de primeira necessidade. De acordo com Stehling:

No ano de 1917, a firma Henrique Surerus e Filhos montava, junto a sua oficina, uma fábrica de meias para homens e senhoras, em algodão e seda.  
(...) No dia 25 de novembro de 1925, os irmãos João Surerus Júnior, Henrique Surerus Sobrinho e Oscar Surerus formaram a firma “Irmãos Surerus S.A.” para montar a indústria de “Meias”, colchas e chinelos de liga.<sup>252</sup>

A participação das casas comerciais neste tipo de reinversão como um dos agentes financiadores do processo, através da oferta do crédito comercial, ainda está por merecer um estudo específico à altura de sua importância, e neste trabalho constitui-se como uma mera conjectura. As fontes que dispomos para comprovar esta participação ainda são bastante escassas. Encontramos poucas referências de oficinas presentes na lista de devedores das empresas comerciais, que, apesar de constituir-se como uma prova irrefutável, ainda é bastante superficial para que se torne uma hipótese explicativa.

<sup>250</sup> STEHLING. *Op. cit.*; GIROLETTI. *Op. cit.*

<sup>251</sup> GIROLETTI. *Op. cit.*, p. 78.

<sup>252</sup> STEHLING. *Idem*, p. 405.

De qualquer forma, o que importa ressaltar neste momento é que Juiz de Fora seguiu o mesmo padrão verificado em outros complexos agroexportadores – notadamente Rio de Janeiro e São Paulo, no que tange às funções do capital comercial. Segundo Dean<sup>253</sup> e Goren-der<sup>254</sup>, naqueles complexos o setor comercial teria se constituído como uma importante via de formação do capital industrial, através justamente da reinversão de capitais daquele para este setor. O complexo instalado na Zona da Mata e que tinha em Juiz de Fora seu pólo urbano mais importante parece não ter fugido a esta regra, apesar da marginalidade que sua posição periférica lhe impôs. E é justamente aí que reside sua singularidade: mesmo sem participar dos círculos de comercialização externa do café, com os altos índices de lucratividade que proporcionava, a estrutura comercial que se desenvolveu em Juiz de Fora foi capaz de transferir recursos para o setor industrial, aproveitando-se das oportunidades oferecidas por uma economia urbana em crescimento e explorando o mercado interno local e regional.

---

<sup>253</sup> W. DEAN. *A industrialização de São Paulo*.

<sup>254</sup> GORENDER. *Op. cit.*, p. 42.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A demonstração, neste trabalho, das singularidades que teriam marcado a estrutura de comércio da economia de Juiz de Fora, longe de possuir um caráter conclusivo, pretendeu iniciar uma discussão a respeito do tema, até então ausente na historiografia local. A análise deste setor estratégico da economia teve a pretensão de contribuir para o avanço na compreensão da realidade histórica do município de Juiz de Fora no período compreendido entre o fim do século XIX e início do século XX e procura instigar a iniciativa de novos estudos que se interessem em aprofundar ainda mais a verticalização dos estudos monográficos na região.

Este trabalho procura se inserir em uma historiografia que, ao longo do texto, denominamos de “revisionista”. Esta vertente, que iniciou seus trabalhos ainda na década de 1990, procurava “rever” de forma crítica os estudos que até então haviam analisado a economia da região e, particularmente, de Juiz de Fora. No limite, estudiosos como L.F. Saraiva, R. Almico, A. Pires, S. Miranda e outros ofereceram uma visão diferenciada do processo de transição escravista/capitalista que o município sofreu na virada do século, propondo uma versão bem mais dinâmica para a economia local que os estudos anteriores haviam sugerido. Com estas palavras, não pretendemos menosprezar a contribuição das interpretações propostas pela historiografia dita “tradicional”, que serviram de pontapé inicial para os estudos recentes. A grande distinção que se pode sugerir entre estas duas vertentes refere-se à natureza das fontes. Os estudos mais recentes, ditos “revisionistas” pautam-se por pesquisa em documentos extra-oficiais e de ordem cartorial, como inventários, processos de falência, registros de terra e etc., que revelam realidades que jamais poderiam ser percebidas em fontes oficiais, como censos e relatórios governamentais.

Uma das maiores descobertas proporcionadas por esse novo *corpus documental* parece ter sido a o dinamismo alcançado pelo capital cafeeiro na região. Ou seja, um capital que era, a princípio, agrário, mas que, com o seu próprio desenvolvimento, extrapola os limites da fazenda e, por efeitos de encadeamento, transborda para outros setores da economia, assumindo feições industriais, financeiras e comerciais. Dessa forma, comprovou-se a existência, na Zona da Mata, do chamado “complexo cafeeiro”, que teve em Juiz de Fora seu ponto de inflexão mais importante. Estudos posteriores passaram, então, a avaliar os impactos ou, em outras palavras, os efeitos de encadeamento gerados pelo capital agrário. Deste ponto de vista surgi-

ram as relevantes interpretações a respeito, por exemplo, da abolição da escravidão na região, tanto do ponto de vista do mercado de trabalho que gerou, quanto da transformação na riqueza do fazendeiro, que passara a investir os capitais – outrora empatados na aquisição de cativos – em bens “extra fundiários”, como ações de empresas, títulos da dívida pública, etc.

É óbvio que o complexo que se instalou na Mata esteve muito aquém daquele que se desenvolveu em São Paulo, tanto no que diz respeito ao volume da produção cafeeira quanto nas proporções dos *linkages*. Dentre os diversos elementos que podem ser chamados a explicar a marginalidade mineira frente a economia do Oeste paulista, citamos um, de natureza estrutural, que acabou impondo alguns limites ao processo de acumulação de capitais na região: a ausência de uma saída para o oceano ou, em termos práticos, a ausência no território mineiro de um porto que pudesse escoar a produção cafeeira. E foi justamente este fator, somado ao distanciamento do núcleo do poder político-administrativo estadual, que impôs o caráter “periférico” ou “marginal” deste complexo. Parte da historiografia tem, entretanto, exagerado na repercussão desta limitação, argumentando que a região teria se apresentado como uma mera extensão do centro comercial localizado no Rio de Janeiro, transferindo para lá boa parte dos recursos produzidos localmente.

Nesse sentido, a transferência de recursos teria encontrado na figura do agente comissário uma de suas principais vias. Para além de suas funções tradicionais de intermediação na comercialização do café mineiro, a ineficiência do sistema bancário regional acabou por transformá-lo num importante fornecedor de crédito para os plantadores, canalizando estes capitais corolários desta operação para o Rio de Janeiro, o maior centro financeiro e comercial do país no período.

Contudo, estudos mais específicos acerca do sistema financeiro de Juiz de Fora (já demonstrados neste trabalho) revelaram que a canalização de recursos para a praça fluminense pôde ser rompida a partir da década de 1890, quando é instalado, em Juiz de Fora, com capitais predominantemente agrários, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, que passou a substituir as casas comissárias no provimento de crédito à lavoura regional. A partir daí, a dependência da economia da Zona da Mata para com a praça do Rio de Janeiro parece ter se restringido apenas à comercialização do café que, como se sabe, oferecia uma margem de lucros inferior a 5%.

O Credireal, que teve o auxílio do governo estadual, fora criado essencialmente para atender às necessidades de crédito da lavoura. Porém, inserido numa economia em transição para formas tipicamente capitalistas, irá atender também às necessidades de crédito da zona urbana da cidade de Juiz de Fora, especialmente do comércio e da indústria. Num período em

que o dinheiro à vista era algo raro, a presença de uma instituição como esta foi fundamental para oferecer liquidez e, assim, sustentar o próprio desenvolvimento ocasionado pelo setor agroexportador.

No que tange especificamente ao tema deste trabalho – o setor comercial –, é importante notar que, apesar de não estar diretamente ligado ao café, também se apresentou como um dos efeitos de encadeamento corolários da reprodução do capital agrário, tanto pela via da demanda gerada pelo setor produtivo quanto pela formação de um mercado consumidor, propiciado, em parte, pela difusão do trabalho livre na região.

A estrutura comercial da cidade pode ser considerada aqui como um segmento extremamente singular do complexo agroexportador que se desenvolveu na Mata mineira, ainda mais se compararmos as características que marcaram este complexo e aqueles que se instalaram no Rio e em São Paulo. Dos segmentos mais importantes que configuram um “complexo”, o município de Juiz de Fora abrigava apenas o setor financeiro e, mesmo assim, somente após o final da década de 1880. O núcleo de comercialização externa para seu principal produto e o aparelho de estado estavam localizados em regiões externas à Zona da Mata, o que acabou imputando funestos impactos à acumulação de recursos, mas que não impossibilitou a diversificação do capital cafeeiro.

Diferentemente do capital comercial que se instalou no Rio e em São Paulo, cujas atividades parecem ter se concentrado na comercialização do café, em Juiz de Fora, o setor mercantil não esteve envolvido com o comércio de exportação. O caráter periférico da economia da Mata, traduzido principalmente pela separação verificada entre a sua zona de produção e o centro de comercialização, acabou por imputar uma natureza extremamente específica ao capital comercial da cidade, considerada aqui como pólo regional daquele complexo. Aí reside sua singularidade: inserida numa economia cujo principal produto era alvo de exportação, a estrutura comercial de Juiz de Fora esteve praticamente impossibilitada de lidar com o café, tendo que se voltar para o provimento do mercado interno. Mesmo com esta limitação, o capital comercial que se formou na cidade foi capaz de desenvolver-se e cumprir o mesmo papel desempenhado nos complexos carioca e paulista no que tange ao desenvolvimento urbano-industrial.

Excluído dos círculos de comercialização externa do café, o setor comercial de Juiz de Fora parece ter se expandido através do potencial de consumo do mercado interno, representado não apenas pela própria cidade, mas também por municípios da Zona da Mata e mesmo por cidades do interior de Minas. Para algumas empresas, inclusive, a exploração deste mercado interno regional superou o mercado local no que se refere aos ganhos oriundos da co-

mercionalização de produtos. Através de viajantes que percorriam o interior do estado ou de filiais em importantes cidades<sup>255</sup> (até mesmo fora do estado), estas firmas comerciais acabaram transformando a cidade de Juiz de Fora num importante centro catalisador de recursos e mercadorias, contribuindo de forma essencial para a acumulação de capitais localmente.

Esta função de pólo catalisador de boa parte do estado de Minas deveu-se, em grande medida, à própria posição estratégica do município que, desde os tempos coloniais, se beneficiava da proximidade com a praça do Rio de Janeiro, servindo tanto de escoadouro dos produtos a serem exportados quanto de porta de entrada das mercadorias que vinham da Corte, importadas ou não. Esta posição privilegiada ganhou contornos ainda mais definidos no início da década de 60, quando o fim das obras da Rodovia União e Indústria encurtava a distância entre Petrópolis e Juiz de Fora, transformando a cidade no ponto terminal da mais importante estrada da região. Além disso, ressaltou-se ainda o desenvolvimento da malha ferroviária que, nas décadas de 1870 e 1880, passaram a entrecortar a região. Aí, mais uma vez, a cidade acabou sendo eleita como o ponto de interseção mais importante, constituindo-se como o centro de confluência das três ferrovias que cruzavam a zona da Mata: a E.F. central do Brasil, a E.F. Leopoldina e a E.F. Oeste de Minas.

Além das óbvias vantagens que as melhorias no setor de transportes representaram para o setor agrário, principalmente no que tange ao escoamento da produção, podemos afirmar que o setor comercial, por uma série de efeitos em cadeia, também se beneficiou destas melhorias. Por um lado, a modernização do sistema de transportes – com a conseqüente transformação de Juiz de Fora no empório comercial mais importante da região – tornou mais rápido e mais fácil o acesso a produtos que vinham da Corte ou de outras regiões mais longínquas e, por outro, facilitava a colocação das mercadorias que saíam da cidade em direção àquele mercado consumidor regional.

É de fundamental relevância recordar novamente que este desenvolvimento que estamos propondo para o setor comercial, cuja expansão se deve, em grande parte ao aperfeiçoamento do setor de transportes, não teria sido possível sem o crescimento das atividades do setor agroexportador. Foi com os recursos oriundos deste setor e para atender às demandas deste setor que se construiu a Rodovia União e Indústria. E mais: foi para atender a necessidade da interiorização da produção cafeeira que o sistema ferroviário se desenvolveu. Mesmo que este tenha sido uma iniciativa do governo estadual, pode-se entender este empreendimento como

---

<sup>255</sup> Os dois casos mais expressivos que encontramos de empresas com matriz em Juiz de Fora e filiais em importantes cidades do interior ou mesmo fora de Minas Gerais são da Cia. Dias Cardoso, que possuía filiais no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Uberaba e a Renato Dias e Cia., que mantinha filiais no Rio, Chiador, Rio Novo e São Paulo.



um efeito de encadeamento fiscal, já que a maior parte das receitas do estado provinha dos impostos do café.

Não obstante, deve ser levado em conta ainda o próprio potencial de renda gerado pelo café no mercado consumidor local e regional. Isto se explica na medida em que boa parte dos devedores das empresas comerciais de Juiz de Fora se localizavam em cidades da Zona da Mata, onde o café predominava como atividade mais importante.

Já no que diz respeito ao crescimento do mercado interno local, deve-se levar em conta o crescimento populacional experimentado por Juiz de Fora que, em 1920, possuía uma população total de 118.166 almas, que, por si só, demandava uma oferta cada vez maior por bens de consumo e produtos de primeira necessidade. Ao que tudo indica, o provimento desta demanda parece ter sido suprida pelas casas comerciais da própria cidade, num circuito que envolvia as empresas atacadistas e um sem número de firmas varejistas. Estas últimas, apesar de lidarem quase sempre com pequenos montantes de mercadorias e recursos, apresentaram-se como um elemento essencial no desenvolvimento comercial, já que desempenhavam o importante papel de distribuição final dos bens em circulação. Como era de se esperar, percebemos uma grande concentração destas pequenas firmas na zona rural da cidade, onde cumpriam as funções de reprodução da vida material de trabalhadores e, até certo ponto, dos próprios fazendeiros, tarefa que até a década de 1890 era realizada pelos comissários.

Uma avaliação mais atenta da escrituração contábil destas casas varejistas revelou que as empresas atacadistas residentes em Juiz de Fora superaram as do Rio de Janeiro no que diz respeito ao fornecimento de mercadorias. Esta constatação, *a priori* simplista, além de demonstrar parte do circuito mercantil que marcou a cidade, pôde relativizar aquela teoria da dependência da economia de Juiz de Fora para com a praça fluminense, já que a aquisição de mercadorias internamente criava as possibilidades de retenção de parte dos recursos que, de outra forma, seriam transferidos para o Rio de Janeiro.

Para além das operações de fornecimento e aquisição de mercadorias, os setores atacadista e varejista ainda se conjugaram de uma outra forma que, desta vez, se apresentou mais como uma necessidade do que como uma opção. Estamos nos referindo à concessão do crédito comercial que, aliás, não envolvia somente estes dois segmentos. Este tipo de crédito, representado pelo adiamento do pagamento por mercadorias adquiridas, aglutinava todas as etapas do circuito comercial, desde o fornecimento de indústrias a atacadistas até a venda das varejistas às pessoas comuns e parece ter constituído uma alternativa à escassez de liquidez que assolava a economia nacional naquele período. O crédito comercial se efetivava através das conhecidas “letras de câmbio”, pela qual o devedor se propunha a quitar seu débito em curto

ou médio prazo. Já para o consumidor final, as mercadorias eram vendidas pelo antigo sistema da “caderneta”, ou naquilo que ficou conhecido como “fiado”.

Nestas operações de crédito, como se poderia imaginar, o Banco de Crédito Real não estaria ausente. Além de conceder crédito à lavoura, o banco foi um importante fornecedor de liquidez à estrutura comercial de Juiz de Fora. Através do “desconto de letra”, o banco cobrava uma pequena porcentagem para trocar aquela letra por dinheiro vivo, adiantando ao comerciante os recursos que só seriam obtidos em um momento posterior. Consideramos que foram estes adiantamentos os grandes responsáveis, na medida em que permitiam a realização de investimentos, tanto no próprio setor comercial, alargando suas atividades, ou mesmo no setor industrial diversificando seu ramo de negócio.

É a partir destas considerações que sugerimos que o capital comercial de Juiz de Fora cumpriu as mesmas funções desempenhadas pelo mesmo capital em São Paulo e no Rio de Janeiro. Naqueles centros de produção agroexportadora que, no limite, concentravam no mesmo espaço físico, o segmento financeiro, a zona de produção, o aparelho de estado e o próprio centro de comercialização internacional, o capital comercial teria sido uma das vias de formação do capital industrial, na medida em que acumulava e transferia recursos para aquele setor, tanto a partir do comércio importador quanto do próprio comércio interno. Como vimos no último capítulo, o setor comercial de Juiz de Fora não fugiu a esta regra. Inserida numa economia urbana em constante crescimento durante as três primeiras décadas do século XX, a estrutura comercial de Juiz de Fora também parece ter se beneficiado das oportunidades provenientes da substituição das importações. Ao investirem na produção de um determinado produto que até então era importado, os comerciantes tinham a chance de aumentar seus lucros e precaver-se da instabilidade do mercado. O investimento na produção manufatureira mantinha-se um negócio vantajoso mesmo que o produto escolhido não fosse importado, como foi o caso de ferraduras, balas, vassouras, refinação de açúcar, etc. São óbvias as vantagens advindas da concentração das duas atividades (produção e comercialização): aumento na margem de lucros e ganhos sobre a distribuição, ainda mais num período em que a produção industrial encontrava-se em estado incipiente.

É justamente aí que reside uma das principais especificidades da estrutura comercial de Juiz de Fora: foi capaz de seguir o padrão de grandes núcleos de produção agroexportadora sem lidar com o principal produto de sua economia, servindo igualmente como uma das principais vias de formação do capital industrial.

## **6. REFERÊNCIAS**

- ANDRADE, Rômulo. “Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata”. *In: Estruturas agrárias e relações de poder*. Revista Brasileira de História. N° 22. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1991.
- CANO, Wilson. “Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)”. *In: Estudos econômicos* [Instituto de Pesquisas Econômicas]. São Paulo: USP, 1985.
- . *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CAPRI, Roberto. *Minas Gerais e seus municípios - Zona da Mata*. São Paulo: Weises e Cia., 1916.
- CASTRO, Iná Elias de; CORREA, Roberto Lobato & GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- COSTA, E.V. *Da senzala à colônia*. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- COSTA, F.N. *Bancos em Minas Gerais*. 2 vol. Campinas: Unicamp, 1978 [Dissertação de Mestrado].
- CROCE, M.A. *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura. 1888-1898*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007 [Dissertação de Mestrado].
- DEAECTO, Marisa Midori. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Senac, 2002.
- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.
- . *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FERREIRA, M.A. *Crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 1986 [Dissertação de Mestrado].
- FRANCO, G.B. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. São Paulo: BNDES, 1983.
- . “A primeira década republicana”. *In: ABREU, M.P. A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- FRANCO, M.S. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1976.
- GIROLETTI, D. *A industrialização de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 10(3): 144-202 mai. 1980.
- . *A modernização capitalista em Minas Gerais*. Tese de Doutorado, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.
- GORENDeR, J.J. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HIRSCHMAN, A. “Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada”. *In: SORJ et alii. Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LAGEMANN, E. *O Banco Pelotense e o Sistema Financeiro Regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

- LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando & SILVA ALMICO, Rita de Cássia de. *A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma historiografia*. ABPHE, 2003 [V Congresso Brasileiro de História Econômica].
- LANA, A.L. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre em Minas Gerais (1870-1920)*. Campinas: Unicamp, 1985 [Dissertação de Mestrado].
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca da auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais (1879-1920)*. Vozes: Rio de Janeiro, 1971.
- LOBO, Eulália. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC.
- LOPES, O.P. “Comércio da Rua Halfeld”. In: *Revista do instituto histórico e geográfico de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: IHGJF, ano 7, n. 07, dezembro de 1973.
- MARTINS, J.S. *O cativo da terra*. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- MARTINS, M. *150 anos de café*. São Paulo: Salamandra, 1992.
- MARX, Karl. “Considerações históricas sobre o capital comercial”. In: *O capital*. Vol. 3. Livro 3. 1984.
- MELLO, H.P. *O café e a economia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993 [Tese de Doutorado].
- MIRANDA, S.R. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Niterói, UFF, 1990 [Dissertação de Mestrado].
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. “Expansão de fronteira e elites sócio-econômicas na formação de um sistema agrário-exportador-cafeicultura mineira”. In: *Juiz de Fora – História, texto e imagem*. Juiz de Fora: Funalfa, 2004.
- OLIVEIRA, P. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Dias Cardoso, 1953.
- PIRES, A. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. Niterói: UFF, 2004 [Tese de Doutorado].
- . *Capital Agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. Niterói: UFF, 1993 [Dissertação de Mestrado].
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- RIDDINGS, E. *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- SAES, F. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SARAIVA, L.F. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora (1870-1900)*. Niterói: UFF, 2001 [Dissertação de Mestrado].
- SILVA ALMICO, Rita de Cássia da. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870-1914)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001 [Dissertação de Mestrado].
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

- SOUZA, S. *Para além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Niterói: UFF, 1998 [Dissertação de Mestrado].
- STEHLLING, L. *Juiz de Fora, a Companhia União e indústria e os alemães*. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, 1979.
- STEIN, Stanley. *Vassouras – Um município brasileiro do café (1850- 1900)* [Tradução de Vera Bloch Wrobel]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origens e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAUNAY, A.E. *Pequena história do café no Brasil*. São Paulo: D.N.C., 1943.
- TAVARES, M.C. *Do processo de substituição das importações ao capitalismo financeiro*. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- VALVERDE, O. “Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais”. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 20(1): 3-82, jan./mar. 1958.
- VIOTTI DA COSTA, E. *Da senzala à colônia*. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- VITORINO, Artur. *A autonomia política de uma região a partir de sua independência financeira: oeste paulista no Brasil Imperial (1864-1889)*. São Paulo: USP, 2006 [V Congresso de Pós-graduação em História Econômica].
- WIRTH, J. *O fiel da balança: Minas Gerais na Confederação Brasileira (1889/1937)*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1991.